

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL  
Linha de Pesquisa 2: Redes Sociais e Vulnerabilidade

**Terapia Ocupacional e Cultura: uma curadoria de  
tessituras entre Práticas, Políticas, Diversidade e Direitos**

Marina Sanches Silvestrini

São Carlos

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL  
Linha de Pesquisa 2: Redes Sociais e Vulnerabilidade

## **Terapia Ocupacional e Cultura: uma curadoria de tessituras entre Práticas, Políticas, Diversidade e Direitos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestre em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Regina Silva

São Carlos

2019

Sanches Silvestrini, Marina

Terapia Ocupacional e Cultura: uma curadoria de tessituras entre Práticas, Políticas, Diversidade e Direitos / Marina Sanches Silvestrini. -- 2019.  
161 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Carla Regina Silva

Banca examinadora: Denise Dias Barros, Beatriz Akemi Takeiti

Bibliografia

1. Terapia Ocupacional. 2. Cultura. 3. Política pública. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Marina Sanches Silvestrini, realizada em 08/02/2019:

---

Profa. Dra. Carla Regina Silva  
UFSCar

---

Profa. Dra. Beatriz Akemi Takeiti  
UFRJ

---

Profa. Dra. Denise Dias Barros  
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Denise Dias Barros e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

---

Profa. Dra. Carla Regina Silva

## **Apoio**

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)  
Código de financiamento 001

## Agradecimentos

A gratidão é tamanha, por tantos acontecimentos, encontros, diálogos. Que me transborda.

Quero agradecer ao mundo pela possibilidade de ter experimentado este trabalho, que me mobilizou e transformou.

Minha amiga, mestra, mulher inspiradora. Minha orientadora Carlinha, por toda a sensibilidade que nos amadurece e nos ensina na pesquisa ao mesmo tempo que toca o coração.

Aos meus pais Célia e Toninho e familiares, ao meu marido Lucas e minhas cachorras Gaia e Amelie, aos meus amigos (Malu, Duda, Stê, Gi, Gabi, Ju, Mandy, Ias, Lu, Rih, Ana, Munique...): todo o amor por estarem sempre ao meu lado.

As pessoas que me afetam e fabricam em mim afeto: Isadora, Antônio, Jéssica, Carol, Leticia entre tantas outras que já passaram pelo Laboratório AHTO, espaço de trocas que mudou minha vida e meu jeito de ver e sentir o mundo e de ser/fazer terapia ocupacional. Obrigado as parceiras e parceiros desta pesquisa que toparam dividir suas histórias comigo (Patrícia, Miki, Ricardo, Renato, Samira, Renata, Isabelly e Isabela)

Também gratidão as queridas que compuseram nesse processo comigo e com a Carla: minha Banca de Qualificação e de Defesa pública da dissertação de Mestrado as professoras Denise e Bia.

Um agradecimento final ao PPGTO e a CAPES, por fomentarem e apoiarem o desenvolvimento de pesquisas e a construção de novos conhecimentos.

A tudo e a todos, objetos, situações, tempos, pessoas: muito obrigado!

## Resumo

O enfrentamento e os desafios da inclusão, do direito, cidadania e diversidade cultural se expressam como campo de luta conceitual, acadêmico, político e cultural imersos na sociedade contemporânea regida pela racionalidade neoliberal. Esta pesquisa compreende a cultura como um campo de saberes e práticas próprios, o direito à cultura como fundamental em respeito pela diversidade humana e ampliação das potências de pessoas e para desenvolvimento das comunidades. Assim como, considera a Terapia Ocupacional na cultura como campo de saberes e fazeres plural, inovador e que se propõe ao cuidado de sujeitos e coletivos, nas diversas dimensões da existência humana, para o fortalecimento da liberdade cultural, universalidade das oportunidades e enfrentamento dos processos de exclusão e desigualdades. Desta forma, a pesquisa produziu uma curadoria ética-estética e sensível com o objetivo geral de analisar os processos e práticas de terapeutas ocupacionais no campo da cultura, a partir da política nacional dos Pontos de Cultura do Programa Nacional de Cultura Viva. Intencionou-se discutir e traçar conexões entre as dimensões da cultura, os preceitos das políticas públicas culturais e a Terapia Ocupacional. Os procedimentos metodológicos foram estruturados na realização do estado da arte, entrevistas semiestruturadas e narrativas confeccionadas pelos participantes, a partir de quatro cenários de práticas no campo da cultura. A pesquisa traçou conexões entre conceitos chaves da Terapia Ocupacional e da Cultura: atividade humana, cotidiano, ocupação, diversidade, práticas em terapia ocupacional, compromisso ético político e defesa pelos direitos. O campo da cultura em composição com a terapia ocupacional mostrou-se como um caminho vivo, pulsante e em construção, no qual as práticas do trabalho foram consideradas como engajadas e críticas. Esta pesquisa tentou identificar e iluminar aspectos importantes de trajetórias e práticas da Terapia Ocupacional na cultura, como por exemplo as tessituras descobertas e as relações exploradas entre a cultura e a diversidade, a cultura como direito fundamental e como campo vasto se entrelaça com as atividades, ações e ocupações da existência humana, portanto, passível de construções e produções que valorizam a potência da vida.

**Palavras-chave:** terapia ocupacional; cultura; políticas públicas; diversidade.

## **Abstract**

The confrontation and the challenges of inclusion, law, citizenship and cultural diversity are expressed as a field of conceptual, academic, political and cultural struggle immersed in contemporary society governed by neoliberal rationality. This research understood the culture as a field of knowledges and practices, the right to culture as fundamental right in respect for human diversity and broadening of people's potencies and for the development of communities. As well as, it considers Occupational Therapy in culture as a field of knowledges and actions plural, innovative and that proposes to care for subjects and collectives, in the various dimensions of human existence, for the strengthening of cultural freedom, universality of opportunities and to tackle exclusion and inequality processes. Thus, the research produced an ethical-aesthetic curation and sensitive with the general objective of analyzing the processes and practices of Occupational Therapists in the field of culture, based on the national policy of "Culture Points" of the National Program of Alive Culture. It was intended to discuss and draw connections between the dimensions of culture, the precepts of cultural public policies and Occupational Therapy. The methodological procedures were structured in state-of-the-art, semi-structured interviews and narratives made by the participants, based on four practice scenarios in the field of culture. The research presents connections between key concepts of Occupational Therapy and Culture: human activity, daily life, occupation, diversity, occupational therapy practices, political ethical commitment and defense of rights. The field of culture in composition with Occupational Therapy has proved to be a living, pulsating and under way, in which work practices were considered as engaged and critical. This research sought to identify and to illuminate important aspects of Occupational Therapy trajectories and practices in culture, such as the discovered tessitures and explored relationships between culture and diversity, the culture as an fundamental right and as a vast field intertwined with activities, actions and occupations of human existence, therefore, capable of constructions and productions that value the power of life.

**Key words:** Occupational Therapy; Culture; Public Policy; Diversity.

## Resumen

El enfrentamiento y los desafíos de la inclusión, derecho, ciudadanía y diversidad cultural se expresan como campo de lucha conceptual, académico, político y cultural inmersos en la sociedad contemporánea gobernada por la racionalidad neoliberal. Esta investigación comprende la cultura como un campo de saberes y prácticas propios, el derecho a la cultura como fundamental en respeto por la diversidad humana y ampliación de las potencias de las personas y para el desarrollo de las comunidades. Así como, considera la Terapia Ocupacional en la cultura como campo de saberes y haceres plural, innovador y que se propone al cuidado de sujetos y colectivos, en las diversas dimensiones de la existencia humana, para el fortalecimiento de la libertad cultural, universalidad de las oportunidades y enfrentamiento de los procesos de exclusión y desigualdades. De esa manera, la investigación ha producido una curaduría ética-estética y sensible con el objetivo general de analizar los procesos y prácticas de Terapeutas Ocupacionales en el campo de la cultura, a partir de la política nacional de los “Puntos de Cultura” del Programa Nacional de Cultura Viva. Se intentó discutir y trazar conexiones entre las dimensiones de la cultura, los preceptos de las políticas públicas culturales y la Terapia Ocupacional. Los procedimientos metodológicos fueron estructurados en realizar estado del arte, entrevistas semiestructuradas y narrativas confeccionadas por los participantes, desde cuatro escenarios de prácticas en el campo de la cultura. La investigación presenta conexiones entre conceptos claves de la Terapia Ocupacional y de la Cultura: actividad humana, cotidiana, ocupación, diversidad, prácticas en terapia ocupacional, compromiso ético político y defensa por los derechos. El campo de la cultura en composición con la Terapia Ocupacional se mostró como un camino vivo, pulsante y en construcción, en el cual las prácticas del trabajo fueron consideradas como comprometidas y críticas. Esta investigación intentó identificar e iluminar aspectos importantes de trayectorias y prácticas de la Terapia Ocupacional en la cultura, como por ejemplo las tesis descubiertas y las relaciones explotadas entre la cultura y la diversidad, la cultura como derecho fundamental y como campo vasto se entrelaza con las actividades, acciones y ocupaciones de la existencia humana, por lo tanto, pasible de construcciones y producciones que valoran la potencia de la vida.

**Palabras clave:** terapia ocupacional; la cultura; políticas públicas; la diversidad.

## **Lista de Imagens e Tabelas**

Tabela 1- Dados sobre as entrevistas realizadas.....	p. 26
Tabela 2 - Resumo sobre os apontamentos – desafios, estratégias e potências.....	p. 125
Tabela 3 - Referenciais que embasam as práticas em cultura.....	p. 141
Imagem 1 – Planta da pesquisa.....	p. 15
Imagem 2 -Termos e conceitos em cultura.....	p. 140
Imagem 3 – Referenciais em cultura: nacionais.....	p. 141
Imagem 4 – Referenciais em cultura: internacionais.....	p. 142
Imagem 5 – Tessituras: Terapia Ocupacional e Cultura.....	p. 146

## Sumário

### *Das primeiras ideias e palavras*

1. Curadorias das Tessituras: das notas musicais aos laços.....	p. 13
2. Apresentação pessoal.....	p. 16
3. Apresentação da pesquisa: curadoria.....	p. 18

### *Tessituras de uma pesquisa: a complexidade dos laços e nós*

1. Objetivos.....	p. 20
2. Procedimentos metodológicos.....	p. 21
2.1 Princípios e referenciais para pesquisa de campo.....	p. 21
2.2 Elementos organizativos da curadoria.....	p. 24
2.3 Seleção dos cenários e dos materiais.....	p. 25
2.4 Construções, convites e composições.....	p. 26
2.5 Processos éticos.....	p. 31
2.6 Curadoria.....	p. 31

### *Cenários de experiências.....*

1. 1º Cenário de experiência.....	p. 33
2. 2º Cenário de experiência.....	p. 38
3. 3º Cenário de experiência.....	p. 42
4. 4º Cenário de experiência (parte I) .....	p. 47
5. 4º Cenário de experiência (parte II) .....	p. 51

### *Salas de Sustentação e/em Suspensão*

I Cultura: símbolos, conceitos, dimensões.....	p. 59
II Racionalidade neoliberal e a era “global” .....	p. 66
III Estado, políticas e direitos: panorama das políticas culturais .....	p. 73

IV Conhecimentos e Campos em disputa.....p. 88

V Terapia Ocupacional e Cultura: ferramentas teórico-metodológicas .....p. 94

#### *Salas de Composição*

I Cultura e Diversidade.....p. 107

II Cultura como estratégia, desafios e potências.....p. 112

III Cultura e Direitos.....p. 126

IV Terapia Ocupacional e Cultura.....p. 136

#### *Sala (em constante) Manutenção*

1. Obra I: Conceitos na cultura: atividade, ocupação e cotidiano.....p. 140

2. Obra II: Referenciais em Cultura.....p. 141

#### *Sala das Considerações*

1. Tessituras finais.....p. 143

2. Coletivo de retalhos: uma colcha?!.....p. 146

3. Novas partituras.....p. 149

*Referencias*.....p. 150

#### *Apêndices*

Roteiro entrevista.....p. 158

Convite para colaboração na pesquisa.....p. 160

TCLE.....p. 162

# 1. Curadoria das Tessituras: das notas musicais aos laços

Conexões sobre a cultura na vida e na política

## CU-RA-DOR-IA

Etimologicamente, a palavra curadoria tem origem do latim "*curator*", que quer dizer "aquele que administra", "aquele que tem cuidado e apreço".

Fazer curadoria de arte é o processo de organização, cuidado e montagem de uma exposição artística, formada por um conjunto de obras de um ou de vários artistas, a partir da seleção prévia feita pelo curador.

Atualmente, o papel do curador de arte vai além do da organização [...] O trabalho de um curador atinge não apenas os "bens materiais" do mercado da arte, mas também possui um importante compromisso educacional na sociedade, agindo como um mediador cultural entre a arte e a população que visita às exposições. Esta ação também é conhecida por "curadoria educativa". (SIGNIFICADOS, 2019)

## TES-SI-TU-RAS

- 1 - Disposição das notas musicais para se acomodarem a certa voz ou instrumento.
- 2 - Contextura; organização (Aurélio, 2018).

Conjunto dos sons que melhor convém a uma voz; conjunto de notas mais frequentes em uma peça musical (Dicionário, 1965, p. 1247).

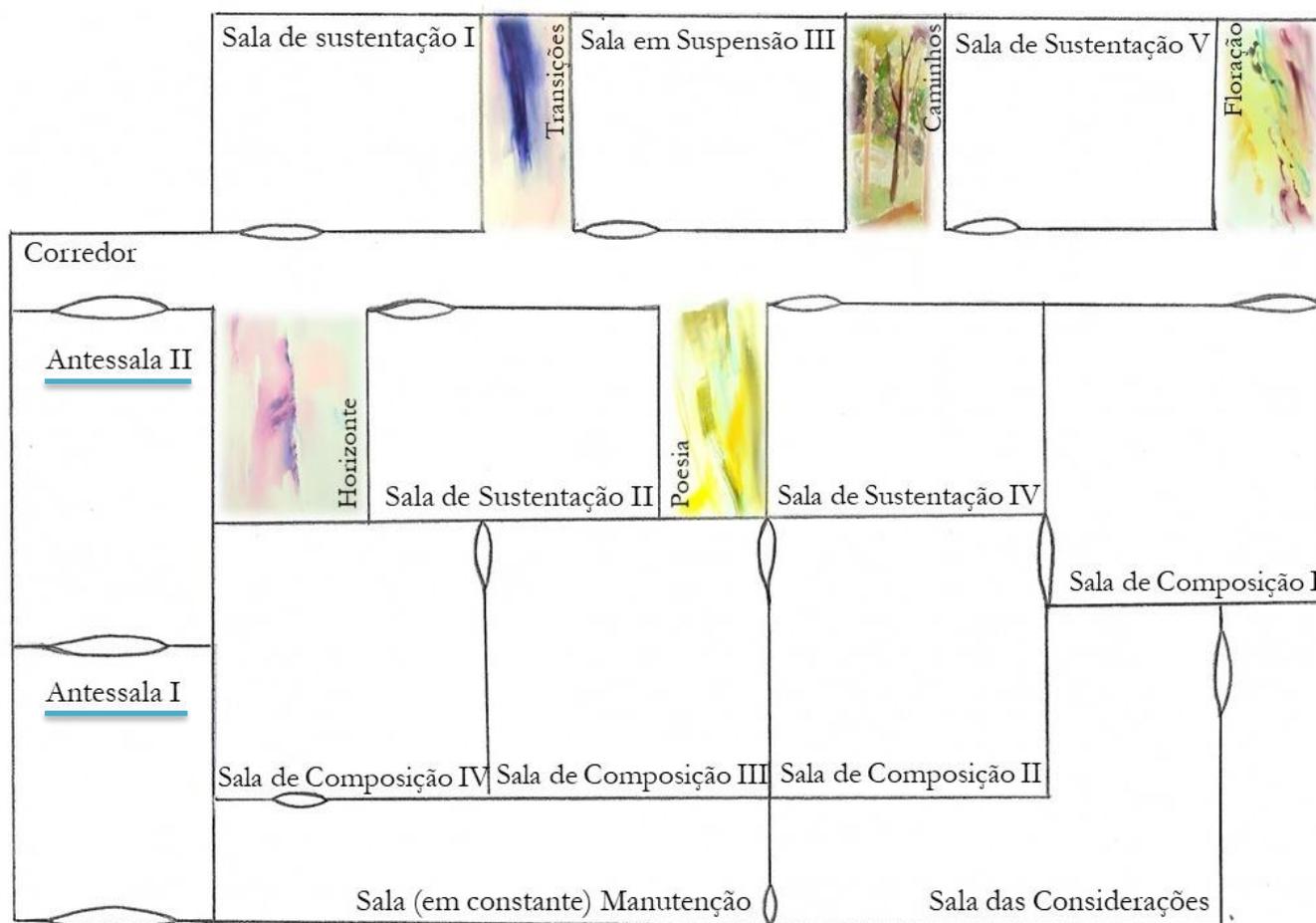
Mas acho que é quando os fios se unem, vão ficando juntos, como no tear, para formar o tecido (Carla - professora de artesanato em Pirassununga - SP).

As palavras “curadoria” e “tessitura” logo no início deste trabalho têm seus porquês e compõem um fluxo a ser desenvolvido, lembrado e recuperado em diversos momentos. As atividades propostas nesta curadoria se relacionam com a organização, com a apresentação e sobretudo com a intermediação entre os diferentes participantes envolvidos nesta exposição – a apresentação organizada de um assunto – com fins acadêmicos e que visa a contribuir com a produção de conhecimento. A exposição foi artesanalmente trabalhada: a partir das tramas de um bordado em seus enlaces; os fios vão tomando forma aos poucos, na intersecção da matéria. Os caminhos e os desdobramentos dessa curadoria vão se entrelaçando para a composição final, reflexiva e finita, porém que oferece obras com meadas ainda por serem tecidas, pois incita à continuação de novos laços e nós.

A “curadoria das tessituras” também se explica por meio da principal tarefa de uma curadora, aquela que cuida – neste caso, da tessitura como uma disposição na qual as notas musicais estão organizadas. Organizadas para compor junto ao ritmo e ao timbre do som que será tocado ou cantado, formando assim uma composição afinada, que ofereça bom entendimento ao ouvido, de sensibilidade e de emoção, para embalar e movimentar o corpo, a vida, como a partitura de uma canção.

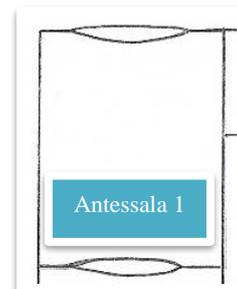
Dos fios às notas musicais, a curadoria da tessitura que busca ser construída nesta pesquisa se desvela como composição entre os universos, campos de conhecimentos e práticas da Terapia Ocupacional e a Cultura. Ao tecer conexões e reflexões entre estes campos, busca-se enlaçar temas tão essenciais para práticas: políticas públicas, diversidade e direitos. Em cada um desses temas, conceitos serão explorados ao decorrer dos capítulos, sempre em movimento, tecendo e compondo de forma pulsante e contextualizada. Provocando e compondo as construções teóricas e as análises do material do campo, sempre nas confluências entre dois universos tão sensíveis e conectados: um que busca compreender, cuidar e maximizar a vida; outro que é a própria vida. Afinal, desde o início dos tempos o ser humano “age culturalmente, apoiado na cultura e dentro de uma cultura” (OSTROWER, 2012, p. 13).

# Mapa da Pesquisa



## 2. Apresentação pessoal

---



Para apresentar este trabalho é preciso falar de memórias, de trajetórias, de afetos e de um processo de busca por uma construção de conhecimento resistente à lógica capital estabelecida e dominante.

Minha trajetória pessoal conduz a memórias e vivências sempre muito conectadas ao universo das artes, principalmente da literatura (poesia), do teatro e da dança. Sendo que essas passagens e experiências de vida foram relevantes e decisivas na escolha da graduação em Terapia Ocupacional. Pois houve um encontro importante com profissionais em instituições e com referenciais que, na época da escolha do curso, fizeram com que eu pudesse perceber a diversidade intrínseca às práticas da Terapia Ocupacional – a liberdade nas escolhas dos recursos e processos de cuidar do outro e de suas questões individuais ou coletivas. Aspectos estes que reverberaram meu desejo de ser terapeuta ocupacional, atuando em áreas que dizem respeito à vida e às formas de existir, a partir de abordagens tão caras para mim: o corpo, a dança, as poéticas.

Nessa relação, vivenciei uma graduação repleta de experiência variadas, no encontro com o outro, diversificando os recursos e sempre na busca pelo exercício de pensar o universo das artes, em especial aquelas de minha preferência, nas construções teórico-práticas da profissão. Neste caminho, os diversos projetos de extensão compuseram minha formação de maneira complexa, sensível e provocadora. Após alguns projetos, grupos de estudos e vivências ao lado da professora Carla Regina Silva, minha atual orientadora, começamos a perceber certo “jeito de fazer”. As reflexões nos levaram a construir práticas, com recursos que se respaldavam principalmente no campo das artes, mas que eram diferentes daquelas experiências em Terapia Ocupacional que vivenciamos até então.

Ao perceber, nos encontros – também chamados de oficinas –, que as pessoas produziam e se reconheciam em suas produções, contando suas trajetórias e memórias, expressando em diversas atividades seus modos de vida, das dores às potências, o que de mais singular e essencial existia em cada um, mas também naqueles coletivos, grupos ou territórios, ao perceber todo esse patrimônio material e imaterial reconhecido e produzido,

esses fazeres e saberes aguçaram minhas discussões no campo da cultura, nas porosidades dos modos de vida.

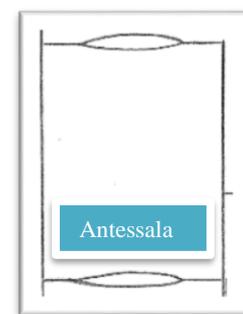
Assim foi se desvelando para nós o campo da cultura com seus próprios universos. Nos interessava aqueles que se estabeleciam, a partir de referenciais contra-hegemônicos, nos quais escolhemos mergulhar, valorizando as produções do empoderamento de si, de populações e territórios plurais, fomentando a emancipação como resistência e potência de ação no mundo. Tudo isso nos pareceu tão complexo e ao mesmo tempo tão pertinente para a Terapia Ocupacional – aquela em que acredito e que quero continuar conhecendo e construindo.

Vale ressaltar que um dos primeiros projetos de extensão de que participei, criando o texto para o edital, formando equipe e elaborando cada etapa com carinho, foi a curadoria da exposição ética-estética “Mais um Corre”, realizada a partir da criação e da produção coletiva junto à população em situação de rua. Esta curadoria abriu caminho para a potência do encontro com o outro, mediado por recursos sensíveis e assente no diálogo intercultural e em uma troca que potencializou a existência de todos os envolvidos. Portanto o fato de utilizar a curadoria como um formato metodológico se nutre dessas experiências passadas, tão intensas e cheias de aprendizagens significativas.

Eis os motivos dessa entrada no campo cultural, do qual na verdade nunca saímos, porque se relacionar com a vida é se relacionar com a cultura. Mas que, ao mesmo tempo, precisamos fortalecer, pensar, refletir, principalmente em épocas de forte ruptura dos direitos e violação da própria vida. Essa é a faísca de desejo que me ajuda a produzir essa pesquisa, entre todas as tessituras que a vida me proporcionou. Tessituras que embalam, inclusive, minha vida desde pequena, pois minha mãe, costureira, já entrelaçava os fios na produção de cobertores e mantas para mim. Ou seja, a curadoria e o tecer fazem parte da minha história – curadoria das tessituras propostas nesta pesquisa e que se entrelaçam em mim com afeto.

### 3. Apresentação da pesquisa: curadoria

---



Desvelada em meio a tessituras compostas pela reflexão sobre cultura como um campo de saberes e práticas próprios, sinalizado a partir de aspectos como o direito básico à cultura, às políticas culturais e à diversidade humana, esta pesquisa se apresenta através de uma curadoria ética-estética e sensível, que envolve a cultura no diálogo com a Terapia Ocupacional, promovendo construções, constatações e sedimentos reflexivos iniciais para a construção de uma abordagem em Terapia Ocupacional embasada em aportes questionadores e críticos, que visam estender as possibilidades e ampliar seus repertórios perante um campo cultural intenso e vasto.

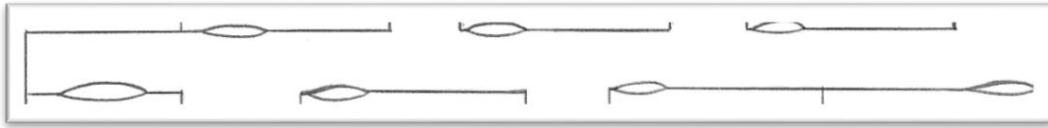
Apresento a curadoria da pesquisa, que objetiva realçar as reflexões e os formatos por meio dos quais foi construída, de forma a localizar o leitor com cuidado e coerência relativamente aos processos de pesquisa. A planta da pesquisa ilustra os caminhos percorridos pela pesquisa e as construções teóricas e processuais, dados qualitativos de pesquisa de campo, reflexões e considerações, tudo em composição como em uma exposição.

A planta da pesquisa é composta pelos espaços enumerados a seguir, os quais serão desenvolvidos no decorrer na dissertação. *Primeira Antessala*, visa apresentar a pesquisadora e suas motivações e questões pessoais. A *Segunda Antessala* conta sobre a pesquisa em si, apresenta o formato de curadoria e todas as salas expositivas. O *Corredor* detém as informações sobre os objetivos deste trabalho, é por este caminho e com estes questionamentos que chegamos às próximas salas e construções. Os procedimentos metodológicos são relatados logo em seguida. Então se apresentam os cenários de experiências e histórias de terapeutas ocupacionais na cultura. Voltando para o mapa de pesquisa, iniciam-se as *Salas de Sustentação*, as quais contém as estruturas teóricas da pesquisa unidas a reflexões advindas da análise dos dados de campo. São quatro salas de sustentação e uma *Sala em Suspensão* (a sala em suspensão é uma sala de sustentação que está em atual processo de movimento, na luta entre a suspensão que a eleva ao seu verdadeiro patamar e a suspensão que a elimina do cenário político vigente). Seguem as salas: I-Cultura: conceitos, símbolos e dimensões, II-Racionalidade neoliberal e a era global, III- Estado, políticas e direitos: panorama das políticas culturais, IV- Campos de

disputa, V- Terapia Ocupacional e Cultura – novas ferramentas e possibilidades. A seguir surgem na planta e na leitura as *Salas de Composição*, salas que expõem as construções entre referenciais teóricos, trechos das entrevistas contidas nos cenários e as narrativas livres dos participantes da pesquisa, de forma a produzir intersecções reflexivas entre todas essas fontes. Temos as quatro salas de composição: I-Cultura como diversidade, II-Cultura como estratégia, desafio e potência, III- Cultura e Direitos, IV- Cultura e Terapia Ocupacional. Então se apresenta a *Sala (em constante) Manutenção*, sala que contém duas obras principais que se caracterizam pela dinamicidade da transformação e dos movimentos contemporâneos que interferem diretamente nas obras em foco, por isso a constante manutenção que deve ser realizada. As obras dessa sala são: Obra I: A cultura em composição com as terminologias em Terapia Ocupacional, Obra II: Referenciais em Cultura. Ao final, segue-se a *Sala de Considerações* que une ponderações finais e observações sobre possibilidades para novas construções expositivas, novas salas, tessituras e apontamentos para continuidades. As obras da artista plástica e pesquisadora, também referência da pesquisa, Fayga Ostrower, seguem em composição com a planta, nos espaços da pesquisa, incentivando interações com o estético.

Ressalta-se que a ideia para a criação de uma curadoria que se estende até a elaboração concreta da planta de uma exposição para localizar a pesquisa, levando em consideração a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora e de seu laboratório de pesquisa (AHTO), o fato de estruturar a pesquisa nesse formato expositivo estético e sensível possui muita conexão. Entende-se que o campo cultural nos provoca à ampliação dos formatos e à consideração da diversidade dos jeitos de ser e fazer. Enquanto a Terapia Ocupacional, sensível e crítica, amplia os campos de visão e prática, também fomentando processos de criação. Surge assim a pesquisa Terapia Ocupacional e Cultura: uma curadoria, construída a partir de territórios reflexivos e tessituras sensíveis.

## *Tessituras de uma pesquisa: a complexidade dos laços e nós*



### 1. Objetivos

---

O Objetivo geral foi analisar os processos e práticas de terapeutas ocupacionais no campo da cultura, a partir de um recorte nas políticas públicas culturais: o cenário dos Pontos de Cultura do Programa Nacional de Cultura Viva.

Como objetivos específicos temos:

- ✓ Discutir e traçar conexões entre os campos da cultura e da Terapia Ocupacional partindo de correlações reflexivas entre os conceitos-chave de ambos os campos (atividade humana/ocupação/cotidiano, diversidade, compromisso ético-político e defesa pelos direitos).
- ✓ Compor estudo acerca da interface entre o conceito de cultura e o de diversidade humana e as correlações com as especificidades das ações, populações, estratégias das quais a Terapia Ocupacional se utiliza.
- ✓ Refletir e construir novas possibilidades e ferramentas teórico-metodológicas para a Terapia Ocupacional a partir desse mergulho no campo da cultura: gestão, fruição/participação, criação/produção cultural.

## 2. Procedimentos Metodológicos

---

### 2.1 Princípios e referenciais para a pesquisa de campo

Os referenciais teóricos para a leitura e a compreensão dialógica do material deste estudo articulam-se e fundamentam-se segundo o viés da Terapia Ocupacional a partir da crítica à racionalidade neoliberal apresentada principalmente por Dardot e Laval (2016) e pela reflexividade contra-hegemônica de Boaventura Santos Sousa (2005).

Tal fundamentação segue pressupostos como o posicionamento e o questionamento da pesquisadora sobre si e sobre as condições socioculturais envolvidas. É a tentativa de produzir de forma consciente, incluindo as experiências humanas dentro de um sistema social para pesquisa sensível (CARSPECKEN, 2011). “Primeiro, devemos deixar patente que nós, autores desta introdução, não somos *neutros*, temos nossa posição e percepção de mundo, da teoria e do nosso campo, subordinadas a nossas posições sociais e contextos pessoais” (VIEIRA, CALDAS, 2006, p. 59). “Ao sermos, homens e mulheres, sujeitos inacabados, reconhecemos uma preocupação existencial que nos faz refletir sobre nós e sobre o mundo em que vivemos” (PÉREZ, 2012, p. 146).

Desta forma, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de interpretação com delineamento crítico, ou seja

- i) Propõe-se a relação teoria-prática como elemento estrutural da razão transformadora que movimenta seus resultados (PÉREZ, 2012, p. 146). Assim buscamos produzir uma ciência que necessariamente se preocupe com a prática, com a aplicação de seus fundamentos nas questões sociais diversas, com os fenômenos reais e complexos da vida humana.
- ii) Compromete-se ética e epistemologicamente segundo uma reflexividade crítica, partindo do pressuposto de que a realidade não se faz na individualidade e na totalidade por si, mas ela é uma construção social, relativa e composta pelas subjetividades e intersubjetividades. “O objetivo central de uma pesquisa qualitativa de corte crítico transcende a explicação, a predição, o controle ou a verificação de hipóteses, aspectos característicos da pesquisa quantitativa” (PÉREZ, 2012, p. 140).
- iii) O desafio é produzir conhecimento crítico que responda as demandas de sujeitos e coletivos com os quais se importa a Terapia Ocupacional, considerando suas complexidades e possibilidades. Desta forma, concorda

com dois princípios sobre a pesquisa crítica propostos por Vieira e Caldas (2006), *a emancipação humana*, compreender a sociedade e agir para a *manutenção de comportamento crítico* que rompe com a neutralidade e realimenta seu comportamento crítico frente a todo saber produzido.

“El análisis crítico de lo que existe reposa sobre el presupuesto de que los hechos de la realidad no agotan las posibilidades de la existencia, y que, por tanto, también hay alternativas capaces de superar aquello que resulta criticable en lo que existe. El malestar, la indignación y el inconformismo frente a lo que existe sirven de frente de inspiración para teorizar sobre el modo de superar tal estado de cosas” (SANTOS, 2005, p. 97).

No cenário atual, entendendo que nossas ações no mundo e, conseqüentemente, na produção de conhecimento são permeadas pelos valores do sistema capitalista, o cuidado deve ser redobrado para que as construções possam seguir rumos diferenciados das lógicas excludentes, dominantes. O sistema converte o supérfluo em necessidades e fomenta mecanismo de alienação e controle que abrange o universo da ciência de forma perversa.

A hegemonia dita padrões e formatos, valoriza o que pode ser mensurado e quantitativamente enunciado, considera inferiores algumas formas de fazer/ser/pensar. “Mas, como um meio de dominação do mundo exterior, a ciência tornou-se uma força de produção que facilmente se integra aos interesses das relações capitalistas de produção” (VOIROL, 2012, p. 83). A ciência precisa se reinventar a todo instante e os pesquisadores, a começar por um exercício de reflexividade crítica, devem cuidar para romper com essa lógica desigual e injusta.

Nada é inflexível ou imutável e o determinismo, para a ciência e principalmente para a Terapia Ocupacional, provoca compreensões rasas e incompletas, uma vez que estejamos lidando com o inacabamento e com as transformações dinâmicas da vida e dos sujeitos e coletivos, pois exatamente nesse processo encontram-se também as potências, possibilidades.

Se todo o conhecimento é, portanto, parcial e deve, por obrigação, perceber-se como a interpretação desde uma perspectiva, faz-se essencial prezar pela articulação e pela integração com outros universos de conhecimentos para efetivar tentativas de minimização dos obstáculos, complexidades e manipulações que o sistema e suas contemporaneidades estabelecem.

Desse modo, quer-se concordar com Santos (2002) sobre a necessidade da produção de conhecimento para a emancipação, especialmente no elemento mais progressivo desta forma de conhecimento, a solidariedade para desfazer o desenvolvimento cego fundado numa “razão indolente”. Sob a ótica da Terapia Ocupacional, a perspectiva crítica e complexa, como aponta Galheigo (2012, p. 177), é uma construção permeada por conceitos variados: “*cotidiano, acción humana, praxis, diversidad, justicia social y acción ético-política*”, os quais intencionam refletir sobre e conectar as dimensões da Terapia Ocupacional às complexidades da vida humana. Tal lente se revela muito potente na leitura de uma pesquisa que propõe considerar a dimensão cultural e a contextualização social.

Por produções, ciências e instituições de pesquisa que sejam contra-hegemônicas, na medida em que não aceitem, tolerem a lógica neoliberal como marco “Norteador” de suas construções. Mas que essas construções possam se articular e dialogar, coletivamente, criando estratégias, caminhos diversos para a ciência e para o conhecimento: que possamos “Sulear” nossas ações. Como cita Santos (2005), vamos em busca de uma reforma dos modos de agir, pensar e produzir no meio acadêmico, que sejam criativas, emancipatórias e democráticas. Apresenta-se assim o escopo teórico para a construção metodológica desta pesquisa e seus desdobramentos.

## **2.2 Elementos organizativos da curadoria**

Pretendeu-se maior aprofundamento dos temas e da construção introdutória por meio de buscas de materiais acadêmicos e científicos e seleção de publicações para traçar o estado da arte relativamente ao tema Terapia Ocupacional e cultura. Grupos de estudo e debates no grupo de pesquisa foram fundamentais para produzir processos reflexivos e a escrita consciente e coletiva. Também foram realizados contatos com profissionais e pessoas atuantes das áreas temáticas da discussão central do estudo. Essa tessitura possibilitou a construção de repertório e aporte teórico para a pesquisa, formulação coletiva de hipóteses e questões advindas do processo investigativo, definição e seguimento dos processos metodológicos e ampliação das análises construídas neste processo.

### 2.3 Seleção dos cenários e materiais

O trabalho se constituiu como pesquisa investigativa explorando o tema cultura e Terapia Ocupacional, cujo recorte metodológico se construiu essencialmente a partir de contatos com terapeutas ocupacionais que contaram suas histórias, trajetórias e experiências no campo cultura, mais especificamente com as políticas culturais dos Pontos de Cultura.

A seleção dos cenários de práticas na cultura e recrutamento das profissionais se deu através de curadoria acerca de terapeutas ocupacionais que apresentavam estudos, publicações e práticas terapêutico-ocupacionais no campo da cultura, em essencial relacionadas aos Pontos de Cultura, a partir de influências do método de coletas coletivas e escutas sensíveis.

Assim se apresentam quatro cenários de práticas na cultura para o aprofundamento de cada experiência.

1. Ação cultural com a população em situação de rua: a história de um Ponto de Cultura.
2. Sobre um Ponto de Cultura consolidado: interfaces e experiências entre Terapia Ocupacional, Cultura e Arte.
3. Políticas, direitos e gestão em cultura: trajetórias de uma terapeuta ocupacional no Ministério da Cultura (MINC).
4. A experiência do Ponto de Cultura Tradicional do Quilombo do Grotão.

Foram enviados convites formais via endereços eletrônicos e mídias sociais dos profissionais responsáveis pelos cenários de práticas na cultura selecionados. Nos contatos realizados, um texto explicava sobre a pesquisa e convidava à participação através de uma entrevista semiestruturada pessoalmente e da confecção de uma narrativa, “*minha história como terapeuta ocupacional no campo da cultura*”, além dos termos de consentimentos livres e esclarecidos (apêndices 1, 2 e 3). Todos os convites foram aceitos.

Os instrumentos e materiais utilizados neste momento da pesquisa foram avaliados e validados por profissional e docente terapeutas ocupacionais que apreciaram previamente formato, conteúdo e aplicação. Tais instrumentos foram adaptados e obtiveram parecer satisfatório de efetividade e resolutividade considerando os objetivos e demandas do campo.

## 2.4 Construções, convites e composições

- *Realização de entrevistas com terapeutas ocupacionais participantes*

A opção pela utilização de entrevistas semiestruturadas se ampara no fato de a pesquisadora ter a oportunidade de aprofundar questões orientadoras, em conversas guiadas, porém livres para eventuais atravessamentos. Tal como propõe Bonilha e Oliveira “A intenção do pesquisador é obter o significado, a compreensão e a visão de mundo dos entrevistados pela comunicação verbal e/ou não verbal” (2015, p. 424).

O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir de questões que permeiam as seguintes temáticas: formação e trajetória da terapeuta ocupacional; práticas em relação ao campo cultural; principais referenciais para as práticas; apontamentos sobre desafios e potências desse cenário; relações entre a cultura, a diversidade e a garantia de direitos e as possíveis conexões com a Terapia Ocupacional.

Foram entrevistados sete terapeutas ocupacionais, sendo que quatro participaram a partir de suas experiências e práticas no mesmo Ponto de Cultura (4) e também contou com a presença de uma liderança quilombola. Foram realizadas gravações e as devidas transcrições das entrevistas, as quais foram trabalhadas e organizadas em estrutura e conteúdo, e posteriormente lidas e/ou alteradas pelos participantes, assim como lhes conviesse.

*Tabela 1 – Dados sobre as entrevistas realizadas*

<b>Cenário de prática cultural</b>	<b>Entrevistado(s/a/as)</b>	<b>Duração/gravação</b>	<b>Local onde foi realizada a entrevista</b>
<b>1</b>	Miki Sato	1h e 4 minutos	São Paulo - SP
<b>2</b>	Isabela Umbuzeiro Valent	1h e 41 minutos	São Paulo - SP
<b>3</b>	Patrícia Dorneles	1h e 40 minutos	Experiência em Brasília - DF e entrevista no Rio de Janeiro - RJ
<b>4</b>	Ricardo Lopes, Renata Faria, Isabelly Brasil, Renato (liderança quilombola)	2h e 40 minutos de entrevista 6h e 40 minutos de experiência no quilombo	Niterói –RJ

- *Registros imagéticos* (em vídeo e áudio)

Tais registros foram realizados como memória da pesquisa, após autorização prévia para uso de imagem das pessoas e imagem dos locais e espaços.

As entrevistas foram gravadas e filmadas para cópias de segurança em duas plataformas distintas. Algumas fotografias dos ambientes e locais foram registradas apenas como apoio de memória da pesquisadora, funcionando como repertório imagético, sendo que foram utilizadas apenas para recordar os fatos, onde e como aconteceram, não sendo anexadas à dissertação.

- Construção de *narrativas* dos terapeutas ocupacionais

A construção e coleta de narrativas constituiu-se parte de um processo metodológico que interessou-se pela compreensão da história de determinado fenômeno. “As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo” (PAIVA, 2008, p. 3).

Nesse sentido se compreende que as narrativas podem ampliar as possibilidades de expressão para além da escrita formal, incluindo outras composições e recursos que podem ser artístico-culturais, permitindo outras linguagens e plataformas. Tal hibridização de recursos na composição foi proposta para proporcionar uma expressão mais livre e sensível, coerente com as práticas que se desvelam pelo campo da Terapia Ocupacional na cultura e com como expressar informações sobre essa temática.

“Alguns exemplos são cartas, fotografias, documentos, correspondências, diários, entre outros. O pesquisador deve também estar atento a contextualizar pessoalmente, culturalmente e historicamente” os participantes e colaboradores (MUYLAERT et al, 2014, p. 197). As narrativas são recursos muito interessantes para as pesquisas qualitativas, representando uma polifonia de sentidos e construções nas quais pode ser utilizada (WITTIZORECKIL et al, 2006).

A narrativa vai além de lembrar os acontecimentos vividos no cotidiano, pois tem a influência tanto da dimensão coletiva quanto da individual. Escrever a respeito de si, além de envolver a reflexão da experiência vivida no processo coletivo pode nos levar a conhecer a multiplicidade da realidade social e nossa relação com essa realidade (WITTIZORECKIL et al, 2006, p. 23).

As narrativas intencionam a construção de um material que expresse histórias das práticas e saberes, processos e experiências das terapêuticas ocupacionais no campo da cultura, específico em relação ao recorte dos Pontos de Cultura, embasando uma discussão acerca da diversidade e dos direitos, um contexto muito plural que necessita de métodos que dialoguem com tal demanda. Métodos que lidem com uma dimensão ética e política, como as narrativas que através das memórias e das histórias valorizam mais os atores sociais e os processos do que dados pré-definidos (ABRAHÃO, 2003).

Reconhece ser a realidade social multifacetária, socialmente construída por seres humanos que vivenciam a experiência de modo holístico e integrado, em que as pessoas estão em constante processo de autoconhecimento. Por esta razão, sabe-se, desde o início, trabalhando antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, portanto, antes do que com o objetivo (ABRAHÃO, 2003, p. 80).

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, após a realização das entrevistas com cada participante, foi retomado o convite e retiradas possíveis dúvidas sobre a confecção das narrativas, considerando-as como material em composição com as entrevistas – repertório de dados da pesquisa, sendo também avaliado e compilado como produto ético-estético e sensível, que corrobora a discussão do campo cultural. A narrativa é de linguagem livre, que poderia ser híbrida (quer dizer, poderia unir formas e tipos de linguagens ou técnicas para ser construída, como, por exemplo, pinturas, poemas, colagens, desenhos, fotografia, escritas, instalações).

Esta é uma categoria sensível, composta pelos materiais híbridos, confeccionados em diversos formatos e linguagens, tão diversos e amplos quanto o campo da cultura e da Terapia Ocupacional, justamente para refletir as tessituras dessa interface e provocar deslocamentos sensíveis.

Os resultados construídos – as composições narrativas escritas e imagéticas, produzidas pelos terapeutas ocupacionais – serão revelados no decorrer do texto. Considerando-se que as entrevistas e narrativas continham dados e conteúdos relevantes que foram sistematizados por meio de categorias para que as informações coletadas e construídas pudessem ser problematizadas e contextualizadas.

Contamos com a relativa simplicidade da proposta de análise, que propicia a troca de inteligibilidades entre os campos teóricos e profissionais, o desenvolvimento de um vocabulário conjunto de trabalho e problematizações diversas sobre a natureza situada e interacional dos dados gerados em campo (BASTOS; BIAR, 2015, p. 122).

Nesse momento também se delineiam os processos relacionados ao material coletado e construído, observando-se os procedimentos e categorias, os formatos de organização e postura da pesquisadora, produzindo-se assim as conexões entre os cenários de práticas e as reflexões teóricas.

A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. Nem sempre, porém, essas categorias podem ser definidas de imediato. Para se chegar a elas, é preciso ler e reler o material obtido até que se tenha o domínio de seu conteúdo para, em seguida, contrastá-lo com o referencial teórico (GIL, 2008, p 134).

## 2.5 Processos Éticos

Vale ressaltar que houve uma busca, por parte da pesquisadora e de sua orientadora, para que todos os procedimentos realizados fossem éticos e pautados a partir da compreensão da ética em pesquisa crítica. Aponta-se também para uma postura crítica e ética durante todo o processo de construção dos dados e em seguida com as análises.

Sobre o conceito de ética, entende-se que são “valores que se tornam os deveres, incorporados por cada cultura e que são expressos em ações. A ética, portanto, é a ciência do dever, da obrigatoriedade, a qual rege a conduta humana” (CAMPOS et al, 2002, p.1).

Os convites para participação e colaboração, feitos de forma diferenciada para as pessoas envolvidas/entrevistadas, apoiaram-se nas premissas da parceria, da sugestão para produções de autorias compartilhadas, advindas dos resultados da pesquisa. Objetivando com essa pauta, conectar os participantes em uma rede de produções ética, corresponsável e colaborativa. Após esse convite, realizado pessoalmente nas entrevistas e encontros e oficializada via documento digital, os participantes puderam aceitar ou não a proposta e dizer sobre suas preferências nesse processo, de modo que foram respeitados eticamente todos os desejos de cada pessoa e história envolvida.

Dessa maneira, os nomes dos terapeutas ocupacionais colaboradores são revelados no decorrer do texto (casos e citações das entrevistas). Apenas uma terapeuta ocupacional entrevistada está ainda em processo de decisão sobre a divulgação de seu nome, portanto, está anunciada na pesquisa como o nome fictício Isabela.

Todos participaram ativamente das atividades propostas para a composição da pesquisa e essa lógica diferenciada de colaboração nos convoca para novas possibilidades e tessituras no âmbito da ciência. Destaca-se que a pesquisa considera um caráter de parceria em sua construção metodológica que entende a importância dos colaboradores no processo e essência do estudo, prezando por produções de divulgação que sejam também de autoria compartilhada (MONTENEGRO, 1997). Assim se constrói, nesse cenário de pesquisa hegemônica, novas possibilidades e encontros.

Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, pela Plataforma Brasil e avaliada pela comissão da Universidade Federal de São Carlos (CAAE: 73921817.7.0000.5504; Parecer de aprovação número: 2.313.405), bem como os matérias e procedimentos metodológicos descritos.

## 2.6 Curadoria

Para localizar os procedimentos ético-estéticos-sensíveis dessa pesquisa foi escolhido o termo curadoria. A curadoria é o trabalho executado pelo curador ou curadora.

CU-RA-DOR(A)

3. Pessoa que concebe ou organiza uma exposição ou evento artístico-cultural. 4. Pessoa cuja a atividade profissional consiste em administrar e organizar o acervo ou patrimônio artístico de uma instituição (PRIBERAM, 2018).

No caso, a pesquisadora e sua orientadora são as curadoras desse trabalho que tratou de cuidar dos procedimentos em todas as dimensões que uma pesquisa acadêmica requer associadas ao cuidado das relações de forma ética-estética-sensível. A pesquisa é considerada e produzida como uma obra de arte reflexiva, neste caso, uma exposição instigante sobre campos de conhecimentos e suas interconexões e intersubjetividades. Os participantes da pesquisa, parceiros que aceitaram ser entrevistados e confeccionar narrativas em livre formato para compor a pesquisa são, neste processo, os artistas, os quais foram selecionados como tais, pelas suas produções e possibilidades de criações coletivas nesta obra artístico-científica.

É importante ressaltar que o recorte da pesquisa foi determinado pelas produções e experiências nos Pontos de Cultura (como expressão das políticas públicas nesse setor), porém se destaca que este foi apenas um recorte curatorial e metodológico, pois há muitos terapeutas em outros espaços, realizando e produzindo no campo da cultura, que poderiam contar suas histórias e compor junto a esta arte.

## *Cenários de experiências*

*Criar é tão difícil ou tão fácil como viver. E é do mesmo modo necessário*  
*Fayga Ostrower*

Este trabalho acadêmico objetiva delinear seu campo e contextualizar seus dados a partir da lógica qualitativa em pesquisa, como também, para organização e descrição dos cenários de práticas na cultura, além dos pressupostos e referências apontados.

Consideramos os cenários de práticas na cultura como experiências expressadas por meio de descrições sensíveis, éticas e coerentes, que se embasam cientificamente nos aportes teóricos definidos nesta pesquisa. São considerados formatos e elementos estéticos, além de informações que são tecidas através das trajetórias pessoais e profissionais de nossos artistas entrevistados, suas formas de compreender a Terapia Ocupacional e conceber o trabalho na cultura.

A seguir serão apresentados os quatro cenários de práticas na cultura, construídos a partir das entrevistas dos terapeutas ocupacionais. Para criar uma linha de raciocínio, cada cenário apresenta alguns itens gerais, dados que foram coletados na aplicação do roteiro da entrevista. Tais dados sintetizam informações: inicialmente traçando um perfil da trajetória dos profissionais e do contato com o Ponto de Cultura ou política cultural em que estão/estiveram inseridos, tal categoria faz convergir informações para o que chamamos de descrição do artista parceiro (entendendo este projeto como uma obra expositiva, uma curadoria que contou com as composições de artistas). Ato contínuo, conta-se a história de cada experiência, bem como é exposta a relação com a cultura: i) como direito, ii) como campo teórico e referenciais citados, iii) como e em interação com atividade/ocupação/cotidiano e iv) associada com a diversidade e suas aproximações com outros aspectos neste entrelaçamento entre Terapia Ocupacional e cultura.

## 1. 1º Cenário de experiência

*Ação cultural com a população em situação de rua: a história de um Ponto de Cultura.*

*Contado por Miki Sato*

*Trajetória da artista:*

Miki é graduada em terapia ocupacional desde 2005 pela Universidade de São Paulo, em 2006 realizou aprimoramento em saúde mental na FUNDAP (Fundação de desenvolvimento administrativo). Seu contato com o conceito de cultura, além de alguns cursos ao longo da vida, aconteceu de forma mais intensa no mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos entre 2015 e 2017, com a temática de entender mais sobre os refugiados africanos.

Miki iniciou sua trajetória profissional como educadora social, depois foi para a saúde pública, trabalhou em NASF (núcleo ampliado da saúde da família), CAPS (centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas) e atualmente trabalha em uma unidade de acolhimento. Nesse meio tempo ela trabalhou em dois projetos que uniram a terapia ocupacional e a cultura, que foram a Fábrica de Criatividade (projeto social apoiado pela prefeitura que realizava ações de arte e cultura na cidade de São Paulo) e a coordenação do Ponto de Cultura. Essa é a experiência que ela quis nos relatar, o Ponto de Cultura: um projeto com a população em situação de rua.

*A experiência:*

Este cenário é sobre um Ponto de Cultura na cidade de São Paulo, uma parceria entre a Revista Ocas (revista voltada à temáticas sociais, cuja qual a venda é realizada por vendedores em situação de rua cadastrados e uma parte do valor da revista é revertido integralmente para os vendedores de forma direta), a Rede Rua (Associação que representa um serviço, em São Paulo que é ligado às políticas públicas para a população em situação de rua, mais específico sob o foco das mídias e comunicação, mas também realiza ações assistenciais, acolhimento, possui refeitório) e o METUIA (Laboratório de Terapia Ocupacional Social que possui atividades nos campos da USP, UFSCar, UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo e UFES-Universidade Federal do Espírito Santo).

A Rede Rua foi a proponente do projeto pelo edital, porém foi pactuada uma gestão compartilhada e a terapeuta ocupacional Miki Sato, foi a coordenadora do Ponto

de Cultura por um ano (do final de 2009 até o final de 2010). O processo de escrita e submissão do projeto para o edital aconteceu em 2009, em 2010 foi aprovado e começaram as atividades e a operacionalização.

*“Então, o Ponto de cultura, o objetivo principal era fortalecer as ações que já aconteciam naquele espaço. Era uma casa lá no Brás onde já aconteciam coisas. Lá era a sede da loja da Ocas. Aconteciam os Pontos de Encontro que eram atividades do METUIA, então tinha estágio, tinha extensão, tudo com a população em situação de rua. Tinha o psicodrama que era voluntário, era uma psicodramatista que fazia uma oficina na Ocas, tinha a sede do Movimento nacional da População em Situação de Rua eles faziam reunião lá, várias coisas aconteciam. Só que era um espaço que estava defasado, não tinha muita estrutura, não tinha verba. Porque a Revista Ocas é toda gerida por voluntários, então não tinha verba. A ideia do Ponto era fortalecer o que já existia, comprar equipamento de ter verba mesmo para a coisa andar” (Miki Sato).*

O funcionamento do Ponto de Cultura, com o objetivo de fortalecer as ações que já aconteciam naquele espaço e de fomentar outras, foi organizado com base em quatro grandes oficinas que geravam materiais e estruturas para todas as ações já realizadas. Uma era a oficina de fotografia que junto a oficina de produção de texto eram espaços que ajudavam na formação e na produção de materiais para a Revista Ocas, entendendo que a maioria dos vendedores e participantes da revista eram pessoas em situações de rua.

*“A revista é escrita por voluntários, jornalistas, colaboradores, mas tem sempre uma seção que são os vendedores que participam, que escrevem. Então essas oficinas foram pensadas para fortalecer um pouco desse espaço” (Miki Sato).*

A oficina de teatro além de ajudar os vendedores da revista a terem maior autonomia, projeção de voz, cuidado com o discurso e com o ato de falar em público, também foi uma demanda cultural da população em situação de rua, que queria além de acessar mais apresentações teatrais, poderem vivenciar a experiência de produzir teatro. E a oficina de informática que foi criada por uma demanda tanto de acesso a tecnologias e a internet, quanto de formação nessa área.

*“Então tinha essas quatro oficinas também tinham outros objetivos que eram comprar equipamentos multimídia, comprar computadores, fortalecer o Ponto de Encontro que acontecia toda segunda feira lá, abrir o espaço para a comunidade, enfim [...] Então a*

*gente começou com essas grandes oficinas, de abrir para a comunidade de fazer uma divulgação no Brás, para além da população em situação de rua. Porque no Brás era assim, era um bairro bem residencial, não tinha muito equipamento cultural, mas circulava muito a população em situação de rua, porque é perto do centro, onde tem os equipamentos de acolhida. Assim começou o projeto, com as oficinas, a gente tem um “quórum” das oficinas bem interessante, a oficina de fotografia foi bem interessante porque tinha população de rua, tinha artista plástico, a vizinha [...] a gente fez a contratação de oficineiros, só que assim, um desafio do Ponto de Cultura é isso, você fazer muito com verba pequena né...” (Miki Sato).*

Miki relata como sua função de gestora, acompanhamento todos os processos desde as oficinas, as questões burocráticas e de orçamento, na intermediação com as outras entidades e parceiros, foi muito importante tanto para sua formação, quando para o funcionamento do projeto de forma consistente. Ela percebia demandas no decorrer das atividades e de forma coletiva, como gestora cultural conseguia reinventar atividades para acolher essas demandas e ampliar a rede e as formas de produção de projetos e de sonhos.

*“Ponto de Encontro acontecia toda segunda feira, cada segunda feira era uma programação, as vezes era sarau, mas podia ter um cine debate, uma pessoa que fosse falar sobre um tema, uma roda de conversa. Tinha muitos participantes que tinham demandas pessoas de projetos de vida ligados a cultura e a arte, então: “ai meu sonho sempre foi escrever um livro da minha história, escrever rap ou trabalhar com artesanato”, tinham muitas pessoas que já eram artistas de rua, que tentavam fazer as performances na rua e queriam gravar um CD, queriam documentar o trabalho. Eles iam chamando as pessoas e as pessoas iam trazendo muitas demandas, os estagiários por um tempo conseguiram dar conta da demanda, de olhar os processos individuais de cada um, muito do papel da TO nessa área, que eu acho bacana. Então a gente começou a pensar em uma forma de coletivizar um pouco mais essas demandas, porque a Rede Rua tem um estúdio de multimídia, de gravação e eles disponibilizaram esse estúdio e aí a gente percebeu que três pessoas queriam gravar CD. E aí a gente percebeu ao invés da gente fazer a demanda individual, vamos fazer uma discussão coletiva para fortalecer esse grupo, até porque uma das coisas que eles discutiam era isso, como a gente potencializa a produção. Então a gente juntou esse grupo e articulou essas temáticas com eles, primeiro chamou coletivo dos artistas, depois eles se autodenominaram “Pensando no Futuro” e aí a gente começou a pensar em uma gestão um pouco mais coordenada,*

*porque estava cada um com seu projeto e a gente tentando dar conta de tudo, então a gente começou a profissionalizar um pouco mais. E nisso eu fiquei mais à frente junto aos estagiários, com os estudantes, foi a grande potencialidade assim” (Miki).*

Miki conta com detalhes como as pessoas participantes e a população em situação de rua engajada no Ponto de Cultura, foram se apropriando do espaço e das possibilidades e expressando suas vontades e desejos, desafios como artistas, na criação, expressão e produção de suas culturas e de seus modos de vida. Assim, a equipe do Ponto pode ampliar suas ações e abarcar diversos projetos de vida e de mundo e nesses fazeres Miki observa que a presença da terapia ocupacional, tanto na gestão, quanto nos estágios, como necessária e relevante.

*“...a gente pensou, eram três pessoas que queriam gravar o CD, então duas cantavam uma vez por semana, a gente fez uma agenda, a produção dos CDs a prospecção, quem vai gravar, quantas cópia cada um vai ter, a gente fez todo esse processo com eles. Ah você quer escrever um livro, então com os estagiários a gente fazia a digitação, escrevia, enfim, a gente tinha acompanhamento individuais.[...] tinha o João da viola que ele era cantor de música sertaneja de raiz e ele viveu muitos anos em centro de acolhida e o sentido da vida dele era aquela produção da divulgação da música sertaneja de raiz, então ele arranjava parceiro, faziam discos e vendia os discos, ele se apresentava lá na Praça do Parque da Luz que era um parque que tradicionalmente tinha apresentação de música sertaneja, então cada para cada um tinha um sentido diferente né.[...] Isso foi uma coisa bem bacana que eu acho que a gente conseguiu acelerar muitos projetos, foi uma vertente do Ponto que eu acho que foi muito legal, que eu particularmente gostei e a gente conseguiu fazer uma conexão muito legal com a TO. Porque tem o projeto de vida, tem a questão do trabalho ou da questão da geração de renda, e muito da discussão do que é ser um artista de rua, que a maioria deles era isso. Então isso seria menos qualificado ou mais qualificado, se eu quero sair da rua a partir disso ou não, se isso é uma forma de militância, se é uma forma de você também marcar a questão da população em situação de rua, várias questões surgiram” (Miki).*

Durante um ano como coordenadora, organizou a operacionalização inicial do Ponto de Cultura como projeto complexo (equipe, ações, financeiro, contratações e compras), participou do primeiro ano de execução das oficinas bases para todas as ações que aconteciam nesse espaço cultural e realizou de forma compartilhada a avaliação anual

geral do projeto. Após esse ano Miki foi trabalhar em outro serviço, mas o Ponto de Cultura continuou funcionando até o final do edital e o espaço ainda mantém atividades acontecendo.

## 2. 2º Cenário de experiência

*Sobre um Ponto de Cultura consolidado: interfaces e experiências entre Terapia Ocupacional, Cultura e Arte na cidade de São Paulo*

*Contado por Isabela Umbuzeiro Valent*

*Trajetória da artista:*

*Isabela* é terapeuta ocupacional formada pela Universidade de São Paulo em 2008. Mestra pelo programa de estética e história da arte da mesma universidade em 2012, na qual participa do grupo de estudos e pesquisas Poéticas e Políticas do Sensível. Tem uma trajetória pessoal de aproximação com a arte e com cursos livres e contato com recursos e modalidades/experimentações artísticas, como a fotografia, o vídeo e a dança. Trabalhou em alguns projetos artísticos-culturais como o NAVE (Núcleo Audiovisual Experimental que foi uma iniciativa do Instituto Projetos Terapêuticos, que é uma organização da sociedade civil e funciona desenvolvendo projetos variados) e o Encontrarte (projeto autônomo que funcionava a partir da colaboração dos participantes, fomentando ações em arte e cultura). Foi participante do Ponto de Cultura “É de Lei”<sup>1</sup>, construindo uma história de seis anos de ações e reflexões em cultura, de 2009 a 2014, na qual fez parte da equipe de gestão e foi coordenadora. Realizou especialização em gestão cultural pelo SENAC (serviço nacional de aprendizagem comercial) entre 2013 e 2014. Em 2017 se afastou do projeto e do Ponto para realizar seu doutorado em Lisboa.

*A experiência:*

---

<sup>1</sup> O Centro de Convivência É de Lei é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 1998 na promoção da redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas. Nossas ações estão voltadas para o desenvolvimento da cidadania e para a defesa dos Direitos Humanos de pessoas que usam drogas sobretudo em contexto de vulnerabilidade. Estas ações se concentram em cinco núcleos: Núcleo de Campo: oferece acolhimento, orientação e encaminhamento de usuários de drogas e sua rede de interação social no Centro de Convivência, realiza intervenções em campo, e desenvolve projetos para promoção da redução de danos em diversos contextos, incluindo a criação e testagem de insumos e estratégias preventivas para usuários de diferentes drogas. Núcleo de Ensino e Pesquisa: coordena cursos, formações e supervisões de profissionais, assim como oferece consultoria para a implantação de programas de redução de danos e colabora em pesquisa científicas. Núcleo de Cultura: coordena as ações do Ponto de Cultura É de Lei, promovendo oficinas e outras atividades culturais para a população atendida e sua rede de interação social. Núcleo de Comunicação: canal de promoção e visibilidade da redução de danos e das questões relacionadas a drogas e direitos humanos. Núcleo de Gestão: desenvolve estratégias de sustentabilidade institucional. (<http://edelei.org/pag/quem-somos> Acesso em: 01/2019)

*“No ‘É de Lei’ eu comecei como oficinaira, coordenando a oficina de fotografia e depois de um ano eu entrei na gestão e a gente constituiu uns núcleos e entrei na coordenação do Ponto de Cultura, já era ponto e depois a gente continuou com os projetos. Lá tinha muitas funções, como coordenar a equipe, montar programação, continuar dando oficina nas residências artísticas que a gente criou, fazia um pouco de tudo e tinha a gestão e organização também, que foi um trabalho muito, muito intenso” (Isabela).*

Isabela aponta para uma reflexão sobre a transdisciplinaridade que revelava seu trabalho no Centro de Convivência, que se tornou Ponto de Cultura, pensando nas funções de gestão e produção em cultura e as interfaces com a terapia ocupacional. Observa que o espaço do Ponto de Cultura era um espaço de convivência e como a terapia ocupacional produz e cria nesses espaços. Isabela ressalta que a perspectiva de diferença e do heterogêneo sempre guiou suas ações nesse trabalho.

*“O Centro de Convivência não era um lugar de cuidado, era um lugar de circulação e de acesso. Acesso a assistências diversas, seja jurídica, seja na área da justiça, dos direitos humanos, da saúde, da assistência social, dos direitos de forma geral... (Isabela).*

Quando ficou na coordenação, possuía várias funções, mas uma delas era a organização das equipes dos redutores de danos, nas quais haviam pessoas com formações diversas, as vezes a dicotomia entre as áreas da saúde e social causavam complexidades nessa organização. Nesse momento, na coordenação dessas equipes no Centro de Convivência, Isabela percebe a interface com a sua formação em terapia ocupacional nessa função.

*“Pensando atividade humana, se a gente olhar um pouco pra essa questão da atividade sempre foi minha marca, meu olhar no ‘É de Lei’, mas eu trabalhei em projetos separados. Uma época eu fiquei na coordenação da equipe da convivência [...] pensando que o redutor de danos está um pouco para cuidar, mas era uma equipe que tinha muita dificuldade de pensar a organização do espaço, do tempo e das atividades dos encontros...” (Isabela).*

O Centro de convivência situava-se na galeria do Reggae, local próximo a galeria do Rock em São Paulo, onde aconteciam muitas festas e baladas, havia muita circulação de pessoas e muito uso de cocaína e injetável. Era um ponto de acesso aos usuários, portanto um lugar relevante para a localização de um Ponto de Cultura que tinha como

objetivo promover ações para redução de danos e para lidar com as vulnerabilidades e fragilidades sociais, com um público que era variado, mas predominante de usuários de substâncias psicoativas e da população em situação de rua em geral. Sobre o funcionamento do Ponto de Cultura, eram realizadas oficinas temáticas diversas no centro de convivência, mas depois de um tempo foram sendo criadas outras estratégias como a residências artísticas e o “AT cultural”, que foi uma criação baseada no formato dos acompanhamentos terapêuticos, porém desconstruída para a lógica da cultura como direito e fazer humano essencial inato.

*“Depois de um tempo percebemos que só o formato de estar ali na oficina, repetia esse lugar de uma relação de alguém que atendia e a gente queria uma relação de cocriação, de produção, da pessoa ir lá pra produzir, então a gente foi inventando dispositivos, criamos uma espécie de AT cultural, porque não é um AT, é uma prática que acompanha nos projetos que a pessoa escolhe pra fazer na vida, então por exemplo, o cara que escreve muito e não participa das atividades em grupo, não está nas oficinas [...] Tinha um dos participantes que odiava estar nesses lugares cheios de gente, mas ele ficava no centro de convivência desenhando, ele fazia coisas maravilhosas. E histórias, ele tem um caderno enorme de histórias e anotações, ele vive na rua e observa as coisas e escreve, ele guardava esse caderno nos mocós das ruas, então a gente foi criando com ele um lugar para ele guardar as coisas [...] fomos propondo criar um blog, o acesso às ferramentas, seja qualquer tecnologia, se era caderno, tinta, papel, as câmeras fotográficas e os computadores como um lugar de mediação, da pessoa poder produzir, porque de fato ela já produzia, mas ela não tinha acesso aos meios para poder divulgar e registrar o seu trabalho...” (Isabela).*

Então o objetivo desses acompanhamentos, por exemplo, era fazer circular e movimentar a produção artística e cultural das pessoas. Havia pessoas disponíveis para os acompanhamentos, mediar e disparar ações com os participantes, isso movimentava o centro de convivência.

*“E a gente sempre ia muito para os espaços culturais e fazia parcerias e a residência tinha seu lugar de não só de produzir circulação mas de criação, então a gente fazia uma parceria com outros espaços culturais, chamava um artista que colaborava pontualmente e tentava fazer a produção circular para além do nosso próprio convívio, a gente fazia a inscrição das produções em mostras, participamos de algumas...” (Isabela).*

Ainda sobre as atividades do Ponto de Cultura, algumas ações também se estenderam para ampliação dos espaços e da circulação, por exemplo o envolvimento em festivais e mostras maiores, criando trocas com outros Pontos e pessoas, parcerias com vários projetos que também já aconteciam e maximizando a arte e a cultura como estratégias para mobilizar um cenário de luta por direitos, cuidado e resistência em São Paulo.

*“porque a gente começou a fazer ocupação cultural na praça, a gente já fazia o Cine Carroça que era produção de vídeo. Mas queríamos algo maior e levamos o equipamento e começamos [...] começamos a fazer esses espaços de sarau aberto, para as apresentações na praça, chamar os parceiros... (Isabela).*

Isabela aponta que exercia uma função de coordenadora e gestora de um projeto cultural e de um centro de convivência mais do que de terapeuta ocupacional, mas o olhar para as atividades de vida das pessoas, pensando estratégias e potenciais, revelava que a terapia ocupacional estava muito presente na forma com a qual ela fazia. Também ressalta que foi aprendendo no caminho, a fazer todas essas funções e interfaces de forma potente e construtiva, desde a relação com as equipes até os aspectos financeiros.

*“...ia fazendo na unha e nem sabia o que estava fazendo, que era produção cultural [...] Fazia escrita, produção, produção executiva com dinheiro, onde vai pra comprar, a gente ia comprar coisa na Efigênia, dava oficina, coordenava [risada] manejava o quadro de surto no meio do processo, tudo meio junto! E às vezes eu ficava pensando que uma função é meio fazer essa tradução assim, qual era a particularidade da minha formação como TO e estando em um projeto que pensa a diferença pra propor um projeto cultural, qual era a diferença de um produtor cultural [...] e aí são várias, são detalhes que você pensa: no como vai fazer o convite, como vai fazer parceria, qual a estratégia, como eu vou mobilizar a rede de assistência para poder fazer o convite? [...] é meio esse lugar de tentar escutar, entender as barreiras de acesso e tentar criar estratégias pra que elas possam diminuir... A gente olha para como a pessoa vai participar, ou o que ela está fazendo, porque ela está lá fora ou como ela pode se expressar de uma outra maneira que não é da linguagem, mesmo que você trabalhe com uma linguagem que não é só verbal. Ter essa sensibilidade e percepção na prática é muito essa função do TO” (Isabela).*

### 3. 3º Cenário de experiência

*Políticas, direitos e gestão em cultura: trajetórias de uma Terapeuta Ocupacional no MINC (Ministério da Cultura).*

*Contado por Patrícia Silva Dorneles*

Trajetória da artista:

Patrícia é terapeuta ocupacional formada em 1995 pelo Centro Universitário Metodista – IPA, em Porto Alegre, desde sua graduação em terapia ocupacional também se inseriu na atuação nas políticas públicas de cultura, inicialmente como oficinaira projetos públicos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, depois como terapeuta ocupacional de serviços públicos de saúde, mas com atuação permeada sempre pelas estratégias e militâncias do campo da arte e da cultura.

Em 2001 assumiu a gestão de um Centro Cultural em Porto Alegre no qual trabalho com políticas voltadas as questões de meio-ambiente, patrimônio e identidades, provocando para o conceito de étnico-sustentabilidade. Esse Centro Cultural se estabeleceu como referências no debate a cultura também com efetivação das atividades oferecidas, encontros e oficinas frequentemente lotadas. Durante esse tempo, ela também foi professora da graduação em terapia ocupacional em algumas instituições, alinhando esse trabalho sempre com a gestão.

Em 2003, continuou dando aulas, mas saiu do Centro Cultural para assumir um trabalho de gestão no Ministério da Cultura, durante o governo do ministro Gilberto Gil, no qual foi convidada para atuar como gestora da regional do Ministério da Cultura que abrangia os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, articulando mais de sessenta municípios. Essa é a experiência marcante que essa mulher inspiradora vai relatar. Atualmente Patrícia é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, envolvida com os processos da gestão cultural da universidade e criadora da especialização em Acessibilidade Cultural.

*A experiência:*

*“No MINC o primeiro desafio foi aproximar todos os artistas, os produtores, a gestão pública ao Ministério da Cultura, não tinha uma representação do MINC. E começar a trazer as políticas públicas praquela espaço, praquela discussão, fazer essa interlocução com o Ministério da Cultura. Eu fiquei trabalhando um tempo de forma geral nas*

*políticas do MINC e depois eu fui cuidando das pautas que o pessoal do ministério já sabia que eu trabalhava, e, que o ministério estava querendo desenvolver e começando a desenvolver. Então eu comecei a trabalhar no primeiro edital do prêmio de culturas indígenas, porque já tinha essa relação com a comunidade indígena, fiz a articulação do prêmio nos três estados, trabalhei no programa Cultura Viva durante uns cinco anos basicamente. No programa Cultura Viva, eu implementei, fui a primeira coordenadora regional do programa, através do Ministério da Cultura, então os primeiros pontos de cultura, a reunião dos primeiros fóruns dos pontos de cultura, não tinha fóruns dos pontos de cultura, não tinha ninguém, não tinha teia, não tinha nada. Então foi toda essa articulação de construir os fóruns, a participação, todo o fomento da história do programa, eu cuidei disso da região sul que é um pouco do resultado do meu doutorado na geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [...] ainda no MINC eu coordenei o edital ação, saúde e cultura na secretaria de cidadania cultural na época que foi o primeiro edital para mapear as iniciativas que faziam essa interface de saúde e cultura, de cultura e saúde na verdade e depois junto com isso fiz o “Loucos pela Diversidade”, fui responsável pelo “Loucos pela Diversidade”, e eu amo de paixão essa experiência e me com o Paulo Amarantes da Fiocruz, articulei, eu trouxe Paulo Amarantes pro MINC, para fazer essa articulação [...] depois aconteceu a mesma experiência com pessoas com deficiência que foi o “Nada sobre nós sem nós”, que veio dessa agenda, dessa pauta.” (Patrícia).*

Sobre sua experiência como gestora e terapeuta ocupacional no campo da cultura, Patrícia relata que o Cultura Viva foi algo muito marcante e intenso, que foi o segundo maior programa do governo federal, perdendo em expansão apenas para o Bolsa Família. Foi um Programa de tecnologias sociais e estratégias reconhecidas no mundo todo, principalmente na América Latina, onde conseguiu movimentar o cenário cultural e das ações comunitárias, que foi o movimento Cultura Viva Comunitária, que integrou diferentes atores que estava nos territórios organizando ações coletivas, do terceiro setor e outros diversos movimentos.

*“O programa Cultura Viva pra mim, enquanto terapeuta ocupacional, ou enquanto trabalhadora da área da cultura foi um segundo encontro da minha vida daquilo que eu já tinha feito antes nos anos 90. Então se antes eu ia como oficinaira pro território, desenvolvia oficina de artes, intervenções urbanas, culturais, logo depois trazendo esta mesma experiência pra saúde mental em Porto Alegre, isso nos anos 90 e que depois eu*

*tive a possibilidade de mostrar isso pros meus alunos no IPA e no Lages, e todos aqueles outros trabalhos que eu tinha feito também que eu te contei em Santa Catarina, com o terceiro setor, movimento social e tal, depois o próprio Paraíso que é o Centro Cultural [...] Quando eu cheguei no programa cultura viva é obvio eu tinha uma bagagem histórica de 10 anos fazendo isso [...] Então na verdade a minha experiência como gestora do programa foi um resultado desse acúmulo que eu já tive, que foi um novo encontro, uma nova escala do mesmo trabalho. Naquele momento eu já não sou mais a oficinaira que está ali, mas a pessoa que é capaz de ter sensibilidade porque já tinha uma história anterior com isso, de entender aqueles processos daqueles trabalhos educativos de território e periferia. Então eu fui também aprendendo a lidar na experiência da gestão do Governo Federal com essa articulação. Por exemplo, quando eu era oficinaira eu tinha que fazer todo um trabalho de engajamento de território, de educação popular, cultura, mobilização pra que aquelas pessoas sentissem que elas poderiam ter acesso à cultura que era um direito delas, que elas deveriam ocupar aqueles espaços, que eu fiz enquanto artista, enquanto arte educadora, enquanto terapeuta ocupacional que trabalhava com esses grupos [...] Quando chego em uma outra escala da gestão que é o programa da cultura viva eu vou fazer a mesma coisa, vou formar as redes, vou potencializar o encontro dos pontos, vou apresentar esses pontos para eles mesmos, vou proporcionar reuniões, vou organizar os debates, vou organizar a construção de um fórum com representatividade. Então aí eu já passo de um território talvez de uma escola mais micropolítica ali no bairro para uma escala maior nesse sentido, de gestão da implementação do programa. Enquanto terapeuta ocupacional e o acúmulo que a terapia ocupacional me dá, me deu, me dá ainda, pude ter a sensibilidade de reconhecer esses territórios de fazeres, de saberes, de articulação, de engajamento e de espaços de acolhimento. Perceber as dificuldades enfrentadas, buscar soluções com essas pessoas no diálogo com a gestão federal, que era o meu trabalho, um pouco esse intercâmbio, esse diálogo. Também continuar aprendendo foi me trazendo novos olhares pra pensar outras coisas numa perspectiva da terapia ocupacional duma inserção de uma terapia ocupacional nesse território, fui meio que me retroalimentando, trazendo novos conceitos, novas possibilidades...” (Patrícia)*

Para continuar de forma mais intensa seus trabalhos na gestão em cultura pelo ministério, Patrícia se mudou para Brasília em 2009, ficou até 2010 quando foi chamada para ser professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e saiu do

Ministério da Cultura, mas continuou as militâncias e as ações nesse campo, principalmente na interface com a terapia ocupacional. Há oito anos na UFRJ, é coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural que já formou duas turmas e está no processo de formação da terceira. Também realiza o Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC, que em 2018 realizou sua quinta edição e organizou duas edições do Encontro de Terapia Ocupacional e Cultura. Também criou a disciplina de acessibilidade cultural para o currículo do curso de terapia ocupacional e possui o cargo de superintendente de difusão cultural, ligado ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, setor que articula, propõe e administra as políticas culturais.

*“Eu comecei com 20 anos há trabalhar nas políticas culturais, mas já estou com 48, na verdade são 28 anos que eu trabalho com políticas culturais. Estou em algum lugar junto às políticas culturais. Até na UFRJ, no próprio curso de especialização que eu lancei que é um curso para implementar a política cultural acessibilidade para pessoas com deficiência, por isso, que eu digo que eu sou uma trabalhadora da área da cultura, que minha expertise, meu conhecimento em TO também me auxilia muito. Por isso, que eu acho que a gente pode ter terapeutas ocupacionais em um cargo que está ali na TO social, mas que a gente já está abrindo outro campo que esse terapeuta ocupacional ele está nas pautas e nas políticas culturais implementando as experiências da diversidade cultural, nos ambientes culturais ou nos setores de cultura, então é um pouco isso que a gente vem tentando dizer que existe um lugar para terapia ocupacional que é dentro das políticas culturais...” (Patrícia)*

Ainda sobre essa vivência na interface entre terapia ocupacional e cultura, Patrícia relata sobre esse caso da gestão, em específico sobre essa possibilidade potente que ela pode presenciar em termos da organização política, desvelando aspectos da esfera federal que possibilitaram esse desenvolvimento cultural intenso e democrático, que demarcou um momento político importante na história das políticas culturais, da reformulação política acerca do conceito de cultura e do reconhecimento das produções e da diversidade. Ela apresenta sua satisfação em ter participado da gestão tanto do centro cultural Paraiso em Porto Alegre, alinhada a uma política de governo também muito pulsante para a questões da cultura. Como também aponta as diversas conquistas e aprendizagens do trabalho mais amplo dentro do Ministério da cultura, no Cultura Viva.

*“Esses dias eu estava participando de uma mesa e eu até disse: “olha, eu tenho muito orgulho de ter participado de uma experiência de uma gestão petista que teve 16 anos com seus erros e acertos em Porto Alegre”. [...] Foi muito legal essa experiência porque foi o “boom”, foi onde o Estado teve essa prioridade de fazer esse tipo de investimento, então, é diferente de você estar em um lugar lutando para que o Estado faça né? Eu estava em um Estado disposto à fazer, então foi uma experiência muito rica, a inventividade estava muito solta, as articulações estavam muito tranquilas, embora tinha-se também dificuldades internas, brigas internas, lutas internas, orçamento e todas essas coisas [...] E tive a possibilidade de ter participado 6 anos do governo do Gilberto Gil, Juca Ferreira. Mesmo depois na Universidade desenvolvi outros projetos, não só da especialização, mas outros, na UFRJ também, parcerias que a gente tinha com a gestão anterior e então eu peguei dois momentos muito bonitos da história da política cultural do Brasil. Então, tanto jovem, tanto mais velha, com essa energia de fazer, de trazer esses deslocamentos, de provocar esses novos temas, de desconstruir conceitos antigos, de desconstruir toda uma visão, de cultura baseada ainda em uma visão elitista só do campo das artes, trazer a pauta da diversidade, trazer a pauta da questão dos ciganos, trazer a questão dos indígenas, foi muito, foi muito rico! Então sobre os desafios tinha-se todos, tive essa grande possibilidade de ver esse momento rico de potência, mas os desafios foram justamente implementar isso também para os outros, porque nosso trabalho era criar uma sensibilidade nacional, ou seja, sensibilizar os gestores públicos dos municípios do Estado e o movimento social pra que a gente avançasse no conceito da diversidade, ampliasse a política nacional, porque o governo federal tem esse objetivo: ele cria as estratégias nacionais, as orientações pra que sejam implementadas depois nos governos, estados, nos municípios, orientação de uma política nacional...” (Patrícia)*

#### 4. 4º Cenário de experiência

##### *A experiência do Ponto de Cultura Tradicional do Quilombo do Grotão*

Este cenário foi contado em duas entrevistas, uma individual e outra coletiva. Desvela-se, portanto, o cenário em duas partes, como no processo das entrevistas, pois considerou-se este formato mais didático, permitindo maior aprofundamento dos dados.

##### *Parte 1: Contado por Samira Lima da Costa*

##### *Trajetória da artista:*

Samira é formada em terapia ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos desde 1995. Especialista em saúde coletiva pela mesma universidade desde 1997. Realizou seu mestrado pelo programa em educação da UFSCar, defendendo sua dissertação em 2000. Ela revela que já no mestrado, intencionando pesquisar relações de memórias de comunidades migrantes, a cultura começou a aparecer como dimensão importante nos seus estudos.

Realizou seu doutorado em psicossociologia de comunidades e tecnologias sociais, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, finalizando em 2007. No doutorado mergulhou no campo da cultura, quando iniciou uma pesquisa acerca das comunidades tradicionais de pescadores Caiçaras, muito embalada pessoalmente por ter vindo de uma família de pescadores artesanais.

Em 2017, Samira iniciou o pós-doutorado em antropologia no PPGAS que é o programa de pós-graduação em antropologia social da UNB (Universidade de Brasília) com o José Jorge de Carvalho que trabalha com a política e o programa Cultura Viva. No pós-doutorado, na antropologia, vislumbra aproximar a cultura da terapia ocupacional e entende a dimensão cultural como intrínseca nesse debate dos saberes e as ocupações tradicionais e populares. Portanto, busca na política cultural um campo fértil para seus desdobramentos que visam olhar para o eixo temático dos mestres de saberes, aspecto que é abordado com ênfase dentro do Programa Cultura Viva.

Nesse sentido Samira relata que sua trajetória esboça muitas ações e trabalhos em interface com as artes e com a cultura, mas que o debate mais intenso e com foco nas políticas culturais é mais recente em sua prática, principalmente no pós-doutorado, onde a discussões sobre e necessidade das políticas culturais vieram com mais força. Samira conta que antes havia dúvida sobre a relevâncias das políticas culturais como pasta

própria, pois elas deveriam ser interministeriais e transversais, mas que com a prática e a reflexão, notou-se claramente a necessidade de defesa de uma pasta, que pode consolidar e materializar direitos culturais, os quais ainda são muito escassos e negligenciados. Sobre sua história dentro do campo das políticas culturais, Samira aponta que considera um marco sua aproximação com o Quilombo do Grotão:

*A experiência:*

*“Dentro da política especificamente a gente começou em 2014 uma aproximação com o quilombo do Grotão que fica em Niterói que era um quilombo naquele momento que estava passando por um momento importante, que era um momento de que as pessoas que tinham mais visibilidade dentro do quilombo, já se diziam quilombolas, já intitulavam o seu espaço como quilombo, mas a grande maioria, embora fosse a que tivesse menos visibilidade, era numericamente a grande maioria não se reconhecia como quilombola, não dava a seu território o nome de quilombo e isso gerava várias tensões ali dentro e para cidade de Niterói aquilo não era um quilombo. Quilombo era o nome de um restaurante, porque eles têm um restaurante que funciona só aos sábados e domingos e vende feijoada, então quilombo era o nome desse restaurante que funciona aos fins de semana, e isso não estava muito claro. Foi quando eu cheguei aqui no Rio em 2014 e imediatamente as pessoas que eu já tinha contato aqui, que eu fiz doutorado aqui já me falaram – ‘Olha, você tá morando em Niterói, tem um quilombo passando por uma situação meio tensa, vai lá, você trabalha com isso’ - e eu fui, muito sem saber o que eu poderia fazer [risada], não enxergava se cabia fazer um projeto da Universidade junto. A gente começou lá um processo de estágio, extensão, etc, no quilombo pra pensar o que é a constituição de um coletivo que vai se definir ou não como quilombo até chegar em uma assembleia, até eles decidirem pela auto declaração, fazer o processo na Fundação Cultural Palmares, e a gente teve a oportunidade de fazer o laudo [...] Foi bem importante para mim, para minha formação, de entender a construção, a escolha das palavras, do que aquela comunidade está destacando como importante pra eles e a gente conseguir colocar isso em um vocabulário de laudo sem ferir o que é o vocabulário próprio da comunidade...” (Samira)*

Samira disse que a chegada do terapeuta ocupacional Ricardo em 2015, que também entrou para essa equipe de trabalho no e com o Quilombo, aumentou as parceiras e as forças, então ela repensou sobre o que o coletivo estava construindo, os papéis e as

responsabilizações e percebeu que era o momento de ampliar esse projeto cultural, cheio de demandas e potencialidades.

*“...e eu comentei assim: acho que a gente precisa fazer contato com a secretaria de cultura de Niterói, isso não é pra gente ficar fazendo só pela UFRJ porque é de Niterói, a cidade tem que se responsabilizar por isso [...] e a gente foi procurando, o próprio Renatão que é a liderança do Quilombo falou – “ah eu conheço uma pessoa que é da Secretaria de Cultura, vocês querem contato?”- a gente fez contato, a gente marcou um almoço, essa pessoa foi no quilombo, a gente levou os estagiários para participar daquela conversa e foi dizendo do que era o movimento que a gente estava fazendo com o Quilombo, que achávamos que esse movimento era importante fazer com os pescadores de Niterói, bastante precarizados pelo avanço dos condomínios de luxo, enfim... e pela interdição da marinha, que tudo isso era importante também de ir fazendo com outras comunidades e que a gente entendia que isso era de responsabilidade dessa pasta, da cultura, e essa pessoa ficou bem interessada: - ‘ah, muito bom, só que a gente não tem essa rubrica de terapia ocupacional na cultura’ - falei: - “isso não tem problema, a gente pode começar por algum edital específico e pelo edital específico podemos fazer a contratação de TO e pela contratação de TO vamos argumentar com a câmara de que é necessário”.* (Samira)

A militância pelo cargo de terapia ocupacional nesse campo cultural foi intensa e promoveu debates e processos reflexivos sobre essa interface que se mostrou tão relevante no trabalho no Quilombo, desde o início. Em 2016, o grupo conseguiu registrar o Quilombo do Grotão no Mapa da Cultura<sup>2</sup>, como Ponto de Cultura tradicional, autodeclarado, com atividades variadas acontecendo frequentemente. Quando o edital dos Pontos de Cultura foi lançado em 2017, Samira estava de licença e foram Renata e Ricardo que elaboraram o projeto para concorrer ao edital e conseguiram ser aprovados em primeiro lugar, contando com o financiamento do projeto e a possibilidade de contratação da terapeuta ocupacional Isabelly. Samira também ressalta que além desse processo intenso no Quilombo do Grotão, está inserida no campo de estudos e práticas

---

<sup>2</sup> O Mapa da Cultura é um espaço para integrar e dar visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura, se constituindo o pilar principal do SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais). Neste mapa estão reunidas informações do antigo Registro Aberto da Cultura - RAC, da Rede Cultura Viva, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP e do Cadastro Nacional de Museus. < <http://mapas.cultura.gov.br/> > Acesso em 01/2019.

das políticas culturais, também pelo viés do programa de mestres de saberes do Cultura Viva:

*“...e tem outro movimento que também dentro da cultura viva tem essa previsão da entrada dos mestres na Universidade e eu venho pesquisando isso, lá na UNB tem um programa que chama Encontro de Saberes que prevê por dentro da Universidade um pagamento como professor adjunto e o reconhecimento por notório saber de alguns mestres que tem um conhecimento que a Universidade não tem, e trazer os mestres de conhecimento tradicional para darem aula como professor adjunto. Esse movimento a gente está fazendo no programa da Pós-Graduação onde eu estou inserida que é de Psicossociologia, fiz doutorado e na graduação também a gente tem a comissão de diversidade e identidade culturais e essa comissão dentro do departamento de TO, está fazendo a proposta de trazer o Encontro de Saberes pela política do Cultura Viva para formação dos graduandos. Então tem essas duas coisas: uma que é pelo Ponto de Cultura lá do Quilombo e outra que é pela inserção dos mestres de saberes...” (Samira)*

Como terapeuta ocupacional, inserida nesse campo da cultura, das comunidades tradicionais que é seu eixo central, ela aponta para dois laboratórios, um que coordena: o Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações: “Rastros Sensíveis”. E o outro que participa ativamente, chamado “LDS” (Laboratório de Sensibilidades e Devires).

*“...e nesses dois a gente tem tanto a inserção pelas comunidades tradicionais quanto a inserção dos artistas populares e artistas de rua. Então, agora, por exemplo em 2017 e nesse começo de 2018, a gente fez todo um movimento para poder apoiar um Ponto de Cultura que é do Hip-Hop [...] Ponto da Palavra, em uma das favelas mais distantes que é do Rio de Janeiro mas é quase zona rural, então ele fica muito afastado[...] o LSD é especificamente voltado para artistas de rua. Então, tem também essa outra entrada que eu tenho um envolvimento, um pouco menor...” (Samira)*

## **5. Parte 2:**

*Contado por Ricardo Correia, Isabelly, Renata da Silva de Faria e José Renato*

### *Trajetória dos artistas:*

Essa experiência foi relatada de forma coletiva no Quilombo do Grotão Niterói - RJ), com os terapeutas ocupacionais envolvidos nesse projeto e com a liderança quilombola, José Renato, que participou contando a história desse processo de trabalho junto a terapia ocupacional na cultura. Apresentando os terapeutas ocupacionais:

Renata, formada em 2008 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é terapeuta ocupacional sanitarista, (especialização concluída em 2010 pela Escola FIOCRUZ) e mestra em saúde pública pela UFRJ em 2014, atualmente é doutoranda e professora na mesma instituição. Atualmente tem se dedicado a estudos relacionando trabalho, cultura e saúde.

Ricardo, terapeuta ocupacional formado desde 2008 pelo Centro Universitário São Camilo, concluiu mestrado em 2014 e doutorado em 2017, ambos pela Faculdade de Medicina do ABC, no programa de Ciências da Saúde, na linha de pesquisa em Determinantes Sociais da Saúde e Saúde Coletiva.

Ricardo afirma que vem de uma trajetória de serviços do campo da saúde mental, trabalhando mais especificamente com pessoas que faziam uso abusivo de álcool e outras drogas, especificamente com projetos de inserção no trabalho por meio da Economia Solidária e Economia Criativa. Trabalhou nesse setor durante 6 anos, e a partir de 2009 ingressou como professor do curso de Terapia Ocupacional na Faculdade de Medicina do ABC, na cidade de Santo André (SP), onde desenvolvia projetos de extensão em desenvolvimento local, políticas urbanas de planejamento e as relações entre as questões econômico-sociais e políticas culturais. Ele destaca que sua trajetória no sentido dos “serviços de saúde mental”, estão completamente embebidas nas relações das práticas comunitárias e territoriais, mais orientadas as questões sociais do que para os processos clínico e de saúde em si.

Atualmente cursa duas especializações, uma em Projetos Sociais e Políticas Públicas pelo SENAC São Paulo e outra em Acessibilidade Cultural pelo Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ. Ele relata que aproximação com a dança desejo criança, sempre foi um desejo intenso, inclusive como possível carreira profissional, mas ao

conhecer a terapia ocupacional poderia compor de forma sensível e ter liberdade para criar o seu próprio modo de fazer e ser um profissional que cuida e olha para corpos e movimentos. Ricardo é professor da UFRJ e ressalta que sua atuação mais elaborada no campo da cultura veio com o início do projeto no Quilombo do Grotão e principalmente com a seleção como Ponto de Cultura.

Isabelly terapeuta ocupacional se formou em 2017 pela Universidade Federal do Pará. Após formada, logo iniciou seu trabalho no Ponto de Cultura, mas relata que desde antes de sua graduação possui conexões com esse campo, inicialmente inserida na prática do teatro. Na graduação, nos trabalhos e experiências acadêmicas, sempre investigava esse campo da cultura e questões étnicas, e encontrou referenciais que diziam sobre a cultura, na perspectiva étnico-racial. Ao buscar essas referências diversas em eventos e pesquisas, foi se apropriando desse universo de conhecimentos que despertou seu interesse para atuar em uma política de cultura. Isabelly é atualmente a terapeuta ocupacional contratada para o trabalho no Ponto de Cultura do Quilombo do Grotão.

*A experiência:*

Renata conta sobre sua aproximação do campo da cultura e do projeto do Ponto de Cultura como uma política cultural:

*“A minha aproximação com a cultura vem a partir do momento em que a gente entra no Quilombo e passa a pensar as demandas que estão aqui nesse cenário, nesse território e a cultura começa a trazer outras questões, sobre a discussão do trabalho que eu já vinha fazendo, não só do trabalho das artesãs, mas a possibilidade de pensar uma especialização que foi um trabalho que a gente tocou junto, embora elas não tenham uma produção coletiva, elas tem uma produção mais independente, mas sobre a comercialização, pensamos em um projeto que pudesse fortalecê-las, criando inclusive uma identidade coletiva, qual o sentido delas estarem juntas, qual o sentido para elas se intitulem enquanto um grupo de artesãs que estão associadas à chancela do Quilombo, a identidade do Quilombo, inclusive porque essa identidade quilombola, ela foi sendo construída ao longo dos últimos anos, muito pela necessidade de permanência na terra, porque essa é uma comunidade que vive sistematicamente pressão de desapropriação como a maioria das comunidades tradicionais e quilombolas no Brasil, então recentemente acho que fruto um pouco desse trabalho junto entre nosso projeto, entre as Universidades que também desenvolvem trabalhos aqui no campo da cultura a gente*

*conseguiu a certificação do quilombo que de algum modo deu um respiro, então que garante essa resistência e o trabalho que a gente vem realizando conjunto com eles...”*  
(Renata)

Renata explica que o trabalho no Quilombo inicialmente se dividia em três frentes. Uma era relacionada a Lei 10.639 que garante a inclusão de questões e debates étnico-raciais nas escolas, e essa era uma frente que se desdobrava em várias ações. Outra frente era pensada com foco na memória e na identidade, que foi o projeto da construção de livros artesanais com os moradores, os livros chamavam-se “minha vida dá um livro”, e produziam o resgate da memória e da cultura do Quilombo. A terceira frente que fazia uma discussão sobre as questões produtivas, o desenvolvimento local e das redes sociais de suporte daquele espaço cultural, a partir dessa relação surge o encontro com a terapia ocupacional mais fortemente. Renata aponta que no início surgiram muitas questões, uma amplitude de demandas de diversas áreas e setores, mas que com o tempo as questões culturais foram visualizadas de forma mais clara.

*“[...] depois a questão da cultura foi aparecendo para eles como uma questão importante, do reconhecimento daquilo que se faz aqui, enquanto um saber importante e fomos identificando isso como um atravessamento do nosso trabalho. Foi quando a gente ficou sabendo do edital, da secretaria de cultura, minto, antes disso, nós fizemos o cadastramento no MinC reconhecendo uma auto intitulação como Ponto de Cultura no final de 2016 quando o Ministério da Cultura abre o cadastramento para os Pontos que se auto intitulavam porque eram produtores de cultura, porque estavam no circuito da cultura mas ainda não eram reconhecidos [...] A gente começou a se aproximar um pouco mais da discussão do Cultura Viva, o que era isso, como era a gente estar dentro do circuito da cultura da nossa cidade, essa era uma questão que o Renato também apontava como importante inclusive pra própria resistência das atividades que já existiam aqui. Então foi o Renato que acendeu a luz pra essa questão mais forte da discussão política, da produção da cultura, do que eles produziam aqui, e ficamos sabendo de um edital específico para o município de Niterói que é também um financiamento do Cultura Viva e resolvemos junto com eles tentar a submissão de um projeto para esse edital e a gente foi contemplado. Fomos o primeiro colocado nesse edital, fazemos questão de marcar isso, porque o Renato sempre falou que embora esse tenha sido o primeiro edital que fomos contemplados não foi o primeiro edital no qual ele tentou fazer parte, pra cultura*

*na cidade de Niterói e todas as outras vezes foi negado, os projetos nunca eram abarcados pela Secretaria de Cultura então esse é um edital que marca a entrada do Quilombo nesse cenário. Não a produção de cultura no Quilombo, porque isso já tem 98 anos que já vem construindo cultura nessa cidade, mas no circuito formal é a primeira vez que a Quilombo faz parte da rede de produção de cultura formal da cidade de Niterói. Eu acho que essa é uma conquista, um desdobramento do investimento do nosso projeto aqui, da nossa parceria com eles” (Renata).*

Isabelly formou-se e logo iniciou seu trabalho no Ponto de Cultura, mas entende que as questões raciais e culturais sempre estiveram presentes nas suas ações, e perspectivas de atuação.

*“Eu comecei a pensar “poxa, tem terapeuta ocupacional atuando dentro dos quilombos, comunidades tradicionais, então já deve ter alguém pensando nisso”, comecei a fazer estudos e as minhas referências em cultura são mais pesquisadores negros da educação/cultura e são esses meus referenciais atualmente e eu comecei a pesquisar sobre isso [...] E hoje eu ajudo o Renato na gestão do Ponto de Cultura, pensando essa articulação da rede, essas conexões e como inserir o Quilombo como Ponto de Cultura dentro das conexões de pessoas que já tem experiência com isso e que já desenvolvem esse trabalho estrutural, formal de cultura na cidade e agora a gente já vem conseguindo fazer uma rede mais forte. Na comunidade temos algumas parcerias, mostrar o Quilombo, tentar desenvolver esse trabalho que é uma das coisas mais difíceis assim de fazer, que a própria comunidade que é o local que esta geograficamente mais próximo daqui do Quilombo não conhece ou não consegue vir acessar essas produções. Estamos nessa fase de caminhar, entender os processos e criar essas conexões” (Isabelly).*

Para Ricardo o trabalho em cultura começa a partir da contemplação do projeto como Ponto de Cultura e ele desvela sobre como encara seu papel nessa dimensão tão ampla.

*“Então hoje eu me defino assim: eu sou um terapeuta ocupacional, que trabalho no campo do desenvolvimento local enquanto facilitador da participação, porque eu acho que qualquer terapeuta ocupacional ele é um facilitador da participação das pessoas nas atividades do dia-a-dia, e, se pra articular essa facilitação você precisa de políticas culturais, ok, você precisa de política de assistência social, ok, políticas de urbanização*

*beleza, acho que isso vai dando um tom de especificidade a sua prática. Porque as pessoas não têm só demandas culturais, não tem só demandas sociais, não tem só demandas de saúde, então a gente vai fatiando tudo [...] Por exemplo, no Ponto de Cultura hoje, vou falar por mim, são muitas perspectivas, eu acho que eu atuo como um estrategista de instrumentos pra facilitar a participação dos moradores nas atividades do desenvolvimento local do quilombo, à partir das políticas de cultura. Então, as políticas de cultura hoje, o edital, toda a articulação da rede com as pessoas, vão sendo instrumentos para algo que é mais amplo do que a produção do Ponto de Cultura, – o desenvolvimento local. Isso não exclui a importância, ou diminui a concepção e prática da cultura, expressa no Ponto de Cultura, enquanto um direito, uma forma econômica de viver e um território de fruição estética. Cultura e desenvolvimento local são coexistentes nisso tudo. Assim, enquanto universidade, apoiamos e facilitamos essa participação por meio dos instrumentos públicos. O Ponto de Cultura é expressão do desenvolvimento local. Especificamente tem duas grandes atividades que a universidade apoia: o desenvolvimento das oficinas e a gestão do Ponto de Cultura. Atualmente trabalhamos com os oficinairos e apoiadores externos na oficina e acessibilidade, no próximo semestre a gente vai fazer oficina de patrimônio cultural, rodas sobre memórias de comunidades tradicionais e a construção do Ponto de Memória do Quilombo, com apoio do Museu Arqueológico de Itaipú. E está sendo muito legal pensar a oficina também como instrumento de desenvolvimento local junto as políticas culturais. Eu venho observando que este conjunto vai servindo pra conectar uma série de agentes para o desenvolvimento aqui do quilombo. Então, por exemplo, só nessas três oficinas que já ocorreram sobre acessibilidade cultural, a gente já conseguiu fazer uma rede com instituições de pessoas com deficiência, da coordenadoria de acessibilidade de Niterói, dos serviços de assistência, museu, uma museóloga que está vinculada ao museu também... Olha as relações com a cidade que vão se compondo” (Ricardo).*

Ricardo aponta para a diferença pessoal e de abordagem dos terapeutas ocupacionais envolvidos nesse programa e no trabalho com o Quilombo, e, como a dimensão cultural permite essas intersecções e mixagens, de características individuais, dos diversos jeitos de ser e fazer. Além das perspectivas epistemológicas variadas, a cultura consegue convergir de forma potente as pessoas e o trabalho na política pública se tornam ainda mais pulsante dessa forma. Ricardo também ressalva que discutir sobre política cultural não é apenas para a terapia ocupacional, mas que deve ser fomentada em

todas as áreas e práticas, pois, ainda há muito o que percorrer. Discutir isso na terapia ocupacional ainda é muito complexo, pois o discurso de “fazer terapia” ainda nos coloca perante uma jornada, de transpor barreiras sobre as abordagens que utilizamos e de realmente entender as políticas como campo transdisciplinar, porém próprio das profissões de cuidado.

*“... é uma questão central como as atividades culturais vão servindo também de dispositivos legais para estar aqui, porque é complexo essa coisa do que é Quilombo? Porque assim, o ponto de cultura além dele ter esse formato de uma malha cultural para população, para cidadania cultura e tal também é uma estratégia política de defesa agrária da terra, porque isso também valida a identidade dessa população, da trajetória dela e que fala para o poder público assim: existe uma identidade aqui, uma história, uma memória produzida que vem muito antes e que por conta de tudo isso ela precisa permanecer aqui. Então estamos indo além de uma única política, uma única discussão epistemológica...” (Ricardo)*

Sobre o trabalho da terapeuta ocupacional Isabelly, é apontado que ela não está na posição de oficinaira, mas de gestora. Ricardo relata que foi apostado na terapia ocupacional nessa função, a partir do repertório de articulação que é muito efetivo na ação dentre das políticas. Renata ainda desperta para a postura desse grupo que reconheceu e quis garantir uma terapeuta ocupacional nesse papel importante de gestão, articulação e participação nas atividades culturais diversas.

*“E isso se dá muito por conta da nossa metodologia, porque a gente reconhece que não estamos aqui pra promover uma oficina, porque as pessoas já têm os saberes delas, as teorias de vida delas, e que na verdade o nosso papel aqui é justamente ser um articulador dessa rede, fazer com que o que já é produzido ocupe outros lugares, circule por outros circuitos. Então o nosso papel é bem esse, o Rick fala estrategistas eu gosto da palavra articulador, a gente tem um papel de articulador fundamental aqui e eu acho que garantir, dentro dessa aposta, um terapeuta ocupacional que pudesse como é o trabalho que a Isa vem desenvolvendo hoje, estar pensando especificamente quais são as contribuições da terapia ocupacional na gestão comunitária do Ponto de Cultura, dentro de uma política como o Cultura Viva, como é que isso e dá na articulação com os artistas, com os movimentos sociais...” (Renata)*

*“...a Isabelly entrou no projeto do edital, à partir de um concurso público, era uma vaga para terapeutas ocupacionais na cultura então é a cultura que está pagando o trabalho da Isabelly e essa foi uma aposta desse grupo de trabalho aqui, junto com o Renato compreendendo que a gente tem uma expertise, uma habilidade e competências capazes de agregar pessoas, de pensar estratégias e de estar nesse papel de articulador, para pensar participação na cultura” (Renata).*

Sobre todos estes tensionamentos e fazeres complexos do campo da cultura, responder as questões de memória, identidade, de cuidar e preservar os modos de vida e os fazeres e saberes tradicionais, de contar e valorizar as histórias e as produções diversas de forma a responder necessidades e demanda sociais, econômicas, políticas de determinados grupos, populações ou comunidades, são aspectos nos quais o grupo de terapeutas ocupacionais Renata, Isabelly e Ricardo apostaram coletivamente no trabalho no Ponto de Cultura Quilombo do Grotão.

*“A terapia ocupacional chegar e vim fazer esse estágio aqui... Teve várias identidades que nossa comunidade adquiriu após contato com eles, que a gente era a maior preocupação minha, né? Por exemplo, vamos falar do certificado um pouco, como que a nossa comunidade ia se comportar e vinha se comportando como quilombola. Depois de muito tempo, um ano aqui, teve assim resposta bem melhores pra entender o que é quilombola, o entendimento das pessoas foi chegando e hoje a gente faz um trabalho totalmente diferente por conta disso. É bem mais coletivo, pensando à frente e isso foi muito importante pra gente[...] E outra coisa que nós ganhamos várias coisas com a terapia ocupacional aqui, o certificado, um Ponto de Cultura, uma mente melhor e hoje essa discussão de acessibilidade. Tem várias coisas que vem trazer crescimento pra nossa comunidade, que a gente nem parava pra olhar, agora a gente para e vê, analisa [...] E assim, é muito difícil uma comunidade tocar várias coisas sozinha e vocês estão fazendo um papel hoje muito interessante, mediando todo o contato que a gente pode levar daqui pra fora, tudo que aprendi até hoje e passar pras outras comunidades...” (Renato, liderança quilombola)*

Sobre o depoimento de Renato, a terapeuta ocupacional Renata ressalta a importância do trabalho com a memória e as identidades para a terapia ocupacional no campo da cultura. Que quando o projeto no quilombo do Grotão se iniciou, para tentar o reconhecimento como quilombo pelo governo, foi realizado levantamento e buscas de

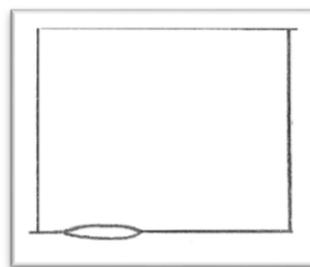
registros e memórias para a construção de um laudo antropológico para a Fundação Palmares para então conseguirem a certificação e acompanhamento de políticas públicas de preservação do patrimônio do Quilombo, e também, para dar visibilidade as produções que acontecem no Quilombo: a feijoada tradicional, a roda de capoeira, as rodas de samba, as oficinas.

*“E todo esse trabalho hoje o Quilombo é área de interesse cultural da cidade. Pra você vê como foi que inseriu tanto, mas a nossa comunidade dentro da cidade com uma representatividade grande e participação muito grande dentro da cidade, e tudo surgiu dessa parceria...” (Renato, liderança quilombola).*

## *Salas de Sustentação e/em Suspensão*

*Sala de Sustentação I*

---



Cultura: Símbolos, conceitos e dimensões



Fayga Ostrower  
Horizonte – 1994  
Aquarela sobre papel Arches

Conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social [...] engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças[...] dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. Por meio dela o homem se reconhece como um projeto inacabado [...] e cria obras que o transcendem (UNESCO, 1982, p. 1-2).

Para os fins desta pesquisa, esta aceção da Unesco se faz relevante e importante, pois trabalha com uma perspectiva complexa, contextualizada e ampla. Partindo dessa conceituação, apresentamos outros conceitos e teorias que discorrem sobre as diversas definições, simbologias, representações e disputas da cultura, os quais compõem ensaio introdutório sobre esse campo de conhecimento tão vasto.

Cultura – algo indissociável do ser humano. O indivíduo é criador, e na mesma medida ele afeta o mundo físico, a própria condição humana e os contextos culturais (OSTROWER, 1997). O conceito de cultura foi pensado por muitos campos e teóricos ao longo da história. No que se refere a esse processo, o termo no plural, para alguns referenciais, pode representar melhor tal amplitude conceitual, epistemológica.

A cultura [...] integra-se nos diferentes mecanismos sociais que perpassam pelo universo simbólico-espacial do agente, o corpo tem um papel determinante como filtro e percepção cultural, seja através dos sentidos, ou compreendida como experiências (GUTIERREZ; ALMEDA, 2004, p. 49).

A palavra cultura tem origem no latim, do verbo *colare*, ou seja, cultivar, estando ligada diretamente ao cultivo e ao cuidado da terra, vinculado ao ato de cuidar, para que algo frutífero possa se desenvolver (CHAUI, 2008). Essa ideia de cultura se modifica no decorrer do tempo; destaca-se uma das grandes transformações de significado a partir do pensamento iluminista, por meio do qual ganha status de civilização, ligada diretamente à vida política e estruturação social. Portanto a cultura passa a funcionar como medida de avaliação das sociedades, sob a lente de um critério que categorizava o que era mais ou menos civilizado e evoluído. (CHAUI, 2008).

Novas modificações no decorrer do século XIX, com a ascensão das ciências humanas e da antropologia, com base no padrão civilizatório Europeu capitalista e na sua visão etnocêntrica de cultura, aspecto que fundamentou as ações colonialistas e imperialistas, por exemplo (CHAUI, 2008).

No século XX, sob fortes influências da filosofia alemã e marxista, pôde-se verificar um rompimento com a visão etnocêntrica, concebendo novas porosidades em relação ao conceito de cultura que ganha influências históricas, materiais e das estruturas sociais, manifestando-se de forma individual ou coletiva. Assim começa a ser considerada a cultura popular, a qual desde sempre existia, mas antes era negligenciada em termos de reconhecimento e estudos (CHAUI, 2008).

Esse é um demonstrativo dos aspectos sociais estruturantes agindo sobre a vida das pessoas, culturalmente delimitando mecanismos de exclusão e marginalização, como no caso da contraposição entre cultura de massa e Cultura erudita, que devem ser expostos de modo a serem atentamente percebidos e refletidos no decorrer da história, para que possamos entender qual ideia e visão estamos a defender. Temos uma ideia reduzida de cultura como forma de lazer e entretenimento, ou mesmo como grau de avaliação de civilidade, que muitas vezes se revela acrítica e controladora, em composição com as definições culturais que dimensionam a cultura em torno de um campo amplo e democrático, diverso e contextualizado, ao qualificá-la como processo de existir, de criar, da expressão dos modos de viver, sentir, fazer, construir ou sonhar.

A cultura é essencial para o desenvolvimento social e conceituá-la torna-se fundamental, exige o mergulho em diversas áreas do conhecimento e nos vários recortes temporais e políticos, no Brasil e no mundo. Abarcam-se possibilidades múltiplas de entendimento e relação com o termo, caracterizando um universo de possibilidades, teóricos e vertentes, que devem ser exploradas na busca de um sentido que seja pleno para a defesa que se deseja fazer. A cultura cria e desenha identidades, contornos que evidenciam os seres humanos sobre a vida e o existir (SILVA et al, 2017).

Thompson (2000) ressalta duas vertentes de concepções da cultura: descritivas e simbólicas. A primeira desvela algo sobre as crenças, valores, práticas de um povo, sociedade e época. A outra se debruça sobre os fenômenos da vida humana, comportamento, espírito e ações. O autor cita que não é possível uma existência desvinculada da cultura, uma existe e acontece na outra, com simultaneidade (THOMPSON, 2000).

Durand (2001) aponta que ao longo do tempo a cultura também se dinamiza, enriquece-se e se diversifica, afinal os processos de trocas e transmissões aumentam o repertório humano, ampliam as sensibilidades e o universo do fazer, das aprendizagens e das transformações.

Para apresentar uma perspectiva diferente e pós-moderna acerca da definição e das abrangências da cultura, recorre-se a Bauman (2012), que defende o uso do termo cultura a partir de sua complexidade, que pode ser considerada como *conceito*, *estrutura* e *práxis*. Bauman (2012) relata três conjuntos de *conceitos* relacionados à cultura: hierárquico, diferencial e genérico. O hierárquico dialoga com a postura cultural da atitude civilizatória, que era usada como justificativa para o colonialismo e a exploração dos povos, como se uma cultura fosse superior a outra, um caráter de medida avaliativa (BAUMAN 2012). O diferencial promove uma reflexão que, para Bauman (2012) diferencia a espécie humana de outras e distingue grupos culturais uns dos outros, uma teia de relações complexa que gera fragmentação e isolamento. O terceiro conceito dialoga mais com o que o autor defende, como conceitos genéricos que expressam a cultura como atividade humana de forma vasta, os arranjos e rearranjos das ações, compondo material que está em constante transformação (BAUMAN, 2012).

Já em uma dimensão mais ampla, socialmente inserida, cultura como *estrutura*, para Bauman, consiste no fato de que “estrutura é uma rede de comunicação no seio de um conjunto de elementos ou ainda o conjunto de regras de transformação de um grupo de elementos inter-relacionados e de suas próprias relações” BAUMAN, 2012, p. 185). Em outra categoria de análise, o autor pensa a cultura como *práxis*, isto é, como aquilo que se relaciona aos modos de vida e ações no mundo, aos significados e criações que os sujeitos desvelam no ato de existir; nessa categoria, a cultura é a aplicabilidade dos acontecimentos cotidianos, criativos, concretos (BAUMAN, 2012).

No cenário atual de liquidez<sup>3</sup>, Bauman (2013) ressalva que as definições se fazem importantes tanto para concretizar subjetividades, quanto para solidificar ações, como por exemplo, na formulação das políticas. Definir cultura na era do consumo pode ser um desafio, mas não tentar entendê-la e/ou desvelar e preservar suas manifestações pode representar um descaso com a potência dessa dimensão humana, que representa, em diversas escalas, certa resistência ao ato do consumir/comprar/descartar imediatamente.

Culturas são muitas! São vastas são as significações e simbologias desse campo ao longo dos tempos e recortes históricos, porém deve haver esforço para a constituição de uma fundamentação, que esboce a conceituação de referência para um povo, território, comunidade ou sociedade, com fatores singulares e próprios, para que sejam solidificadas

---

<sup>3</sup> Em seus trabalhos Zygmunt Bauman ressalta conceitos como a Modernidade Líquida, que se traduz em como as ações e relações humanas perdem facilmente as formas, são intensamente fluidas e tem seus formatos dinamicamente modificados seguindo a rapidez da lógica de vida atual (2012).

ações e reflexões a partir desse marco. Temos, por exemplo, que “uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática” (BOTELHO, 2001, p. 75).

Nesse sentido, a cultura também pode ser compreendida como objeto amplo de estudo, pesquisa e ação, como direito essencial humano, sendo indissociável da diversidade que expressa a vida em todas as suas dimensões e transformações dinâmicas. Portanto, ao pensar sobre essas conceituações, desvela-se uma necessidade de compor com referências e terminologias que fundamentem nossos aportes teórico-práticos de maneira crítica e consciente, sabendo que mesmo no âmbito das conceituações o plural existe e nada é imutável.

No cenário atual, a cultura, como produção humana e importante dimensão da vida, tem sido distorcida perante lógicas enrijecidas da sociedade capitalista, o que reforça a necessidade de buscar reflexões, objetivando construções sensíveis que dialoguem na perspectiva da luta pela diversidade. Portanto uma visão hegemônica da história e das definições dessas dimensões pode ser perigosa. Tentar definir ou categorizar pessoas, grupos e/ou criar versões para cada formato de existência pode fragmentar as identidades culturais.

Para Canclini (2003), no intercâmbio mundial de bens e produções culturais há uma assimetria das relações que se tornam dominantes e descolam-se do conceito de plural. As produções em cultura são tão vastas quanto a existência humana. Porém Canclini (2003) ressalta que o reconhecimento se dá apenas para alguns setores, países e corporações, poucos detém o controle sobre produção, circulação e consumo, que desestabilizam a relação democrática e revelam um cenário no qual existe a tentativa de imposição de um discurso único que vise a valorização do capital em detrimento do cultural.

A contemporaneidade nos traz elementos para uma reflexão aprofundada, que parte do pressuposto dos novos modos de vida e de relações que estão se constituindo. O cidadão contemporâneo tende a estar sempre em busca de algo sempre inacessível e suas responsabilidades tornam-se mais individualizadas: o que poderia ser solidário e colaborativo acontece, ao invés, na disputa e na competição (BAUMAN 2012). Diante do processo da liquidez, no qual tudo é provisório, instável e tão líquido que escorre ou se desfaz, perde as formas e se fragmenta perante as metamorfoses do contexto social-

capital (BAUMAN 2012), eis a cultura como nosso pilar mais humano. É culturalmente que se firma nosso nó de resistência.

Considerando o cenário nacional, entende-se que pensar o campo cultural é uma ação necessária e porosa, já que as dimensões da cultura se implicam e estão implicadas em aspectos diversos da constituição das sociedades e das relações humanas. O Plano Nacional de Cultura entende que “a cultura é um eixo do desenvolvimento e possibilita que os brasileiros avancem, cultural e economicamente – com justiça social, igualdade de oportunidades, consciência ambiental e convivência com a diversidade” (BRASIL, 2013, p. 9).

As dimensões da cultura, de acordo com o Ministério da Cultura, podem ser traduzidas e incorporadas em três grandes eixos: dimensão simbólica, cidadã e econômica. A dimensão simbólica acontece no cotidiano de criação e expressão de símbolos, estando relacionada com os seres humanos em suas individualidades e coletividades. “Tais símbolos se expressam em práticas culturais diversas, como nossos dogmas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas [...]” (BRASIL, 2013, p. 16). A cultura como um direito essencial, básico, humano, que, expresso na constituição, deve ser colocado em prática:

Assim, os direitos culturais devem ser garantidos com políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural (BRASIL, 2013, p. 17)

Como vetor econômico, a cultura se revela possibilidade de desenvolvimento, mesmo mercadológico, porém conservando reflexões e práticas que divergem da lógica exploratória acrítica. “É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável” (BRASIL, 2013, p. 18).

O direito à cultura e à diversidade cultural se coloca como disparador teórico-prático para trabalhos que apoiem e dinamizem tal discussão, fomentando aspectos como respeito e liberdade cultural, universalidade das oportunidades e do acesso em meio a uma sociedade plural, porém que conserva hábitos homogeneizantes, individualistas e hegemônicos.

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 56).

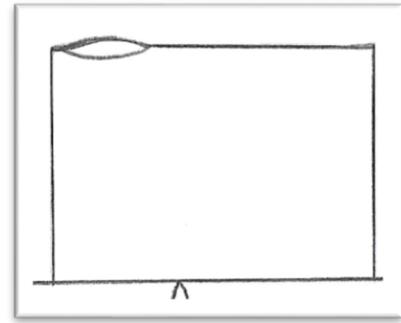
Santos (2003) aponta para uma característica da sociedade atual que apoiada, nas construções ideológicas do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, desvaloriza a diversidade, centralizando e fomentando ideais de padrões e modelos que tendem a homogeneizar para categorizar e mensurar. A cultura, em todas as suas dimensões, estaria submetida a esse sistema hegemônico dominante. Os modos de vida interligados à cultura, desde a produção das expressões simbólicas, estão ameaçados por um discurso que desintegra.

As perspectivas que seguem na competição neoliberal da contemporaneidade escancaram as relações de poder das estruturas dominantes, principalmente políticas e econômicas, que no encontro com o campo cultural reverberam de forma trágica, produzindo padronizações e uma cultura como produto, consumo e pasteurizada. O campo cultural, distorcido a partir da lógica capitalista neoliberal, reforça as diferenças quando eficazes para produzir e categorizar povos, invalidando a potência do que é diverso como emancipatório.

Segue a importância da reflexão sobre a racionalidade neoliberal dominante instaurada nas estruturas e relações de forma ampla, para que possamos tomar consciência e nos posicionar de forma crítica, em defesa do diverso, do diferente, pela valorização da vida.

*Sala de Sustentação II*

---



Racionalidade neoliberal e a Era “global”



Fayga Ostrower  
Transições – 1994  
Aquarela sobre papel Arches

## NEO-LI-BE-RA-LIS-MO

- 1- Forma moderna do liberalismo que permite uma intervenção limitada do estado (AURÉLIO, 2018).

## DE-SI-GUAL-DA-DE

- 1 – Qualidade ou estado de desigual; diferença; dessemelhança.
- 2 – Relação entre os membros de um conjunto que envolve os sinais “maior que” ou “menor que” (FERREIRA, 2000, p. 224).

## EX-CLU-SÃO

- s.f. (do latim *exclusio*) 1. Ato ou efeito de excluir, afastar ou omitir.
2. Método, sistema ou artifício através do qual se eliminam números, coisas ou pessoas para se chegar a determinada resolução ou conclusão (LAROUSSE, 1998, p. 2310).

Entendemos que a sociedade e os modos de vidas sofrem influências extremas das formas de organização da economia e da política, como a exploração do trabalho, de povos e da natureza pelo capitalismo. As dimensões da cultura podem ser consideradas implicadas e implicantes nestes processos.

Para uma compreensão apropriada a respeito dos processos estruturantes econômicos, políticos e sociais e de como eles determinam as transformações dos modos de vida e das culturas, serão recuperadas informações sobre as formas de organização econômicas, seus princípios e desdobramentos sobre as sociedades. Visto que se objetive traçar conexões com o neoliberalismo, como forma radical estrutural dominante na contemporaneidade, desvela-se a necessidade de abordar inicialmente o liberalismo econômico, para então envolver o neoliberalismo como atualização desse sistema e de seus perversos mecanismos.

O liberalismo econômico se fundamentou a partir da crítica de um grupo de pensadores ao mercantilismo, tentando fomentar a ideia de que o estado não deveria interferir na economia, visto que as leis de oferta e demanda do mercado supostamente possuíssem funcionamento eficiente suficiente para autorregular os processos econômicos (SMITH, 1988).

Assim a ‘mão invisível do mercado’ não deveria sofrer nenhuma intervenção do Estado, esperar-se-ia que os sujeitos como agentes econômicos individuais, contribuíssem socialmente através de sua busca individual pela produção de riqueza, realizando as trocas financeiras e necessárias entre indivíduos, contribuindo assim para a autorregulação do mercado (HARVEY, 2008).

O papel do Estado deveria ser o de proteger a propriedade privada, adquirida pela riqueza individual e manter a circulação do capital e a livre concorrência (SMITH, 1988). O trabalho, organizado em divisões fundamentais, é o que gere o funcionamento da rotina no mundo dos homens. A exploração do trabalho, próprio e de outros, será o que garantirá a diferença entre a riqueza e a pobreza (SMITH, 1988).

O liberalismo econômico preponderou estruturalmente nos processos organizacionais dos mercados até meados de 1970, quando uma nova proposta ainda mais radical, instituindo padrões de consumo máximo e mercado forte como pilares básicos, surge nas cartilhas políticas dos países: o neoliberalismo, uma versão desenhada para ampliar as relações do mercado na sociedade e no estado, movimentando e centralizando economia nas agendas mundiais.

A mudança do liberalismo para o neoliberalismo se dá devido a muitos fatores, mas se pode dizer que o epicentro dos debates estava no fator da governabilidade: entender que a função do estado é mínima, mas focada em relação a ampliação das relações do mercado e fluxo de capital, pois as sociedades apenas em suas trocas contratuais não são eficazes para cuidar e manter pulsando o mercado (DARDOT, LAVAL, 2016).

Friedman (1984) é um dos pensadores da escola neoclássica de economia, defensor do livre mercado, que difunde uma nova proposta de ordenamento social para a economia, apresentando um liberalismo que iria muito além das perspectivas clássicas. Um crítico que, ao relacionar intimamente os métodos de ação liberais ao seu tempo e à sua sociedade, notou que um liberalismo renovado e mais intenso precisaria surgir, o que tomou forma como neoliberalismo (FRIEDMAN, 1984).

O novo modelo neoliberal rapidamente e quase que epidemicamente penetrou nas relações cotidianas e mais intrínsecas da vida humana (DARDOT, LAVAL, 2016). Nesse sentido, os Estados permanecem sob a lógica e o domínio dos grandes conglomerados econômicos e do mercado, tal condição sugere o início de uma discussão sobre o que seria essencial para a manutenção do bem-estar humano. Porém esse mínimo deveria ser garantido pelo Estado, daí a configuração de uma aposta no estado mínimo, que resulta

na diminuição das políticas sociais e da garantia dos direitos, afinal a responsabilidade passa a ser individualizada ao extremo, ressaltando o discurso meritocrático.

[...] o respeito pelo homem individual na qualidade de homem, isto é, a aceitação de seus gostos e opiniões como sendo supremos dentro de sua esfera, por mais estritamente que isto se possa circunscrever, e a convicção de que é desejável o desenvolvimento dos dotes e inclinações individuais por parte de cada um. (HAYEK, 1977, p. 35)

Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo “propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido emancipando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (p. 12).

Dardot e Laval (2016) definem “o neoliberalismo como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (p.17). Nesse sentido, a proposta induz a uma dita liberdade total, que seria ofertada a todos a partir da defesa do individualismo como propulsor dessa ideologia (DARDOT, LAVAL, 2016).

Essa liberdade age como garantidora da dedicação dos sujeitos ao trabalho com/no capital, assim, funciona como controle para a manutenção da grande máquina que seria o sistema neoliberal, e encontra nos sujeitos as engrenagens que produzem e são exploradas para satisfazerem as necessidades do arranjo do conjunto (DARDOT, LAVAL, 2016).

Harvey (2008) afirma que a liberdade individual na verdade é garantida apenas pela liberdade de mercado e de comércio, que é a essência do pensamento neoliberal. A produção assegurada dessa falsa liberdade ilude a sociedade, rege a vida que se torna apenas ação para a manutenção e retomada cada vez mais ampla do acúmulo ativo do capital, utilizando os seres humanos e seus desejos como ferramentas descartáveis para a produção (HARVEY, 2008).

Em resumo, considerando essa racionalidade, a sociedade passa a ser concebida como uma empresa, mesmo os Estados devem competir entre si como “concorrentes”. Todos competem, mas a responsabilidade exclusiva de sucesso ou fracasso é individualizada, dependendo unicamente dos sujeitos, seus fazeres e produções que acabam se tornando precários, frágeis, instáveis e insuficientes. Mas tudo funciona sob a manipulação das massas, das emoções e desejos de consumo, os “sujeitos-empresas” acreditam que isso é ser livre (DARDOT, LAVAL, 2016).

Ressalta-se outro aspecto importante que influencia a vida em sociedade e que corrobora o discurso neoliberal: seria o fato de que os mecanismos mais intensos de mercado, que fomentam modos de ser e consumir, como também estabelecem padrões, produzindo giro do capital em primeiro lugar, algo definitivo para o esquema neoliberal funcionar com plenitude: a globalização.

Tem-se o conceito da globalização permeado por muitas teorias sobre sua origem e que vão desde os impérios romano, persa, às grandes navegações, marcadas pelo início (oficial) da exploração humana nos territórios com a tentativa de domesticar as nações nativas dos solos ocupados a partir de uma perspectiva eurocêntrica.

No cenário atual, nota-se que em pouco tempo, as culturas e civilizações são atravessadas pelos sistemas de informação, de comunicação e eletrônica. O que deve ser considerado e avaliado é que, nesta condição neoliberal, o dito global despreza valores de colaboração, solidariedade, além de se colocar como discurso central, hegemônico, como modelo único.

Os mecanismos neoliberais no Brasil são dispersos, diversos e contundentes, mas temos como marco o Consenso de Washington postulado em 1989. Considerado como uma cartilha neoliberal para os países conhecidos como em desenvolvimento, para dominação econômica, no qual implementa-se o circuito das terceirizações, privatizações, rupturas e minimizações dos direitos (DAGNINO, 2005)

Esse processo no Brasil expõe a fragilidade da democracia nacional que acabava de aprovar a Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1988). Uma confluência perversa, pois impõe as regras neoliberais num momento de reabertura política e reorganização das políticas públicas garantidas constitucionalmente pela primeira vez no país (DAGNINO, 2005). Além disso, a competição discursiva e cultural revela as contradições desses dois sistemas contraditórios entre si, que disputam esse jogo político nacional e internacional.

O mercado globalizado incita um padrão de consumo, ao mesmo tempo que incita processos de desigualdade e exclusão. Como também ignora todas as formas de vida que estão fora dessa lógica.

O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva, e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou a criatividade destrutiva, se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto: de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro –

em nome da produtividade ou da competitividade (BAUMAN, 2001, p. 36).

Nesse contexto, vive-se a rapidez das trocas, a busca por uma forma de se relacionar e de pertencer que se faz e refaz e se desconstrói a todo instante, que é definida pela aparência, pela materialidade, pela referência social de consumo. As identidades também ficam flutuantes, fragmentam-se no mundo das informações (BAUMAN, 2009).

Santos (2001) relata que nos fazem acreditar na globalização como fábula: uma fantasia de uma aldeia global, homogênea e unida. Porém o mundo como ele implica perversidades, comportamentos competitivos e agressivos, violências pelo capital, “consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa” (SANTOS, 2001 p. 49).

A sociedade contemporânea é marcada pela globalização. Embora não tenha sido uma globalização dos direitos humanos, houve uma globalização dos mercados econômicos. Assim, os governos eliminam as barreiras de proteção de seus próprios mercados. Paradoxalmente, a livre circulação de capitais é garantida, mas não a circulação de pessoas [...] No nível cultural, gostaríamos de pensar na globalização como um processo de troca e enriquecimento cultural mútuo. Mas envolveu a exportação do modo de vida americano em escala planetária (ALGADO, 2016, p.164, tradução nossa).<sup>4</sup>

Nessa relação de exploração, os sujeitos submersos, nesse padrão de existência e dominação, são criados de forma a serem totalmente hábeis a tolerar as novas condições que lhes são conferidas, reforçando a reprodução das condições severas de competição e de individualidade. Surge um indivíduo que precisa se adequar à imagem de eficácia: ser flexível, qualificado e especializado, entregue e envolvido ao seu projeto de vida que é dominado pela busca do capital para consumo e para felicidade (DARDOT, LAVAL, 2016).

Esse discurso dominante nega a diversidade, pois para acontecer precisar agir como tecnologia de controle, insistindo que não há outras formas de fazer/ser/sentir. A

---

<sup>4</sup> La sociedad contemporánea está marcada por globalización. Si bien no se ha producido una globalización de los derechos humanos sí que se ha producido una globalización de los mercados económicos. Así los gobiernos eliminan las barreras de protección de sus propios mercados. Paradójicamente se garantiza la libre circulación de los capitales, pero no la circulación de las personas [...] A nivel cultural nos gustaría pensar en la globalización como un proceso de intercambio y enriquecimiento mutuo cultural. Pero ha implicado la exportación del *American way of life* a escala planetaria (ALGADO, 2016, p. 164).

felicidade é dada no caminho da competição, esta é a forma mais perversa da racionalidade neoliberal. Estes são os “neosujeitos”, explorados, que vislumbram também explorar, e essas relações estão intrínsecas aos modos de vida de forma ampla (DARDOT, LAVAL, 2016).

Porém a racionalidade traz condições e características trágicas de comportamento, personalidade e saúde. Isola-se e desvaloriza-se; desmoralizada por nunca atingir a felicidade e as metas da competição incessante, a sociedade possui a patologia da insuficiência.

Em meio ao caos, coletivo e pessoal, eis uma questão pertinente ao território terapêutico ocupacional neste cenário tão complexo e crítico.

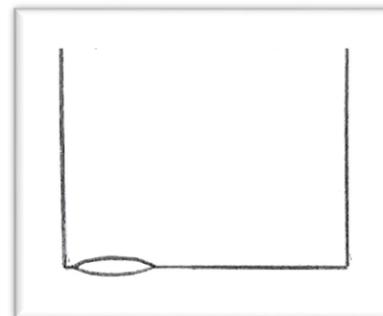
Temos que provocar reflexões objetivando um mundo como deveria ser e, nesse sentido, o enfoque está na diversidade e na inclusão como limites à globalização perversa que vem gerando o reino da escassez, no qual os territórios são do dinheiro, da tirania e do consumo, déspotas, como num imperialismo atual (SANTOS, 2001). Para tanto, Santos (2001) cita o termo *racionalidade* em relação à lógica capitalista para dizer dessa dominação intrínseca ao território e ao cotidiano, dos controles das produções e da homogeneização das vidas.

Na resistência, por uma nova globalização e por novos mecanismos de organização das sociedades, deve haver dissolução de ideologias, para a construção de pensamentos e caminhos alternativos. A prática da solidariedade e da inclusão pode reverberar em um novo mundo: “a humanidade como um bloco revolucionário” (SANTOS, 2001, p 170).

Como reinventar, tecer novos sentidos para a existência do planeta? Um Estado democrático, que provê os seus cidadãos de todos os direitos básicos fundamentais individuais e sociais, que protege e valoriza a diversidade estampada nos modos de vida variados e nos fazeres cotidianos, essa democracia depende da consideração da cultura como item essencial: como direto, como cidadania, vetor de desenvolvimentos, expressão simbólica e como existência. Para esse Estado acontecer, tecendo novas formas sociais baseadas nos princípios da democracia, a dimensão cultural precisa ser considerada e cuidada. Os mecanismos para a proteção cultural estão nas políticas públicas, na democratização e no acesso, aspectos básicos da garantia de direitos.

*Sala em Suspensão III*

---



Estado, políticas e direitos: panorama das políticas culturais



Fayga Ostrower  
Poesia – 1997  
Aquarela sobre papel Arches

“O que é justo conforme a lei” (FERREIRA, 2000, p. 234)

(Do latim *directum*) 1. Complexo de leis ou normas que regem as relações entre os homens. – 2. Ciência ou disciplina que estuda essas normas. (LAROUSSE CULTURAL, 1998, p. 1925)

## ES-TA-DO DE-MO-CRÁ-TI-CO DE DI-REI-TO

“Estado Democrático de Direito é uma das mais importantes conquistas da humanidade. Com efeito, ele é a síntese e a expressão de avanços gradativos, que foram ocorrendo através dos séculos, com o reconhecimento, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (DALARI, 2017).

Ao pensar o Estado como a principal instituição político-administrativa de cada país, com o aparato social e composto pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, percebe-se que tal conceito sofreu transformações através das épocas: de um regime antigo e absoluto (das oligarquias e dominações) até o contexto neoliberal atual.

Temos atualmente a compreensão, no Brasil, do Estado Democrático de Direito composto pela sociedade civil, articulado pelo governo e no qual seus representantes são escolhidos de forma democrática<sup>5</sup>, constituem-se como poder político que administra o país temporariamente. Assumir-se como Estado Democrático de Direitos envolve não apenas a consideração da democracia como conceito e da garantia pela universalização dos direitos e das liberdades fundamentais, mas evoca a transformação no *statu quo*, que se posiciona pelo pluralismo das expressões na democracia soberana e revolucionária (SILVA, 1988). O Estado democrático de direitos reúne a luta e os mecanismos para a garantia da igualdade e da manutenção dos direitos individuais e sociais.

---

<sup>5</sup> Estado democrático a depender das condições políticas, institucionais e relacionais que delineiem o momento sócio-histórico, pois pode haver situações nas quais a democracia se perca nas relações e ações de poder envolvidas no cenário complexo das formas de organização política. Um exemplo seria a ação antidemocrática caracterizada pelo golpe político no qual assume a presidência Michel Temer.

Vários atores se articulam na construção dos instrumentos organizacionais sociais e estruturantes, ou seja, eis a ferramenta humana que estabelece relações de poder, negociações e discussões entre os fazeres estatais e a sociedade: a política. Brasil, Estado republicano, democrático e federativo, com uma constituição criada para a garantia de direitos socioculturais, de cidadania e de igualdade, a qual deve ser o foco das políticas públicas (COSTIN, 2010). As demandas para criação de políticas são diversas, dinâmicas, recorrentes. Participam atores variados da negociação das políticas em arenas formais e informais (grupos, discussões, movimentos, greves, manifestações, debates).

“A política pública se constitui num conjunto de diretrizes que delineiam a ação governamental. Suas bases se encontram na legislação, em ordens executivas, em sistemas de controle institucionais, dentre outros” (PROCOPIUCK, 2013, p. 41). Um conjunto de estratégias e instrumentos governamentais, gestado por agentes diversos, compõe o funcionamento das políticas, que no cenário neoliberal, estão totalmente influenciadas pela mediação do mercado.

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio (HOFLING, 2001, p. 37-38).

Sendo o mercado considerado pelos capitalistas neoliberais como órgão regulador, que age de maneira a equalizar as relações sociais, mas principalmente as ações individuais, não há motivo para um Estado responsável que interfira no desenvolvimento capital.

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social (HOFLING, 2001, p.37)

Tal posicionamento nos leva a uma assimetria social, à ampliação da desigualdade, à exclusão e à precariedade da assistência. A política pública de acordo com Saraiva e Ferrarezi (2006) é causal, institucional, decisória e comportamental e no âmbito de suas ações, tem o intuito paradoxal de manter o equilíbrio ao mesmo tempo que introduz

desequilíbrios e contestações, sugerindo modificações da realidade existente junto ao objetivo maior de materialização dos direitos que estão colocados na constituição.

O viver humano é um constante fazer e pensar político, não há como negá-lo ou ignorá-lo, pois, ao escolher, debater, mobilizar-se e reagir, assim já se faz política. Dagnino (2005) ressalta que mesmo em meio às tendências neoliberais, fazer política e pensar na democracia ainda são as estratégias que produzem um campo de disputa, principalmente no Brasil.

O papel do Estado deveria ser, portanto, de garantir os direitos de acesso, fruição e criação cultural de todo cidadão (CHAUI, 2008). Coelho (1997) aponta que a política cultural pode e deve ser definida pelo Estado, mas que também poder ser exercida de formas diferentes por instituições privadas ou grupos comunitários com a intenção de satisfazer as necessidades culturais plurais e promover o desenvolvimento simbólico da população

Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 293).

Por meio dos aspectos apresentados, referentes à necessidade das políticas como mecanismos de materialização das leis e preceitos de cada Estado para com o cuidado e com a gestão adequada de seus territórios e populações, observa-se a política cultural como ferramenta para solidificação de ações que fomentem a produção, o reconhecimento, o acesso e a fruição cultural, sendo o direito à cultura garantido por via constitucional e dado como um direito básico e fundamental da vida humana.

Segue uma revisão histórica das políticas culturais, em específico no Brasil, suas influências conceituais e seus paradoxos na aplicabilidade, constâncias e inconstâncias. Estes processos culturais no Brasil são mediados por forças políticas e tradições controversas, que acontecem em meio a descontinuidades e rupturas (RUBIM, 2007). Muitos posicionamentos hierárquicos e por vezes incoerentes com a pluralidade de uma política que pauta a diversidade refletem esse histórico, mas a luta e movimentos pela democracia e alguns exemplos de gestão estratégias integrais e plurais podem ser desvelados nesse caminho.

“A política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma ação abrangente dos poderes públicos que dê prioridade ao social. Essas são condições necessárias para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio criativo dos indivíduos” (FURTADO, 2012, p. 64)

A política cultural como ação de Estado teve início por volta de 1959 na França. As grandes obras da humanidade, a cultura com “C” maiúsculo, legítima e elitista, este deveria ser o foco de ações. Nos anos 1960 e 70 inicia-se um debate acerca da democracia cultural, a ideia de que a cultura deve ser comum e acessível a todos os indivíduos, porém ainda com o viés discriminatório que valorizava uma cultura dita verdadeira *versus* culturas consideradas ordinárias ou simplórias.

Em 1982, na Conferência Mundial de Cultura no México, o conceito de cultura expandiu-se e abarcou manifestações sensíveis, tradicionais, populares, garantindo a diversidade dos fazeres artístico-culturais (UNESCO, 1982).

Contextualizando a América Latina e, em específico, o Brasil no processo político cultural, Durand (2001), em seu trabalho, discorre sobre a falta de uma visão sistêmica e complementar da cultura, o precário intercâmbio entre os níveis de governo e gestão e a escassa educação artístico-cultural. A “história das políticas públicas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: ausência, autoritarismo e instabilidade” (RUBIN, 2007, p. 101).

Nesse sentido, para retomar os acontecimentos do Estado em relação a cultura, Rubim (2007) aponta as tristes tradições que perpassaram o Brasil nesse processo histórico cultural. Inicialmente se apresenta o caráter tardio da postura político-cultural brasileira, tendo em vista que não se pode chamar de política a proposta do período colonial, a qual se caracterizou

pele obscurantismo da monarquia portuguesa que negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental, pois a colônia sempre esteve submetida a controles muito rigorosos como: proibição da instalação de imprensas; censura a livros e jornais vindos de fora; interdição ao desenvolvimento da educação, em especial das universidades etc. (RUBIM, 2007, p. 102).

Ainda assim, no que concerne às ações culturais inauguradas no início colonial, Dorneles (2011) aponta que foram realizados investimentos “de forma paternalista e patrimonialista, a partir das iniciativas da Corte Portuguesa, em especial de Dom João VI”, que tinha o objetivo de criar condições de nação para a colônia brasileira, pois deveria ser habitável para a família real (p. 36).

O Brasil foi então elevado à condição de Reino Unido a Portugal e em 1808 algumas construções foram realizadas: “a Imprensa Nacional e a Capela Real (1808), a Biblioteca Nacional (1811), o Teatro Real de São Carlos (1813) e o Museu Real (1818)” (RUBIM, 2011, p. 36). Porém essas construções, todas realizadas a partir de um conceito eurocentrado, não eram acessíveis a todos, apenas à família real e a outras da elite. A cultura e as produções já existentes foram consideradas inferiores e não civilizadas e, portanto, dizimadas.

Na república oligárquica também não se efetivaram políticas culturais, as ações foram apenas pontuais e relacionadas, prioritariamente, ao patrimônio e às colocações da elite agrária. As políticas então podem ser ditas inauguradas na década de 1930, com a passagem de Mário de Andrade pela Prefeitura de São Paulo, aliado ao ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Mário de Andrade apresenta muitas evoluções importantes, como um pensar cultural sistêmico, amplo, vital e socialmente necessário (RUBIM, 2007).

De 1945 até o golpe militar, as ações em torno da esfera ainda democrática, embora elitista, fizeram-se por meio de construções e de criações de ministérios (criação do ministério da Educação e Cultura em 1953), de universidades e do início de uma efervescência diferente em termos da produção de arte, tendo uma relevância na cultura popular (principalmente nuclear em Recife).

Apesar das divergências políticas, já que a maioria dos intelectuais que participou da ditadura de Vargas, no campo da Cultura se identificava com os ideais socialistas e comunistas, a prioridade era participar da construção da visão nacionalista. Naquele momento, o Estado necessitava destes intelectuais para teorizar a identidade nova que surgia com o Estado Novo de Vargas, e propagandear-la. Nesse sentido, os modernistas que defendiam uma visão restauradora do passado, tanto na política quanto na arte, tinham um papel importante, já que a nova identidade nacional deveria ser um resgate ou valorização da cultura popular brasileira, entendida naquele momento como folclore (DORNELES, 2011, p. 58).

Em 31 de março de 1964, as efervescências e fazeres culturais foram abruptamente surpreendidos pelo golpe militar que retirou o presidente João Goulart do poder, para a entrada de sucessivos militares, ditadores radicais. Então se retoma a associação entre autoritarismo e controle social e as ações para a cultura no Brasil (RUBIM, 2007).

De 1964 até 1968, a ditadura atinge principalmente os setores populares e militantes envolvidos com estes segmentos. Apesar da repressão e da censura, ainda não sistemática, acontecem manifestações políticas contra o regime e também uma floração cultural nacional-popular tardia, hegemonicamente de esquerda, mas com audiência circunscrita às classes médias (SCHWARZ, 1978 apud RUBIM 2007, p. 106).

Muita violência, perseguição e silenciamento de fazeres, vozes, sensações, tudo sendo oprimido pelo regime de um só discurso. Rubim (2007) aponta que nesse período ocorreu uma transição entre a cultura popular-escolar-universitária nacional para a exploração da cultura midiaticizada. Entende-se a facilitação para a criação de empresas como a Embratel entre outras ações telecomunicativas. O segundo momento (final de 1968-1974), de Ditadura Militar brutal e violenta, das perseguições, assassinatos e censuras: estratégias de uma ordem dominadora e de repressão cultural (RUBIM, 2007).

Época de vazio cultural, apenas contrariado por projetos culturais e estéticas marginais, marcado pela imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial, mas tecnicamente sofisticada, em especial em seu olhar televisivo. Em 1974, abre-se o terceiro momento que termina com o final do regime militar no início de 1985. Tal período se caracteriza pela “distensão lenta e gradual” (General Geisel) e pela “abertura” (General Figueiredo); isto é, por uma longa transição cheia de avanços e recuos (RUBIM, 2007, p. 106).

Assim se desvela um período de reabertura política que tenta agregar ações em cultura, criando instituições e planos para cooptar os profissionais da cultura (RUBIM, 2007) e provocar um direcionamento ao movimento: agora exteriorizado e demarcado pela ordem mercadológica vigente.

Eis o final da Ditadura Militar, que durou cerca de 21 anos (1964 – 1985), com o início de um período de reconstrução democrática “que compreende os governos José Sarney (1985-1989), Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) e configuram a circunstância societária e política, na qual acontece a implantação do ministério” (RUBIM, 2007, p. 107) da cultura.

Podem-se destacar as ações e os movimentos sociais na Constituição Federal de 1988 que se tornou a grande referência para a elaboração de políticas de cultura. No artigo 215 seguem resumidamente explicações sobre o direito à cultura. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, Art. 215). Também são lembradas e valorizadas nesse artigo as culturas e grupos participantes do processo civilizatório nacional, cultura indígena, cultura afro, manifestações populares tradicionais nacionais. No artigo 216 são previstas questões relacionadas ao patrimônio cultural, seu fomento e proteção.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art. 216).

Esse mesmo artigo relata aspectos do Fundo Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura, dando instruções para concretização das ações e organização financeira. Destacando-se que apenas em emenda constitucional realizada em 2005 a questão da democratização cultural e da valorização da dimensão dos fazeres culturais foi discutida de forma concreta, e na emenda número 71, de novembro de 2012 na qual foram apontados aspectos legais para um Plano Nacional de Cultura.

Collor direciona suas ações para a atração neoliberal e as políticas advindas nessa história permeiam tal concepção, como a Lei Sarney (1986), de incentivos fiscais, na qual o capital privado acaba definindo as produções em cultura em detrimento do uso arregrado de um financiamento pertencente ao Estado: “o Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão” (RUBIM, 2007, p. 108).

A Lei Sarney permitia que toda a articulação entre a produção cultural, os investimentos e as negociações de apoio aos projetos culturais fosse regulada pelos princípios do mercado, o que foi contestado e aprimorado até as modificações instauradas pela lei 8.313, promulgada em 1991, em vigência até hoje: surge assim a lei Rouanet:

A Lei Rouanet que, de forma lenta, ampliou os recursos financeiros no setor a partir do mecanismo de renúncia fiscal, considera que para este recurso, que

não entra nos cofres públicos, deve haver acompanhamento, fiscalização e avaliação. Assim, todos os projetos que solicitam o apoio cultural, a partir do incentivo de renúncia fiscal, devem ser acompanhados e analisados pelo Ministério da Cultura (DORNELES, 2011, p. 92).

A próxima gestão se faz com a abertura ao capital de Fernando Henrique Cardoso e seu projeto neoliberal total. “Sintomaticamente, a publicação mais famosa do Ministério naqueles longos oito anos será uma brochura intitulada *Cultura é um bom negócio*” (RUBIM, 2007, p. 109). Essa cartilha foi publicada em 1995 e pretendeu estimular, sem mais, a utilização das leis de incentivo.

A partir de 2002, o governo de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da república e a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura se deparam com desafios instituídos historicamente no cenário cultural: um Estado garantindo minimamente algumas expressão de cultura (com “C” maiúsculo), poucos investimentos e rara mobilização política para formulação de políticas, juridicamente a fiscalização da materialização das políticas existentes não estava funcionando e a perversidade de um discurso que se dizia democrático, mas na verdade instituíva ações neoliberais a todo o vapor (DAGNINO, 2005).

Dessa maneira Gilberto Gil entendeu que deveria tomar certas providências essenciais, demonstrando novas demarcações no que diz respeito à cultura e à política como a reestruturação da lei de incentivos, repensando o papel do Estado no direcionamento cultural. Seria necessário um fortalecimento, bem como uma melhoria das definições políticas sobre a cultura para assegurar de forma mais eficaz o direito constitucional à cultura, a promoção, fruição, produção cultural em todo o território, de forma a garantir a diversidade e a sustentabilidade socioeconômica (GIL, 2003).

Para atingir tais considerações, as ações e as políticas criadas, como o Programa Cultura Viva, apresentam estratégias concretas nos Pontos de Cultura para a produção, a criação e a fruição das culturas populares, das minorias, nas periferias, em todas as idades, com acessibilidade (RUBIM, 2007).

Em 2010, assume a presidência da república Dilma Vana Rousseff, que apresenta continuidade parcial dos processos construídos e fomenta um novo seguimento às políticas, assim a cultura e o enfoque na democratização e na diversificação da produção e da criação perde a centralidade, cedendo espaço a ações mais pontuais de legislação, como a revisão da Lei de Direitos Autorais, o Vale Cultura, uma nova condução para o

Cultura Viva e para a finalização do Plano Nacional de Cultura<sup>6</sup> que acaba centralizando a discussão da economia criativa numa tentativa de entrelaçar com mais intensidade mercado e cultura (RUBIM; BRABALHO; CALABRE, 2005).

Cria-se, em 2013, a Secretaria de Economia Criativa, com ideias válidas no que diz respeito à relação do desenvolvimento sustentável e da cultura como vetor econômico, porém se dedicando muito nessa dimensão e esquecendo-se das outras, perdendo assim a centralidade da cultura em si, e, como expõe Furtado, “a política de cultura que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e impor barreiras à inovação” (2012, p. 41).

Em 2017, através de golpe político e jurídico, Michel Temer assume a presidência e a cultura como setor de desenvolvimento, expressão e ações políticas são logo atacadas com a tentativa de fechamento do Ministério da Cultura e o rompimento com a continuidade e o financiamento das políticas existentes, quebra de contratos e re colocação administrativa das secretarias e comissões de trabalho no Ministério da Cultura. Além da troca de ministros, de novembro de 2016 até dezembro de 2018 assumiram quatro ministros da cultura, com posicionamentos e ações descontínuas e frágeis.

De acordo com a Medida Provisória No 870 de 1º de janeiro de 2019 foi extinto o Ministério da Cultura e o cargo de ministro da cultura, sendo que a Política Nacional de cultura, bem como as ações em prol das identidades culturais, grupos e coletivos culturais, patrimônios culturais e acessibilidade se resumiram a cinco itens (do 14 ao 19), estão concentradas nos artigos 23 e 24 associados ao novo Ministério da Cidadania.

A lógica neoliberal é retomada com muito mais vigor, reforçado o Estado mínimo em todas as áreas sociais, o que traz consequências e desconstruções trágicas. Com resistência, o setor da cultura tencionou o enfretamento diante de tal realidade.

Um complexo histórico de lutas se mostra ao reconhecer os processos políticos relacionados às políticas culturais e ao Ministério da Cultura<sup>7</sup> e toda sua frágil construção, o que demonstra como a cultura sempre foi um setor secundário, porém de reivindicações

---

<sup>6</sup> O debate em torno do plano Nacional inicia-se na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, como presidente, com ideias sobre a democratização cultural, investimentos de estado em cultura para além dos incentivos fiscais, fortalecendo a cultura como um vetor simbólico e de desenvolvimento humano. Porém apenas em 2010, com a lei 2.343, foi instituído como Plano, com planejamento oficial (BRASIL, 2016).

<sup>7</sup> Em 1985, através do decreto 91.144 era criado o Ministério da Cultura anexado ao Ministério da Educação, representando o frágil reconhecimento político-administrativo desse setor, sendo que em 1990 a Lei 8.028 de 12 de abril transformava o Ministério em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992 (BRASIL, 2016).

e mobilizações populares para garantias mínimas, e, ademais, como a luta e a militância devem ser constantes para que os direitos e as conquistas não sejam suspenso e extintos.

Enfatiza-se e corrobora-se neste estudo um destaque merecido, a partir desse contexto histórico explorado acima, a um processo de grande reconhecimento mundial e ampliação dos recursos e escopos no Ministério da Cultura e a abrangência das políticas culturais que conseguiram atingir manifestações e populações diversas: a gestão de Gilberto Gil como ministro da cultura (2003 a 2008). Processo marcado pela ruptura da ideia de hierarquização cultural, na perspectiva de reconhecer as identidades culturais. Para tal, criou-se em 2004, por exemplo, a portaria e a ideia do Programa Cultura Viva e a prática com os Pontos de Cultura, que se materializam como política em 2014 – eis nosso gancho para desenrolar aportes teóricos e dar continuidade a uma perspectiva de cultura democrática, acessível, que considera a diversidade e o direito de ser/criar/produzir cultura de cada cidadão.

É aí que associa o papel de intervenção do Estado como uma massagem de “do-in”: um *“do-in antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país”* (GIL, 2003, p.12).

DI – VER – SI – DA – DE

1. Conjunto daquilo que é diverso, diferença, dessemelhança, variação, variedade.
2. Conjunto que apresenta características variadas, multiplicidade.  
(Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/diversidade>>.  
Acesso em: 18-04-2018)

“Ah, diversidade é uma aceitação né? Que, de várias coisas que vem hoje, conhecendo que eu acho que é muito interessante a gente se depara com várias diversidades... né...”  
(Renato – liderança quilombola. Quilombo do Grotão – Niterói)

De acordo com o artigo 2º do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343, de 2 de Dezembro de 2010) são estabelecidos alguns aspectos e objetivos que representam desde possíveis vetores econômicos, à garantia de direitos de acesso, produção e fruição e ao respeito as formas de existir como sujeito cultural: “III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais”, “V - universalizar o acesso à arte e à cultura; VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;”, “IX - desenvolver a economia da

cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;” “XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais”.

O Plano Nacional de Cultura de 2013 é apresentado a partir de objetivos delineados em marcos temporais, para que se promova o desenvolvimento efetivo das metas. Ele condensa 33 desafios e cinco estratégias gerais, que abrigam mais de 200 diretrizes. O conceito de cultura nele empregado se desenvolve a partir de três dimensões: cidadã, simbólica e econômica (BRASIL, 2013).

Para lidar com tais demandas e fomentar um processo cultural democrático e popular o Ministério da Cultura, no Governo Lula, na gestão do Ministro Gilberto Gil, implementa o Programa Nacional de Cultura, Arte e Cidadania – “Cultura Viva”, o qual abarca o projeto dos Pontos de Cultura, instituído pelo Ministério da Cultura em julho de 2004 (Portaria nº 156).

O objetivo do Programa “Cultura Viva” é potencializar “o que se faz há muito tempo”, isto é, a produção cultural que se encontra em especial nas áreas de risco, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e guetos das grandes cidades brasileiras, onde para os gestores deste ministério “pulsa uma cultura e uma arte tão forte [...] que não há miséria, não há indignação, não há descaso e violência que as façam calar”. Assim, o Programa “Cultura Viva” – Pontos de Cultura tem como proposta despertar, estimular e projetar o que “há de mais singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local” (Gil, 2003, p. 8).

O Programa “Cultura Viva” é composto por cinco projetos que dialogam entre si: Agente Cultura Viva; Ação Cultura Digital; Ação Escola Viva; Ação Griôs; e Ação Cultura e Saúde. Estas são ações que articulam as práticas culturais, produções dos mestres e da juventude, interação com outros setores como educação e saúde e a consideração das culturas digitais e das tecnologias como agentes mediadores dos processos culturais atuais. Também é proposta a ação territorial e inclusive como forma de sustentabilidade e vetor de continuidade dos projetos.

Dorneles (2011) aponta que a organização estrutural efetiva e potente dessa política despertou o interesse acadêmico, e diversas pesquisas tem o Programa Cultura Viva como objeto de estudo e campo: “os gestores do Programa realizaram uma pesquisa e encontraram cerca de 20 pesquisadores no Brasil” (DORNELES, 2011, p. 241).

O Programa “Cultura Viva” – Pontos de Cultura, promove em âmbito nacional uma ação voltada para a diversidade e a descentralização, a ideia é ouvir quem nunca foi

ouvido, dar voz e visibilidade para a diversidade. “Uma das maiores e mais inovadoras realizações deste governo são os Pontos de Cultura – pontos de vida, pontos de ‘des-silenciamento’ do povo, pontos de muitos pontos” (TURINO, 2010, p. 8).

O Cultura Viva através dos Pontos de Cultura consegue também, como apontado por Dorneles, constituir um diálogo importante com os três pontos chaves do Plano Nacional de Cultura: “cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia” (BRASIL, 2011, p.208), por isso sua importância como ferramenta que concretiza e materializa os aspectos apontados no Plano e nas outras políticas já pensadas. Para tal, tem-se o Programa Cultura Viva:

Para garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural a partir do Ministério da Cultura, e em parceria com governos estaduais e municipais e por outras instituições, como escolas e universidades. Tornou-se uma das políticas culturais com mais capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura, presentes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de cerca de mil municípios, promovendo os mais diversos segmentos da cultura brasileira (BRASIL, 2016, p. 1).

A rede Cultura Viva e os projetos que a compõem, principalmente os Pontos de Cultura, são instrumentos para emancipação das instituições, serviços e dos agentes unidos em uma força que “representa um perfil de fazer cultural, até então marginalizado pelas políticas públicas culturais” (BRASIL, 2016).

“A expressão Ponto de Cultura foi utilizada pela primeira vez no final da década de 1980, quando o secretário de cultura de Campinas era o antropólogo Antonio Augusto Arantes [...] como chefe da Divisão de Museus” (TURINO, 2010, p. 77). O primeiro espaço a ser nomeado como Ponto de Cultura, foi o Ponto de Cultura de Joaquim Egídio, que era um distrito rural, com fazendas antigas de café e casarões, vegetações montanhosas. Um dos casarões foi reformado para acolher um espaço cultural e assim surgiu o primeiro *Ponto*, no final da década de 1980.

De acordo com o Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura são coletivos, grupos e entidades que, em rede, atuam na área cultural, sendo que ao terem suas atividades reconhecidas por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, tornam-se formalmente Pontos de Cultura (BRASIL, 2016)

O Ponto de Cultura envolve uma quebra nas narrativas tradicionais, monopolizadas por poucos. A cultura seria a síntese de um Brasil, que mesmo sob a adversidade, construiu uma civilização exuberante e criativa (GIL, 2003).



Ref: <http://www.cultura.gov.br/logotipos>

A figura acima representa a logomarca do Ponto de Cultura em relação ao Cultura Viva. Há interação e complementariedade implicadas e articuladas no design, e embora sejam uma parte do outra, atingem dimensões igualmente importantes:

O Ponto representado por uma figura humana de braços abertos (em referência ao “Homem Vitruviano”, de Leonardo da Vinci), em torno do qual pulsam ondas de afecção (em referência ao pensamento filosófico de Espinosa), e o Cultura Viva promovendo a integração dessas figuras humanas, que se encaixam e conectam-se. Esse é o conceito. As ações do Cultura Viva funcionam como usinas de força, irrigando os Pontos com novos questionamentos e ideias. Um “tecer junto” em uma teia infinitamente composta a partir de pontos, antes isolados, que se percebem integrantes de algo mais amplo (TURINO, 2010, p. 86).

Um dos princípios definidores do tipo de gestão dessa política consiste na descentralização e na democracia, um conceito de gestão compartilhada e transformadora, para estabelecer novos parâmetros de relação entre Estado e sociedade. “No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo” (TURINO, 2010, p. 63). “O Ponto de Cultura pode ser (ao menos esse é o desejo) um ponto de apoio a romper com a fragmentação da vida contemporânea, construindo uma identidade coletiva na diversidade e na interligação entre diferentes modos culturais” (TURINO, 2010, p 66).

Turino (2010) aponta para uma nova atitude cultural que seria capaz de modificar as relações econômicas (economia mais justa e solidária, consumo mais consciente, trabalhos mais colaborativos). O próprio autor cita que é impossível separar da dimensão cultural os três “E”: ética, estética e economia, que estão intrinsecamente conectados. Desde 2014, foram implantados mais de 4.500 Pontos de Cultura em todo o país e a meta estabelecida no Plano Nacional de Cultura seria conseguir chegar a 15 mil pontos até

2020 (BRASIL, 2016). Os Pontos e Pontões de Cultura podem receber apoio financeiro através de editais públicos do governo federal, estados e municípios.

“O Ponto de Cultura aparece como uma fenda nessa lógica concentradora, mas ele já apresenta resultados, que apontam para um Estado que não deve ser nem mínimo nem máximo, mas eficiente e em sintonia com seu povo” (TURINO, 2010, p. 136, 137). A cultura deve, portanto, ser uma filosofia de existência e de governo, fomentando as produções sociais e o domínio simbólico e cultural dos sujeitos e coletivos, pois nós nos percebemos no mundo, criamos, definimos valores e significados através da nossa consciência cultural.

Para que essa experiência seja difundida e entendida em sua amplitude de ações que vão além do Brasil (América Latina), precisa-se de estudos, sistematizações, trabalhos que divulguem os conceitos e documentos, teorias e projetos dessa política para que se espalhe, multiplique (TURINO, 2010).

Destaca-se a potência da política cultural – Rede Cultura Viva, como disparadora de possibilidades no campo da cultura, entendendo-se que a principal base seguida para seu fomento é a diversidade de fazeres e existências. “O acesso à cultura deve ser universal, porque ele gera laços de identidade ao mesmo tempo em que nos diferencia” (DORNELES; LOPES, 2016, p. 2010).

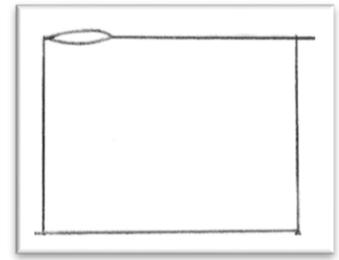
Autonomia, protagonismo, empoderamento, gestão em rede, conhecimentos livres, software livre, cultura digital, trabalho compartilhado, partilha, generosidade intelectual, tradição griô. São conceitos e práticas que estão presentes na militância de gestores dos Pontos de Cultura de todo o Brasil (TURINO, 2010, p. 89).

Tem-se em vista a política cultural dos Pontos, como exemplo de um mecanismo que concentra aspectos democráticos e não hierárquicos, na tentativa de fomentar a cultura, como modos de vida, de forma a produzir reconhecimentos, construções, acesso e fruição das produções humanas, advindas das diferentes pessoas, grupos, territórios, o que se conecta profundamente a uma Terapia Ocupacional crítica e consciente.

É importante ressaltar que a forma organizacional política atual (pós-impeachment da presidenta Dilma) apresenta-se como cenário desafiador sob a ótica da cultura, portanto ações de resistência que fomentem práticas e estudos culturais contrariam as tentativas de desmonte das políticas que assolam o país e almejam mostrar a importância das mesmas.

*Sala de Sustentação IV*

---



Campos de disputa



Fayga Ostrower  
Floração – 1999  
Aquarela sobre papel Arches

Este capítulo se desdobra na discussão sobre os campos de conhecimentos: suas amplitudes e disputas internas, para a expansão e para a criação de novas partituras e tessituras. A partir da compreensão sobre como a ciência acontece em meio ao cotidiano de questões sociais estruturantes e das relações de poder existentes, vislumbra-se a possibilidade de construções teórico-práticas mais conscientes e críticas, que advêm da reflexividade e de um processo de ampliação de repertórios. Processo que, neste capítulo, coloca-se entre os universos da Terapia Ocupacional e da cultura, como campos múltiplos e complexos que, em intersecção, produzem potentes conexões. É importante ressaltar que os apontamentos e perspectivas epistemológicas que estão compondo esta sala teórica visam garantir e posicionar a autora perante as questões contra-hegemônicas que merecem ser reverenciadas como forma de defender um ponto de vista e uma luta de (re)existências.

Todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço físico [...] como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Santos (2006) ressalta que a ciência é transformadora, como também é transformada afinal, o que hoje é um fato, amanhã pode não ser mais. Esse processo fluido e dinâmico deve ser considerado em nossas construções teórico-práticas (SANTOS, 2006). Os campos são principalmente definidos pelos movimentos e posições assumidas pelos seus agentes e participantes, essas posições influenciadas por elementos sociais, questões internas e externas, forças que agem em interação (BOURDIEU, 2002).

Trazemos o conceito de campo, como definido por Bourdieu, o qual explicita que “todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo” (2000, p. 150). Atenta-se para a reflexão de que a partir dos conteúdos de dois campos pulsantes e amplos, a Terapia Ocupacional e a cultura, ao pretender tecer conexões, entende-se que há um processo de distinção do que é de cada campo, constituído pelas suas forças.

A luta pela manutenção desses campos a partir dos poderes estabelecidos entre seus agentes de composição pode mediar as relações nessa conexão de universos de saberes e práticas: os campos científicos. Essa mediação acontece em meio a fatores que geram conflitos e a outros que são facilitadores para que haja a troca entre os campos.

Essa troca é o objeto de estudo principal para a Terapia Ocupacional que valoriza e considera o campo da cultura.

Atenta-se para a percepção de que mergulhar em campos científicos e nas suas lutas próprias, pode não ser uma tarefa fácil, posto que exista uma dominância de discurso e poder que pregue uma forma única, um reducionismo de possibilidades, enquanto o que se vislumbra neste estudo é a diversidade das formas e os inúmeros jeitos de ser/fazer/pensar, mesmo no âmbito acadêmico científico.

De fato, o mundo da ciência [...] conhece relações de força, fenômenos de concentração de capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução, conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado (BOURDIEU, 2004, p. 34).

A questão da legitimidade dos saberes é importante para construção e delineamentos dos campos, principalmente os mais recentes (BOURDIEU, 2000) e a Terapia Ocupacional, tanto quanto a cultura como objetos de estudo e como ciências que se fazem a partir de conteúdos e marcos também recentes participam, portanto, desse processo de forças diversas a serem encaradas quando se propõe criar reflexões de ruptura de lógicas até então estabelecidas nos campos tradicionais.

Pois as estruturas simbólicas tradicionais servem como elos de dominação para a manutenção de interesses particulares, muitas vezes de controle ou para distinção de classes, e temos que superá-las (BOURDIEU, 2000). A superação acontece pela revolução nas ciências e nos campos científicos, novos paradigmas que colocam novas questões sem pauta (BOURDIEU, 2000, 2013).

O campo das políticas culturais pode exemplificar tal afirmação, ilustrando que o conceito de cultura, na interlocução com as políticas, transformou-se ao longo do tempo, inclusive para que a própria política tomasse forma na perspectiva não de uma cultura única e definidora dos padrões (culto, belo), mas das “culturas” que existem e são variadas e diferentes.

Esses questionamentos da cultura com “C” maiúsculo tiveram que enfrentar muitas disputas no campo das políticas culturais para serem considerados, aceitos e utilizados, pois nesse campo já existiam forças anteriores e agentes de poder, considerando e defendendo formatos e conceitos mais conservadores.

Para a Terapia Ocupacional é possível traçar paralelos considerando as múltiplas formas de compreender e praticar “Terapias Ocupacionais”, inclusive aquelas que questionam modelos tradicionais de produções de conhecimentos na área. Modelos únicos, que agem a partir da perspectiva de invalidar outras formas e experiências, reduzindo a diversidade, invisibilizando as conexões potentes que podem existir (SANTOS, 2006).

O que se propõe nesta reflexão é a sensibilização para as possibilidades, entendendo-se que o plural não é necessariamente algo que desvalorize uma ciência ou a faça perder créditos frente a uma lógica de mensuração criada para dominância e controle. A ideia é mergulhar nos campos e nas ciências, neste caso, a Terapia Ocupacional e a cultura, para pensar no que temos feito até agora e, de forma consciente e crítica, sistematizar essas tessituras que constituem novas ferramentas teórico-metodológicas para a prática, tão essencial na profissão.

Dando continuidade a este processo de reflexividade, dois aspectos devem ser superados. Um se refere a compreensão crítica de que as escolhas, decisões, referenciais e conceituações, jeitos e modos de fazer, enfim, todos os processos e produções de conhecimento não são neutros, mas influenciados por diversos fatores (políticos, sociais, econômicos, comportamentais, contextuais, históricos, entre outros). O segundo aspecto consiste no fato de que somos introduzidos à lógica moderna científica hegemônica que desconsidera outras formas de saber e de produzir conhecimentos.

Ter uma crítica a esse formato não significa que não devemos nomear nossas produções, criações ou práticas, mas que podemos pensá-las sempre em relação a algo, a pessoas, locais, situações, contextos que as permeiam, pois isoladas se manifestarão de um jeito diferente. Dividir nem sempre significa a compreensão pura, muitas vezes temos que misturar e nos conectar para potencializar fazeres e percepções.

Santos (2010a, 2010b) chama nossa atenção para o desperdício que a ciência leva a efeito em relação à diversidade infinita, às experiências globais, criando barreiras ou linhas abissais. Essas linhas estabelecem uma constituição do que é válido ou inválido como conhecimento, do que é superior ou inferior, ou seja, do Norte e do Sul.

Santos (2010b) aponta que o pensamento ocidental se desdobra a partir dessa perspectiva das linhas abissais, que não por acaso seguem o mecanismo capitalista para sua manutenção funcional: países privilegiados, que são colonizadores e detêm as formas de produção, produzem padrões de consumo e, ao sul, os países colonizados que vivem e tentam se desenvolver mediante a hegemonia que elimina as outras formas de fazer,

excluindo experiências e conhecimentos diversos (SANTOS, 2010a). Traçando modos de vida (e consumo) enquanto nega outros, provocando fragmentações das possibilidades humanas de criação e reinvenção. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2010, p. 39).

Assim, na lógica das linhas abissais, os campos e teorias dominantes do Norte seguem tentando determinar conhecimentos, condições, critérios e legitimidade ao Sul (SANTOS, 2006).

El Sur global no es entonces un concepto geográfico, aun cuando la gran mayoría de estas poblaciones viven en países del hemisferio Sur. Es más bien una metáfora del sufrimiento humano causado por el capitalismo y el colonialismo a nivel global y de la resistencia para superarlo o minimizarlo. Es por eso un Sur anticapitalista, anticolonial y anti-imperialista. Es un Sur que existe también en el Norte global, en la forma de poblaciones excluidas, silenciadas y marginadas como son los inmigrantes sin papeles, los desempleados, las minorías étnicas o religiosas, las víctimas de sexismo, la homofobia y el racismo (SANTOS, 2011, p. 39).

Aponta-se para nossos campos de conhecimentos em questão, tanto a cultura quanto a Terapia Ocupacional, como campos também submersos nesse universo de poderes e relações de dominância, o que nos provoca ainda mais, no caminho de uma reflexão que busca empoderamento do que foram e fizeram, são e fazem (e quem sabe, serão e farão) os terapeutas ocupacionais ao Sul.

Para reconhecer os processos da Terapia Ocupacional no Brasil, por exemplo, e caminhar fomentando novas práticas livres e resistentes, conscientes e engajadas, precisamos ser coerentes na defesa da pluralidade das histórias e das formas de fazer. “É preciso ainda tatear os limites, as contradições e os paradoxos dos discursos, vendo que não há uma história completa” (CARDINALLI, 2017, p. 140-141).

Tal como proposto por Pino e Ulloa (2016), esse debate nos leva a tomar uma posição ética-política-cultural radical, trata-se de um “desprendimento epistêmico na esfera do social, um movimento que sai da compreensão universalista hegemônica, para uma pluriversatilidade da Terapia Ocupacional” (p. 425).

Como também na dimensão cultural, cabe o mesmo processo ao refletir, reconhecer e valorizar nossa cultura local e a potência dessas existências e fazeres como emancipatórios, válidos e como reflexo da realidade do Sul, tão diversa. A resistência

acontece na valorização das próprias produções versus a reprodução alienante; no respeito à diversidade versus práticas excludentes e discursos/ciências únicas. Estes são aspectos que ressoam na luta pela Cultura, mas que também dialogam com a ideia de pensamento pós-abissal, proposto por Santos como um resgate da diversidade do mundo onde tudo deve ser apreciado, acessado, valorizado (SANTOS, 2006, 2010).

Esses princípios fundamentais dão origem a uma perspectiva crítica importante, denominada por Boaventura Santos Sousa como Epistemologias do Sul, que propõe vislumbrar o mundo e suas produções, experiências e conhecimentos sob a ideia de que a “diversidade do mundo é inesgotável e que essa diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada” (SANTOS, 2010, p. 51).

O pensamento pós-abissal, portanto, para ser superado necessita de poderes, consciências e estratégias, assim Santos (2010) propõe a resistência, bem como a produção de Epistemologias do Sul, sendo as sociologias das emergências, a sociologia das ausências, a ecologia dos saberes e a tradução intercultural, na busca por “dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo [...], promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos” (56-57).

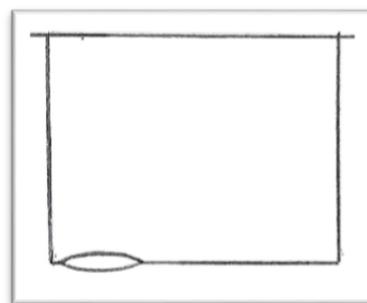
A produção de saberes é algo plural e heterogêneo, em interação sustentável e fluida com os contextos múltiplos e com a autonomia e o empoderamento de sujeitos e coletivos (SANTOS 2010). Dessa maneira, a dialética acontece na troca entre as diferentes vertentes e formas de produção de conhecimentos, provoca e fomenta de forma potente os diálogos. Afinal, estamos em relação e a fragmentação, como dito anteriormente, não revela, nem transcende, apenas aliena e isola.

Os conhecimentos devem, sim, interagir, reverberar uns nos outros para pulsarem novos significados. “Se considerarmos a priori a defesa da pluralidade de termos, conceitos e perspectivas, é preciso ampliar a troca, o debate, a construção de conhecimento e a elucidação sobre de que diversidade de saberes construímos e podemos nos referir” (POELLNITZ, 2015, p. 93).

Eis a proposição do estudo ao mediar relações entre o campo da Terapia Ocupacional e o da cultura, como passíveis de muitas conexões e tessituras, importantes para a construção de novos saberes críticos e plurais.

*Sala de Sustentação V*

---



Terapia ocupacional e Cultura:  
Ferramentas teórico-metodológicas



Fayga Ostrower  
[Caminho] – 1947  
Aquarela sobre papel

Entendendo a Terapia Ocupacional como uma área de formação, conhecimento e atuação porosa e plural, que se permite alçar fazeres nas diversas dimensões da existência humana, as proposições no campo cultural contribuem na medida em que tecem elementos para a criação de novas possibilidades para os sujeitos e coletivos em composição com as diretrizes da democracia, da sensibilidade e da diversidade.

Muitas tessituras permeiam a relação da Terapia Ocupacional com cultura, nessa rede de conexões encontram-se aspectos relevantes. Alguns apontamentos conectivos iniciais podem acontecer por meio dos termos e dos conceitos em comum entre os campos, e de como eles dialogam.

O *cotidiano*, termo que se faz necessário na composição dos entendimentos da vida humana, é complexo na medida em que “os estudos sobre o cotidiano incorporam a subjetividade, a cultura, a história e o poder social como elementos que influem na compreensão do fenômeno” (GALHEIGO, 2003, p.107).

Nesse sentido, tem-se que o cotidiano é loco privilegiado de onde se materializa e se expressa a cultura dos sujeitos, afinal todo ser é um ser cultural. Os fazeres diários, as trajetórias e as experiências que vêm das ações e emoções compõem e constroem os modos de viver de uma pessoa, tais modos, cheios de intenções, valores e atitudes relacionais, materiais ou imateriais constituem uma cultura. “A cultura está ligada ao tempo e ao espaço de cada indivíduo, ou seja, ao seu cotidiano” (CESÁRIO; TEIXEIRA, 2006, p. 933).

Nota-se nessa correlação uma interface inicial: se a Terapia Ocupacional tem por intuito cuidar dos sujeitos e dos coletivos a partir das demandas de várias naturezas, apontadas por estes, que estejam alterando de alguma forma suas atividades existenciais, ocupações e seus cotidianos; se a Terapia Ocupacional objetiva sentir e perceber as ações e sensações humanas cotidianas para elaborar estratégias de maximização das potências em detrimento dos desafios sociais, físicos, mentais, comportamentais e contextuais, tem-se que a cultura, intrínseca ao ser e fazer cotidiano, é essencial e deve ser considerada e valorizada no repertório e nas abordagens terapêuticas ocupacionais. A cultura é uma das lentes que desvela o ser: é o jeito de olhar e no que acreditar, de fazer e estar no mundo.

Permanecendo nesse jogo de correlações, tem-se que, através das épocas e contextos, termos indispensáveis no repertório da Terapia Ocupacional foram sendo aprimorados, discutidos, ampliados e revistos. A cultura e sua conexão à *atividade humana* também foi permeada e transformada pela (re)construção do que é atividade, sujeito e o próprio fazer Terapia Ocupacional.

A atividade humana e sua representação e delimitação se dá na correlação intrínseca entre o ser, estar e fazer que se categoriza como atividade própria, singular, diversa, de sua existência criativa e cultural. Está na atividade humana de sujeitos e coletivos a dimensão do terapeuta ocupacional em seu correspondente compromisso ético político.

A ação do terapeuta ocupacional, dessa forma, desenvolve-se na dialogia, na construção ou fortalecimento dos espaços de significação. A atividade nos desafia a potencializar a criação expressa na liberdade e na experiência partilhada em relações de troca de sentidos e possibilidades de ser no mundo. Há uma pluralidade de modos de conhecimento que precisam ser percebidos e valorizados (BARROS *et al*, 2013, p. 592).

Para que os *modos de vida* sejam explorados em suas subjetividades, entendidos no cotidiano dos fazeres sensíveis e valorizados como potentes; para que a intervenção na Terapia Ocupacional seja ampla e plural, consiga abarcar a atividade humana nas suas multiplicidades de informações e significados, deve-se ressaltar que “o sentido só pode se manifestar caso as atividades guardem inseparável a dimensão sociopolítica, cultural e afetiva de pessoas, de grupos e de comunidades” (BARROS, 2004, p. 11-12).

Castro (2014) afirma que *ocupação* e cultura são fenômenos que estão diretamente conectados em suas formas complexas e que a Terapia Ocupacional, portanto, não existe fora dessa conexão tão intrínseca.

A cultura deve ser priorizada e considerada, para a construção dos aportes teóricos e avaliação contextual, pois não há como entender a noção de ocupação desvinculada da cultura, que está diretamente influenciando e sendo influenciada pela função ético-política que também permeia estes conceitos-chave (CASTRO *et al*, 2014).

Muitos autores têm trazido de forma clara a ampliação do pensamento crítico em relação à cultura na Terapia Ocupacional, como também dos aspectos da interculturalidade (MARTÍN *et al*, 2015). Sobre a interculturalidade, entende-se que é um conceito que assinala políticas e pensamentos contra-hegemônicos, na medida em que são referenciados por pressupostos de inclusão e do reconhecimento da cultura como possibilidade de transformação sócio-histórica, voltada para a construção de uma proposta alternativa de civilização e sociedade, mais justa e diversa (WASH, 2007).

O debate internacional informa que a cultura aparece nas nossas relações com o outro, coisas, locais, pessoas, não de forma isolada, e é mais perceptível quando se fala sobre as diferenças percebidas nesses encontros (DICKIE, 2004). Porém o que temos que

reconhecer é que a cultura está em todos nós, nas nossas vidas cotidianamente. Quando conseguimos entender nossos assuntos culturais e reconhecer nossa dimensão cultural, fica mais fácil e sensível a aproximação com o outro, em suas diferenças e semelhanças (DICKIE, 2004).

Outra importante temática correlacionada é a da interculturalidade, que não se refere apenas às práticas terapêuticas ocupacionais com minoria étnicas, mas a uma vasta imersão nas diferenças e potencialidades que habitem a diversidade da espécie humana. O interculturalismo em Terapia Ocupacional suscita uma intervenção a favor do desenvolvimento humano, da democracia pluralista e inclusiva e da nova cidadania, tendo em conta o enquadramento das "questões culturais" em conjunto com as políticas socioeconômicas e cívico-políticas (ZANGO; MORUNO, 2013; ZANGO et al, 2015).

Tendo em vista esses aspectos apresentados, sobre as tessituras da cultura na Terapia Ocupacional e vice-versa, constatamos que de um lado temos a ideia da cultura intrínseca à Terapia Ocupacional, aos conceitos e estratégias de atuação inseridos nos cotidianos, nas atividades humanas, modos de vida e ocupação de sujeitos e coletivos. Contudo o debate da cultura e da Terapia Ocupacional também nos leva para a discussão da cultura como campo, no qual encontraremos diversas especificidades como também porosidades.

A ideia da atividade cultural como dimensão humana necessária e, portanto, campo concreto de ação e pesquisa em Terapia Ocupacional, estrutura-se em trabalho e pesquisa realizados em um Ponto de Cultura de São Paulo. Com o intuito de averiguar e refletir sobre as ações da Terapia Ocupacional naquele espaço, foi observado “que as redes de pertencimento se tecem sobre dimensões complementares da política, religiosidade, educação, cultura e trabalho, as quais alavancavam experiências, trazendo novas perspectivas de vida” (BARROS *et al*, 2013, p. 585).

Em outra pesquisa (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017), são analisadas as relações recentes do encontro da cultura com a Terapia Ocupacional, a partir das análises de diários de campos de professores e alunos em uma disciplina do curso de graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ. As autoras apontem três concepções de cultura na intersecção com a Terapia Ocupacional: “a cultura como pano de fundo, atravessando a prática em todas as áreas; a cultura enquanto um recurso e a cultura enquanto um campo de atuação” (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017, p. 551).

Compreende-se que as três não são dissonantes, são corretas, e apresentam apenas níveis de intensidade diferentes na relação dos terapeutas ocupacionais com a cultura. Sendo a Terapia Ocupacional uma profissão que transita facilmente por diferentes linguagens, referenciais teóricos e concepções de mundo, este profissional reúne características que o qualificam para o trabalho no Campo da Cultura com sua especificidade (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017, p. 551).

Neste trabalho se destaca que, mesmo articulada com as diversas áreas e setores, entende-se que “a cultura pode sim se delimitar como *campo* específico de atuação, uma vez que existem políticas públicas específicas, ações, serviços e espaços de trabalho próprios desse campo” (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017, p. 551).

Ressalta-se que historicamente existem “experiências práticas de terapeutas ocupacionais debruçados sobre o debate que se faz em torno da participação nos processos de democratização, nas políticas culturais e na promoção e proteção da cidadania e da diversidade cultural” (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017, p. 551).

Tais afirmações nos convidam a construir e compreender que as formas possíveis de entrelaçamento entre Terapia Ocupacional e cultura podem ser desenvolvidas e aquelas, que já foram e estão sendo gestadas, pensadas e consolidadas. Assim como nos incita a produzir outros estudos e repensar a formação em Terapia Ocupacional capaz de incorporar debates, instrumentalizações e subsídio para a atuação profissional neste campo.

A fim de discutir as possibilidades e caminhos gerados pelas experiências culturais no processo formativo/acadêmico em Terapia Ocupacional, Silva et al (2016) observaram que durante a realização e a construção de um estágio curricular do curso de graduação de Terapia Ocupacional no campo da cultura, existiu uma “preocupação com uma formação que converse com o tema transversal da Cultura em sua pluralidade e simbologias sob a ótica do fazer humano” (SILVA et al, 2016, p. 177), além de um mergulho intenso nas especificidades desse campo, provocando novas reflexões.

A cultura como lente e viés pelo qual a relação de cuidado e promoção dos direitos que forma, a possibilitar expressividades diversas de sujeitos e coletivos diversos, suas construções de subjetividades, de espaços de empoderamento, cidadania, inclusão e a criação de novas formas de enfrentamento, resistência e mobilização tão necessárias diante de um panorama social que desagrega, individualiza e exclui.

Nesse sentido, expomos aqui a ideia da cultura como campo: onde a vida acontece. Um campo complexo, diverso, composto por suas teias de conhecimentos, mas que se

articula de forma intensa com o que estamos acreditando ser a Terapia Ocupacional, na sua prática e estudo que precisa da vida acontecendo.

No Brasil, a cultura começou a ganhar espaço para o terapeuta ocupacional após movimentos e lutas nacionais por cidadania e direitos, com início na década de oitenta. Nesse contexto, os profissionais que atuavam no campo da reabilitação notaram que a percepção das dinâmicas sociais, culturais e econômicas das populações em vulnerabilidade, desvelariam possibilidades de lutas por melhores qualidade e por direitos iguais, com respeito à diversidade e à democratização dos modos e oportunidades de vida. (CASTRO, 2000).

Essa atuação marcada pelo ativismo social e político garantiu a entrada dos direitos no repertório básico do terapeuta ocupacional e com isso apresentou a cultura de forma mais próxima na prática.

Nos recortes temporais anteriores temos a história tradicional das artes no diálogo com a Terapia Ocupacional nos processos históricos da constituição profissional: a arte como recurso expressivo, o Movimento de Artes e Ofícios por exemplo como um marcador histórico constitutivo da Terapia Ocupacional (JARA, 2014). Ou ainda, na história da Terapia Ocupacional brasileira, as artes enquanto atividade expressiva que surgiu como terminologia de força, a interface da arte com a saúde mental, como recurso mediador importante nas versões dos tratamentos contra-hegemônicos e que já expressavam resistência no pensar e no agir, desde Nise da Silveira até os dias atuais (LIMA, 2006).

Todas essas demarcações e utilizações da arte nos remeteram a reflexões e práticas cada vez mais amplas, mas que atualmente evoluíram e possuem novos horizontes: a diferenciação importante entre arte e cultura, sendo que as artes, de forma geral, constituem parte da dimensão que estamos denominando de campo cultural. O que amplia a discussão da cultura como campo e não apenas como metodologia, recurso ou mediação.

O terapeuta ocupacional é um profissional que atua com populações e existências heterogêneas, sendo fundamental que haja valorização e composição com a diversidade. Decerto que mesmo na Terapia Ocupacional nem sempre as práticas centralizavam suas ações na aceitação, na valorização da diferença e na busca das potencialidades singulares. Houve no início, e ainda perpetuam, modos de fazer que seguem a linha da normatização dos corpos, das relações, dos fazeres e que perpassam as fragilidades diversas na tentativa de categorizar ou classificar (LIMA, 2003), não é essa a proposta ao se pensar cultura:

algumas formas de se fazer Terapia Ocupacional têm, no contemporâneo, invertido a lógica disciplinar e produzido caminhos que apontam para a direção oposta, afirmando o direito à diferença e encontrando positividade em formas de vida, as mais singulares, e em situações as mais adversas. O pivô dessa inversão das práticas e suas lógicas tem sido, ao meu ver, o compromisso ético-político que os terapeutas ocupacionais têm assumido com a população alvo de suas ações (LIMA, 2003, p. 65).

O compromisso ético-político se faz na transversalidade das ações, em práticas que mudem de direção a partir da consideração dos “devires inusitados, transitando das populações para os processos de singularização” (LIMA, 2003, p. 65). Dessa forma se torna imprescindível encarar as demandas culturais, e garantir a expressão das atividades humanas com todas as suas formas e diferenças tão relevantes. Um trabalho importante de revisão de literatura internacional (CASTRO et al, 2014) sobre Terapia Ocupacional e cultura revela essa conexão tão potente, e mais, eticamente indispensável:

Resumindo, a cultura é expressa como um fenômeno chave na TO, considerando sua estreita relação com a ocupação. Ambos os fenômenos compartilham o fato de que eles são muito complexos, com uma falta de acordo sobre definições, extensão e aplicabilidade. Manter abordagens reducionistas em termos de cultura na TO pode então se tornar um grande risco. A Terapia Ocupacional trabalha diretamente com questões sensíveis, como propósitos, significados e o que as pessoas realmente fazem. Ignorar como a cultura está conectada a esses aspectos pode levar a práticas antiéticas ou mesmo iatrogênicas, do nível individual ao global. O efeito disso é a negação da diversidade e da riqueza das práticas locais, tentando impor um conjunto padronizado de regras, idéias e modos de vida (CASTRO et al, 2014, p. 412, traduzido pela autora).<sup>8</sup>

Trazendo a cultura numa perspectiva teórico-metodológica para a ação do terapeuta ocupacional, pode-se pensar nas dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura (BRASIL, 2013) como possibilidades práticas para a profissão, considerando a cultura não apenas como um recurso, mas também como campo, com seus processos e conceitos teórico-práticos: fruição, produção, circulação e gestão, somando e reinventando repertórios de estratégias e abordagens na Terapia Ocupacional,

---

<sup>8</sup> To summarize, culture is expressed as a key phenomenon in OT, considering its close relationship to occupation. Both phenomena share the fact that they are very complex, with a lack of agreement regarding definitions, extension, and applicability. Keeping reductionist approaches in terms of culture in OT may then become a major risk. Occupational therapy works directly with sensitive issues such as purpose, meaning, and what people actually do. Ignoring how culture is connected to these aspects may lead to unethical or even iatrogenic practices from individual to global levels. The effect of this is a denial of the diversity and richness in local practices, trying to impose a standardized set of rules, ideas, and ways of life (CASTRO et al, 2014, p. 412)

reconhecendo os valores culturais como símbolos essenciais, direitos de cidadania e possibilidade de desenvolvimento da vida individual e coletiva.

Então, a cultura pode ser considerada pela Terapia Ocupacional em uma perspectiva ampliada e integrada implicada nas dimensões simbólicas dos sujeitos em suas ocupações, identidades, pertencimentos e diversidades; como em suas expressões e produções materiais e imateriais; nas dimensões econômicas, no enfrentamento dos problemas sociais e da desigualdade, na relação com o mercado de trabalho e outras questões derivadas do sistema de produção capitalista; e nas dimensões de cidadania interessadas nas demandas de acesso, promoção e direitos culturais para todos (SILVA et al, 2017, p.122, traduzida pela autora).<sup>9</sup>

Alguns aspectos sobre o mergulho da Terapia Ocupacional no universo da cultura exigem atenção e detalhamento crítico, pois como apontado em estudo internacional, muitas vezes conceitos de outros campos de conhecimentos e de outras ciências são utilizados na Terapia Ocupacional sem compreensão aprofundada, criando ambivalências caóticas para o desenvolvimento das fundamentações (CASTRO et al, 2014).

Outra perspectiva que deve ser incorporada e sobre a qual se deve refletir, principalmente para a profissão de terapeuta ocupacional, é a do direito cultural e suas possibilidades claras de interlocução com a profissão. O direito à cultura é amplo e representa as garantias pelo acesso ou da produção em si: o sujeito ou coletivo na possibilidade de conseguir encontrar materiais culturais, acessar de forma igualitária e democrática, sentir-se pertencente a um cultura, ou o reconhecimento da produção de uma prática cultural demarcada por tradições de desvalorização, empoderamento de povos e culturais marginais para que sejam valorizados em suas dimensões simbólicas e cidadãs, o fomento das produções singulares, diversas das culturais locais, das territorialidades e comunidades. Todas essas relações são pertencentes à dinâmica do direito cultural.

Entretanto, foi a partir da reestruturação do MinC e das proposições programáticas referentes à garantia da Cultura enquanto direito que a Terapia Ocupacional passou a se envolver diretamente com a Política Nacional de Cultura. Sua inserção no bojo das discussões acerca da garantia de acesso levou à criação, em 2010 (com a primeira turma iniciada em 2013), do

---

<sup>9</sup> Entonces, la cultura puede ser considerada por la Terapia Ocupacional en una perspectiva ampliada e integrada implicada en las dimensiones simbólicas de los sujetos en sus ocupaciones, identidades, pertenencias y diversidades; como en sus expresiones y producciones materiales e inmateriales; en las dimensiones económicas, en el enfrentamiento de las problemáticas sociales y de desigualdad, en la relación con el mercado de trabajo y otras cuestiones derivadas del sistema de producción capitalista; y en las dimensiones de ciudadanía interesadas en las demandas de acceso, promoción y derechos culturales para todos (SILVA et al, 2017, p. 112).

primeiro Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural no país, ofertado numa parceria entre o MinC, através da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, e o Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo à sua frente a terapeuta ocupacional e docente Patrícia Dorneles. (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017, p. 540).

Chauí (2008) aponta que a cidadania cultural é necessária, principalmente porque é a forma pela qual podemos garantir a preservação das nossas identidades e memórias. O direito a cultura como parte do processo de cidadania “pode ser observado não apenas nas políticas culturais brasileiras, mas também em documentos internacionais como a Convenção da Unesco de 2005 (da qual o Brasil é signatário desde 2007)” (GOLÇALVES; COSTA; TAKEITI, 2017, p. 539).

Nesse sentido, os profissionais dos diversos campos que atuam nas áreas dos direitos são provocados para repensar suas práticas de forma a incluir o direito à cultura fundamentado em ações sensíveis e acessíveis, como o campo cultural demanda. Diante dessas informações, Chauí (2008) afirma que “as políticas sociais de afirmação dos direitos econômicos e sociais, contra o privilegio, e as políticas culturais de afirmação do direito à cultura, contra a exclusão cultural, constituem uma verdadeira revolução democrática no Brasil (p. 75).

Na definição da profissão os direitos ganham força central, o direito à cultura, portanto, essencial à vida, deve ser considerado com mais atenção, pois se desvela como um direito relacionado a um campo de conhecimento que precisa ser estudado e explorado: a cultura com todas as suas abrangências conceituais e práticas.

Outro aspecto que o diálogo com a cultura provoca é a atenção à diversidade das populações com as quais lidamos, nos caminhos diversos de cuidados e fazeres terapêuticos ocupacionais. Essa lente diz respeito à compreensão crítica e engajada com o reconhecimento dessa diversidade, também expressa em materiais legislativos, ou seja, em leis que garantem direitos para a diversidade.

É importante fazer e pensar sobre um processo de aprimoramento desse termo para que se torne pertinente e concreto seu uso, pois é um conceito importante do campo cultural, mas, para além disso, é conceito inerente às práticas que se denominam ético-políticas, principalmente no cenário neoliberal atual.

A diversidade pode ser entendida como um “encontro com o outro” e partindo dessa conexão as possibilidades são infinitas e muito potentes, sendo que observar e valorizar de forma genuína essa diversidade é fazer uma “Terapia Ocupacional

culturalmente segura” (ALGADO, 2016, p. 167). Afinal, a diversidade humana segue ameaçada – devemos considerar essa riqueza plural em nossas práticas.

A diversidade humana é uma força motriz de desenvolvimento (UNESCO, 2002) que abarca todas as dimensões da existência e é fator intrínseco e necessário à Terapia Ocupacional que entende seu papel ético-político-cultural de atuação.

Na contemporaneidade, experiências e estudos no campo da Saúde e da Cultura apontam para a necessidade da produção de novas tecnologias sócio - culturais e do desenvolvimento de práticas e propostas de políticas públicas culturais que operem sob os princípios da inclusão, equidade e diversidade cultural e proponham soluções criativas e participativas para populações em situação de vulnerabilidade (COUTINHO et al, 2009, p. 189).

O campo da cultura em diálogo e intersecção com a Terapia Ocupacional nos provoca tanto para um aprofundamento teórico e de fundamentos sobre as especificidades dos conhecimentos em questão, quanto para as ferramentas práticas que podem ser criadas, reinventadas, repensadas para a atuação em composição com as dimensões da cultura. Levando em consideração que a aplicabilidade é uma das características essenciais das construções em Terapia Ocupacional, visto que o cuidado, a participação social de sujeitos e coletivos diversos, a relação e o encontro com o outro, são objetos centrais aos quais se dedica a profissão, tendo essas considerações em vista, este estudo intenciona revelar algumas composições para a prática da Terapia Ocupacional na/com a cultura realizadas e construídas de forma coletiva pelos participantes do Laboratório de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional da UFSCar.

Processos de reflexão e construção dessas ferramentas teórico-práticas que objetivam nomear e fundamentar o que o laboratório vem desenvolvendo nos projetos variados de pesquisa e extensão. No decorrer dos projetos e práticas experienciadas, o grupo observou a necessidade de refletir e nomear essas práticas articuladas e construir a partir de estudos e debates coletivos alguns termos e eixos que delineiem o processo que vem sendo realizado nas ações em cultura.

Apresentamos então os eixos teórico-práticos seguidos por suas abrangências e definições, que tentam contribuir para a construção de ferramentas mais concretas para a aplicabilidade acompanhada da pesquisa. Os eixos são: Gestão; Produção e Criação; Fruição. Desde 2015 os participantes envolvidos nessa construção vêm trabalhando e pensando sobre esses eixos, desenvolvendo caminhos teóricos para a atual construção aqui apresentada. Inicialmente o debate se dirigia de forma tímida em termos de gestão e produção e entendia a fruição como acesso e cidadania (SILVA et al, 2015b). Ganhando

força e forma mais delineadas, os termos foram sendo alinhados, somados à reflexão com outros, como participação e divulgação cultural (SILVA et al, 2017b, 2018), para então se constituírem de forma mais significativa ao nosso coletivo.

*Gestão cultural:*

Gestão é definição de política, implica em tomada de posição, de campo ideológico e não pode ser confundida com processo neutro. Uma gestão competente e comprometida deve apresentar uma conduta pública coerente, em que os conceitos e políticas apresentados à sociedade permitam a construção de consensos, transformando suas realizações em conquistas da cidadania (TURINO, 2010, p. 200).

A ideia do eixo gestão cultural advém de processos e ferramentas do campo da gestão, alinhados de forma sensível ao universo da cultura, e, nesta construção, pensado a partir de um formato que contemple a prática da Terapia Ocupacional nesse cenário exposto. Portanto, nesse eixo, alguns conceitos técnicos como planejamento estratégico, plano de comunicação, metodologia de avaliação, articulação de rede, pessoas e processos são inerentes.

Na gestão, o planejar, o mapear e o compartilhar estão presentes em todas as etapas, são considerações e processos que demandam um sujeito ou uma equipe que está disponível para discussões, encontros e reflexões que se iniciam antes mesmo da parte prática. A gestão cultural busca estratégias para organizar e qualificar atividades, projetos e ações inventivas no campo cultural, considerando seus aspectos organizacionais, estruturais e econômicos, de forma a fomentar o fortalecimento de construções na cultura, mais diversas, economicamente colaborativas, criativas e sustentáveis.

*Criação e Produção cultural:* este eixo diz respeito a efetivar processos de criação, de expressão, dos fazeres inventivos diversos que habitam os sujeitos, coletivos, territórios e comunidades. Consiste em favorecer a elaboração cultural: simbólica e criativa, de forma a enfatizar um protagonismo amplo, que preza pela cidadania e pela diversidade, pelo qual, produzir e criar no universo da cultura, além de serem uma forma de expressão genuína e de sublimação da vida, são também um direito básico. Como toda produção, está inserida em uma lógica neoliberal, mas resiste à dominação de forma crítica por meio de um processo de reflexividade sobre a realidade e da busca de alternativas ou rupturas, principalmente em relação ao formato econômico que deve

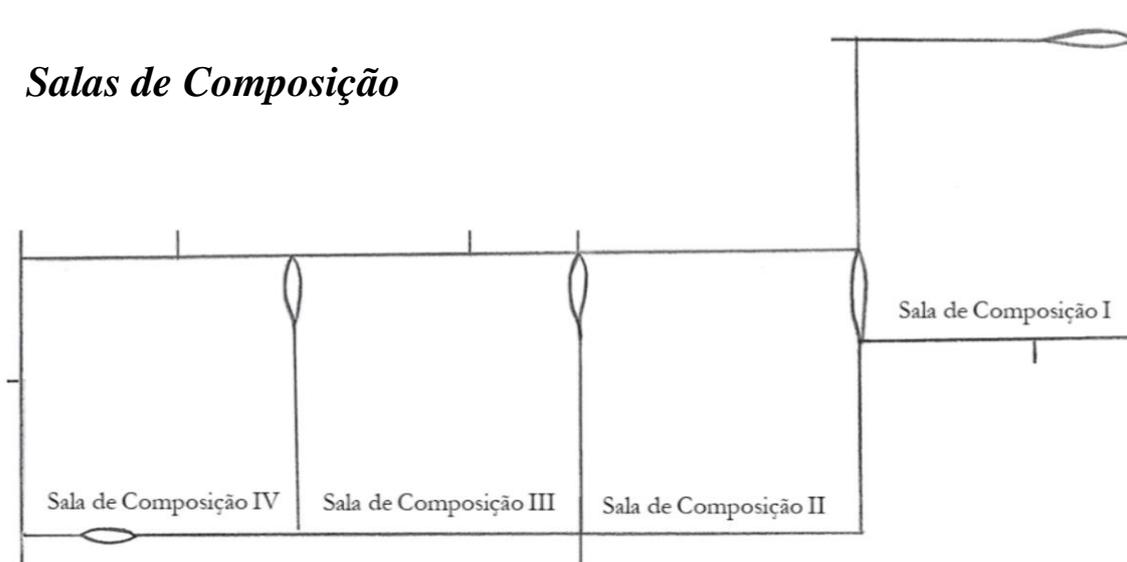
denunciar e anunciar novas possibilidades de geração de renda (economia criativa, sustentável, inclusiva), de produção e consumo conscientes.

*Fruição e participação cultural:* Eixo que diz respeito à circulação, ao acesso e à participação da cultura em suas diversas formas de existência em materialidade ou imaterialidade. Circular se refere aos mecanismos que promovem um deslocamento dos fazeres e produções culturais, para atingirem um maior número de pessoas e locais. A acessibilidade nos instiga a pensar a questão da democracia cultural, de ofertar experimentações no campo da cultura, possibilitar o encontro com recursos, materiais, técnicas, espaços, pessoas, conhecimentos, obras e acervos, com o intuito de ampliação do repertório cultural dos sujeitos, coletivos ou territórios, como também de promover um empoderamento a fim de que as culturas diversas sejam valorizadas e reconhecidas: uma troca sem hierarquias, experimentações livres de juízo de valores tão comuns na sociedade do capital, mas que perdem o sentido na essência da fruição cultural.

Vivemos cada vez mais em uma sociedade na qual a informação é sinônimo de poder. Romper com a alienação e o embrutecimento imposto a milhões de pessoas é, efetivamente, desenvolver uma política democrática, de conquista da cidadania, e isso significa prever uma ampla e pluralista oferta de produtos culturais (TURINO, 2010, p. 192).

Participar é um movimento de sentir-se pertencente a uma cultura, como também, por outro lado, possibilitar o encontro com outras culturas, podendo apreciá-las e senti-las. Assim se promove a ampliação da cultura como dimensão de criação, pertencimento, empoderamento, reconhecimento e valorização.

## *Salas de Composição*



## *I - Cultura e Diversidade*



*Narrativa Samira: Foto colagem*

*“...acho que é quando a gente se depara com coisas que não seriam possíveis ou que a gente não imagina, é quando a gente se depara com algo mais esquisito, estranho para mim é diverso, “puts, não imaginava isso”, é diverso, acho que a diversidade são esses acontecimentos novos, sabe?” (Ricardo).*

**Todos somos diversos** para Patrícia, que estende a reflexão para uma terapia ocupacional que lida cotidianamente e tradicionalmente com a diversidade, mas que pode buscar cada vez mais, perceber que a diversidade não está ligada apenas a grupos específicos isolados, mas que ela reflete a composição de todos nós, em nossas diferenças e características. Desta mesma reflexão crítica parte Isabela, sobre o uso do termo nas políticas e na terapia ocupacional, desvelando o cuidado para não usar a diversidade como camuflagem para estereótipos, embora seja muito importante como conceito para nossa prática, deve ser usado criticamente.

*“...então pensar diversidade e terapia ocupacional é pensar em todas as diversidades porque tem gente que trabalha com pessoas com deficiência seja na pauta da*

reabilitação, tem gente trabalhando com diversidade, o tempo todo. Saúde mental e diversidade, ou seja, a terapia ocupacional só trabalha com diversidade! Acho que a diversidade está aí, está posta e nós somos a diversidade, eu acho que o mais difícil que nós temos é olhamos a diversidade do outro. Temos que começar a perceber que somos diversos. Somos diversos! Eu sou diferente de você, então somos todos diferentes, eu sou diversa também. Eu vejo que diversidade já colocada na relação do nosso trabalho, na relação com o outro, ah, eu trabalho com aquele grupo que é da diversidade, eu trabalho com isso que é da diversidade, eu trabalho com deficiente, eu trabalho com a diversidade, assim vamos criando estigmas e grupos, coletivos fechados né? Não, temos que promover a convivência, o intercâmbio, isso que faz bem a diversidade e se reconhecer diverso, a primeira coisa é se reconhecer diverso. (Patrícia)

“Pra mim é meio emblemático [...] as pessoas usarem como “variadas identidades culturais” que diversidade é ter identidades diferentes, ou culturas diferentes como identidades fixas. Então pra mim, ele é um termo que dá um problema bom de pensar e nesse sentido eu tenho tentado fazer uma contraposição com a ideia de diferença, pensar o comum com a diferença, porquê o que significa o diverso? É ter um gay, um negro, como muitas vezes as pessoas leem. A diversidade de coisas que continuem nossa própria experiência e poder ser outro, reconhecer a diferença no outro... Que é um outro lugar. Então acho que por um lado esse termo na política deu conta de olhar pra essas questões, daquilo que não está em uma certa normatividade, mas por um outro lado pode ser uma reiteração de estigmas” (Isabela).

Samira coloca que a diversidade por si só já é parte da terapia ocupacional, mas aponta as diferenças importante entre **diversidade e desigualdades**, para que a consideração da diversidade seja fundamentada por uma luta de para a cidadania.

“Pois é, a gente instituiu uma comissão de diversidade e identidade cultural no nosso departamento e essa é uma discussão: o que é diversidade? Pra mim, bem básico, está diretamente relacionada ao direito de ser diferente e uma diferença que se sustenta em si, que precisa ter garantia de espaço, de expressão e é isso! E a única questão, e isso eu discuto desde o mestrado, é não camuflar de diversidade as desigualdades! Não ficar chamando de diversidade as desigualdades, desigualdade é tratar de modo desigual pessoas que teriam o mesmo direito, você não garantir o acesso, não garantir os direitos, é você desnivelar esse lugar, desigualdade às vezes é bem camuflado de diversidade.

*Diversidade acho que é uma diferença que se sustenta, que precisa ter espaço e lugar de expressão” (Samira).*

Para Miki a terapia ocupacional acontece através da ação na diversidade, termo que representa um repertório amplo de aspectos considerados pela profissão, no encontro com o outro.

*“Diversidade, difícil...Eu acho que a TO sempre trabalhou com essa questão da diversidade, o olhar da TO é muito mais pela diversidade, enquanto também capacidade, potencialidade [...] TO sempre vai trabalhar com a diversidade no sentido de você ver a possibilidade de vida, de ação, de atividade de cada um, sempre tendo esse olhar que vai além entendeu, sem menosprezar obviamente as outras categorias [...] por pensar em diversidade a TO vai trabalhando com qualquer população, qualquer grupo, que a gente perceba uma demanda seja de cultura, de saúde, qualquer...” (Miki).*

Diversidade vem sendo um conceito chave para as práticas dos terapeutas ocupacional no campo cultural no Quilombo do Grotão. Todos relataram que é um tema de debate imprescindível e que orienta as ações tanto no ensino, quanto na extensão e na prática, principalmente no quilombo, espaço de encontro com o diverso de forma pulsante.

*“A diversidade tem sido pra mim um, um conceito orientador da minha prática profissional sabe? É, por que talvez as caixinhas não estejam dando conta mais de falar daquilo que a gente vem fazendo, vem produzindo e então a diversidade pra mim é tudo o que cabe sabe? Pra eu ser quem eu sou, quem o outro pode ser, é isso” (Renata).*

*“Diversidade pra mim é possibilidade, porque todo mundo constrói o que é significativo, então eu acho que quanto mais a gente possibilita que as pessoas acessem e se permitam se descobrir, é isso, pra mim é isso” (Isabelly).*

*“Ah, diversidade é uma aceitação né? Que, de várias coisas que vem hoje conhecendo que eu acho que é muito interessante a gente se deparar com várias diversidades... Quando vocês estavam comentando, eu me lembrei de uma coisa e que era uma proposta de um primeiro projeto nosso aqui [...] É, um projeto de início aqui foi o Samba da Comunidade, que foi nada mais do que a gente unir várias pessoas de vários níveis sociais e as pessoas em uma mesma emoção, tá entendendo? Assim, porque tem pessoas que eu vejo aqui no samba, a gente depara com várias pessoas se divertindo com várias*

*diversidades, eu não tenho como explicar isso, é bonito” (Renato – liderança quilombola).*

### *Composições*

Como relatado pelos participantes, no Quilombo do Grotão, a diversidade expressa a vida, que acontece ainda nesse território como forma de resistência. A composição com a diversidade cultural é necessária para práticas que se colocam como resistentes e proclamam “sua insurreição contra as posições homogeneizadoras e reivindica não só a irredutibilidade das culturas como defende os direitos plurais que não foram previstos pelas narrativas totais e hegemônicas” (BARROS, ALMEDIA, VECCHIA, 2007, p. 131).

Na proposição de reflexão sobre diversidade e diferença proposta por Isabela, algumas considerações foram instigadas. Existe a discussão sobre a diversidade como a base de compreensão das diferenças entre sociedades e culturas. A noção de diferença se conecta as relações sociais, culturais, históricas e institucionais construídas ao longo do tempo e de como são organizadas essas relações através de ações e discursos (BARROS, ALMEDIA, VECCHIA, 2007). Destaca-se nessa composição que a diversidade pode ser considerada de forma mais ampliada, a cultura em si e as formas de anúncio e manifestação dessa cultura da/na vida humana se constituem as diferenças.

Miki ressalta que a atuação com populações diversas faz parte da terapia ocupacional, entendendo que as formas de viver são também reflexo do diverso. Renato, líder quilombola, assume a diversidade como uma aceitação da pluralidade das existências: “Nessa perspectiva, a diversidade pode ser traduzida também como um chamado para ação, para uma guerrilha simbólica contra mecanismos de fixação em formas hegemônicas e a favor de metamorfoses e invenções criativas” (SILVA, 2016, p. 74).

Samira aponta a inerência entre a terapia ocupacional e a diversidade, também corroborada por se constituir um direito, garantido em declaração e materializado em políticas de cultura. A declaração Universal da Diversidade Cultural aponta que acolher e considerar a diversidade é uma estratégia concreta para assegurar a paz e o equilíbrio humano. Tal documento aspira “uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais” (UNESCO, 2002, p. 1).

Sobre esse debate, Samira ainda ressalta a relevância dessa discussão e principalmente a diferenciação que deve ser feita entre diversidade e desigualdade para que ações injustas e desiguais não sejam mascaradas no discurso do diverso.

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 56).

Nessa relação entende-se a busca por políticas de diversidade que compreendam e estejam alinhadas a uma perspectiva democrática de cultura e sociedade. Pois a igualdade a qual intencionamos obter deve reconhecer as diferenças, de forma a fortalecer o diverso que é potente, compondo junto a oportunidades justas e ações paritárias, na contracorrente da reprodução da desigualdade que nos cerca e sempre, com consciência crítica, questionando-a.

## II – Cultura como Desafios, Estratégias e Potências



*Narrativa Miki*

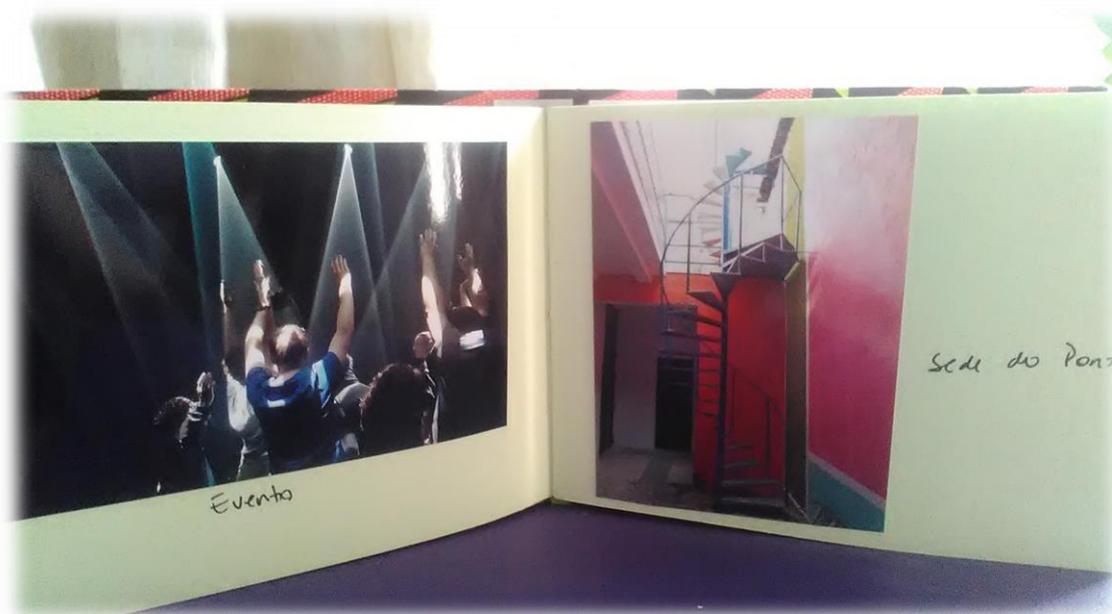
Revelam-se se os desafios principais e como foram/são enfrentados; as estratégias com as quais o campo da cultura e da terapia ocupacional em conexão podem criar e utilizar, e, por fim, as conquistas desses campos em interação, produzindo potências.

**“Vemos e revemos pessoas que fazem parte dessas iniciativas: vidas que compartilho, em alguns casos, há cerca de 13 anos. As pessoas crescendo, passando a circular sozinhas na cidade, começando a trabalhar, criando projetos de vida, desenvolvendo criações artísticas, cantando, dançando, casando, tendo filhos, morrendo... Nos acompanhamos nos movimentos da vida de cada um, fazemos coisas juntos. Criamos laços afetivos a partir de conexões que não são definidas a partir de um grupo ou comunidade específicos – ou fechados. Isso me emociona e nutre sentidos de uma existência. Muitos desses participantes, em suas vidas, poderiam estar encarcerados em manicômios ou prisões – desde hospitais psiquiátricos e presídios a condomínios e instituições privadas ou guetos - inclusive eu e todos nós” (Isabela).<sup>10</sup>**

---

<sup>10</sup> Isabela enviou um trecho do relato de trajetória que compôs para seu doutorado como sua narrativa, apresentando como se sente em relação aos encontros e relações construídas e experimentadas, nesse processo de ser terapeuta ocupacional, no campo amplo dos fazeres e espaços da/na cultura.

## Desafios da prática no campo



*Narrativa Miki*

Inicialmente desvelam-se os desafios apontados pelos entrevistados sobre a prática no campo da cultura. O desafio da mobilização e da articulação dos agentes e produtores de cultura, e a questão da **gestão** e do orçamento ou outras formas de **captação de recursos** são alguns pontos ressaltados.

*“Então acho que os desafios eram esses: era de criar essa sensibilidade, provocar novos deslocamentos em novas escalas de gestão e de participação popular, de conselhos e de mobilização social em cima disso. Acho que um desafio foi lidar com orçamento porque sempre o orçamento da cultura é o menor. Foi sempre um grande desafio, porque eu tinha essa potência, essa experiência de potência e desafios, de sensibilizar pra gerar a pauta e para que essa pauta ficasse forte nacionalmente e a questão dos recursos, das dificuldades que são sempre o recurso da cultura. Então, como lidar com essa questão do orçamento, como criar uma política com orçamento mínimo, mas para potencializar pessoas que estão precisando ser potencializadas[...] Por exemplo, os Pontos de Cultura sempre foram um desafio porque são pessoas ou grupos que têm muita dificuldade de mobilização, de participação, porque estão ali na luta diária, tentando fazer com que seu*

*Ponto de Cultura funcione, estão sempre na precariedade então a mobilização, articulação é sempre um desafio mas dá certo!” (Patrícia))*

*“Esse foi o maior desafio (referente à burocracia e dificuldade no uso da verba do edital), porque quando eu entrei a gente apresentou a proposta para os participantes e vem a expectativa. Dinheiro público, de um edital, a casa estava caindo aos pedaços. As pessoas foram com uma expectativa e a gente também foi, mas depois percebemos que teríamos que adequar várias coisas. Então, não dava para funcionar do jeito que a gente queria, não dava para comprar todos os equipamentos. E tinha o desafio que era a questão burocrática do edital. Na época era assim, se eu quisesse trocar a compra de uma borracha por uma caneta eu tinha que justificar, assim não exatamente nesse detalhe, mas é assim. Se eu quisesse mudar a compra de uma máquina fotográfica, tinha que justificar, tinha que esperar a resposta. E a gente demorou para aprender isso, porque ninguém sabia. Esse foi um desafio [...] Essa questão de gestão foi a mais difícil, para a gente da TO.. E era difícil porque assim, eu vou comprar uma xícara eu preciso de três orçamentos entendeu, eu ia pedir um orçamento e o cara me entregava em uma folha de sulfite, colocava: a xícara é tanto, mas não vale entendeu? Então esse foi um desafio prático [...] Como tinha a questão da pouca verba, a gente não conseguia por exemplo para fazer o CD, a gravação, na parceria com o METUIA se dava um jeito para arrumar uma verba para esse projeto específico, e dependia do valor [...] cada um com suas prioridades, a prioridade era gravar CD porque eu vou apresentar em tal lugar e eu preciso vender, a prioridade é comprar a miçanga do artesanato, sempre discutindo com eles, então tinha lá o livro caixa, a ata, isso foi um desafio que eu nunca mais esqueço, que um deles queria vender artesanato, queria fazer as bijuterias, as pulseirinhas e tal, e a gente fez um orçamento e deu cinquenta reais que era que ele precisava, todo mundo concordou que era uma prioridade, que agora era vez do projeto dele, quando chegou na semana seguinte a gente perguntou como tinha sido e ele disse: -“ ah eu usei o dinheiro para comprar uma geladeira que eu estava sem em casa”, eu disse, -“como assim, o dinheiro não era para a bijuteria?”, “era mas eu não tinha geladeira em casa e achei uma por cinquenta reais”. Então, esse era um desafio, de discutir isso e a gente problematizava isso com os estudantes, qual era a prioridade naquele momento, se fez certo ou se não fez, ele achou que a prioridade era comprar a geladeira e nós colocamos para o grupo, olha o dinheiro foi gasto na geladeira não foi gasto nos produtos, o que vocês acham, o que que faz, algumas coisas que surgiram” (Miki).*

*“E a gente precisa saber fazer leituras, sobre as políticas dos Pontos de Cultura, os editais para Ponto de Cultura é um universo imenso do que são editais e o que são os instrumentos de captação de recursos na cultura e a gente precisa fazer uma leitura sobre isso. A gente discute a Lei Cultura Viva mas, é importante a gente conhecer a Lei Rouanet como um todo, que a gente ainda se aproxima pouco” (Ricardo).*

Outro ponto abordado por Isabela é a questão de provocar para o **acesso**: as produções, as políticas, ao um repertório que possa emancipar a todos para que consigam se engajar na militância, entender as propostas das leis, ações ou editais, articularem-se para participar das políticas, de uma forma realmente inclusiva. Nem sempre os formatos das políticas são inclusivos ou democráticos, ou valorizam uma organização mais colaborativa e comunitária.

*“Ah, uma coisa é importante: o desafio do acesso das pessoas, porque participação na política pública, nas estratégias, vamos pensar no Cultura Viva mesmo, é muito difícil para quem não tem um repertório de linguagem verbal, para quem não tem repertório de construção de projetos [...] Como incluir pessoas que tem essas marcas, mas não a partir de uma afirmação de uma identidade, como elas podem estar em todas essas expressões e em uma cidade como São Paulo?” (Isabela).*

*“...eu fui pra o congresso de Cultura Viva Comunitária na Bolívia [...] eu vi os projetos comunitários, eles falavam assim: “o Brasil tem política pública, vocês são nossa inspiração, Cultura Viva”, só que eles não tinham nada, alguns países nem espaço para pensar cultura, mas eles tinham uma outra forma de trabalhar e produzir, umas coisas incríveis assim de troca, de montar um teatro lá não sei onde e fazer as pessoas irem para o teatro e se financiar com parcerias, muito mais comunitárias mesmo... E aqui eu acho que não há nem a proposta... Eu critico a forma “edital”, a forma edital é muito complicada, e eu acho que esse é um dos grandes desafios... Você tem que se especializar em criar, você cria e não vem financiamento, você fica dependente de recursos, não consegue se manter e isso acontece para todos e agora está cada vez pior para os grupos profissionais. Ficam dependentes disso, em vez de criar uma coisa de acesso à possibilidade de produção e ficam competindo entre si... E acredito que isso aconteceu um pouco nos pontos por ser edital e por ser descontinuado. Então temos estratégias, é uma coisa para refletir: como é que a gente faz para poder não ficar dependente de financiamento e isso virar um trabalho, porque eu até comecei a pensar que talvez esse*

*tipo de projeto precisa ter uma equipe que sustenta e faz, ele dá acesso à outras, ele dá um lugar de construção de demanda, de configuração de demandas de outros direitos que a gente tem [...] Ah, das estratégias mais comunitárias mesmo, eu tenho pensado se, até se vira uma prática profissional, mas como a gente mantém espaços de criação e produção de cultura na vida sabe?” (Isabela).*

Outro aspecto apontado foi que ainda não há muitas vagas para a terapia ocupacional na cultura e isso é uma construção recente que ainda está se consolidando aos poucos, com muita resistência tanto no campo da cultura, quanto na terapia ocupacional. Por exemplo, no campo da gestão cultural, a terapia ocupacional tem repertórios a oferecer e as interfaces são potentes, porém ainda há muito a aprender e construir. Outro item temático importante é a preocupação com o **cenário político e econômico** atual, como desafio contemporâneo de lidar com as transformações políticas e econômicas, que direcionam nos marcos dos direitos básicos e do respeito a diversidade das formas de existência. Temos prognósticos muito negativos e difíceis de serem revertidos, ainda assim, os temas pelos quais precisamos resistir e militar no contexto atual do desmanche, do Estado mínimo, da lógica capital estabelecida, em meio a tudo isso: o desafio é continuar.

*“Eu diria que os desafios agora são os desafios da contemporaneidade, os desafios do momento, a gente está vivendo um momento histórico e um contexto políticos de muitas incertezas, muitas instabilidades e quando a gente tem certezas elas não são boas, esses são grandes desafios. Acho que hoje o principal desafio é a gente não se render a esse discurso da impotência porque muito antes de vir uma política pública, muito antes de ter garantia ou de haver fundos e incentivos financeiros e etc. muito antes disso tudo os grupos com os quais a gente trabalha já existiam, resistiam, reexistiam. Então assim, a gente tem muito pra aprender com eles de como atravessar esses momentos em um projeto de produção de vida que não é independente do contexto, mas às vezes é apesar do contexto, e atravessar e seguir produzindo vida, força, constituir a própria força, enfim, então hoje eu acho que um dos nossos desafios é esse, do momento em que a gente tem gerações inteiras que fizeram aposta em política pública, aposta no Estado, e agora ficamos órfãs. Jogamos tudo nas mãos da política pública do Estado, o Estado recua, a política pública enxuga, a gente não sabe o que fazer, então acho que a gente tem muito pra aprender com aqueles que nunca apostaram tanto assim, onde é que eles jogavam as fichas deles, como produzir energia, força, enfim” (Samira).*

*“É, a principal questão é a continuidade, assim, o formato! Porque a gente teve dez anos de Cultura Viva, mas foi de forma muito descontinuada, eu participei bastante, depois eu ainda fui e acabei me envolvendo com uma coisa mais de militância no campo da cultura, então eu participei da comissão do plano estadual de cultura, a gente foi tentando fazer uma articulação entre saúde, a secretaria de saúde, a secretaria de cultura e depois foi difícil, mesmo nessa gestão mais aberta a gente acabou fazendo reunião e reunião e reunião, a gente fez mil propostas, conversou com todas as áreas da secretaria diferentes só que é muito dispare: a secretaria de cultura tem uma estrutura mínima aqui comparado à saúde...” (Isabela).*

*“...o maior desafio é continuar fazendo, continuar achando que dá para fazer, tentar caminhos para dar para fazer e continuar fazendo as redes ou os contatos ou as redes e os contatos e as pautas que nos interessam. Estar presente, acho que tem que ter uma participação muito grande, estar junto nas políticas públicas de cultura, nos conselhos municipais, nas conferências, conferência nacional, tem que se fazer presente, isso é um desafio” (Patrícia).*

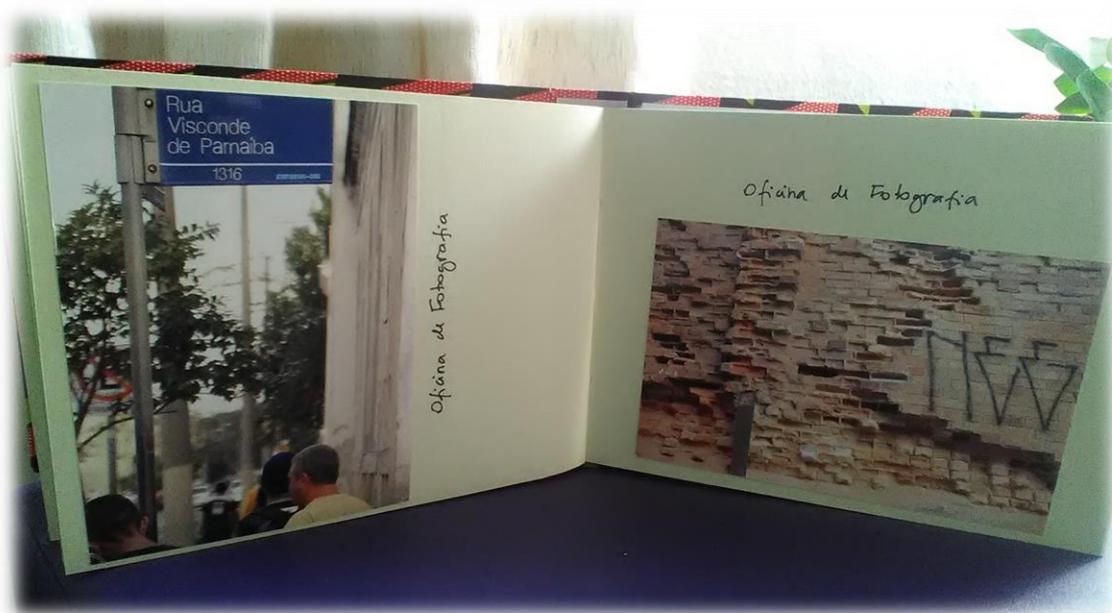
Aponta-se para os desafios da consolidação da **cultura como campo**, em si e suas disputas internas, como também, a cultura como campo com e na terapia ocupacional. Essa discussão permeia temas variados que vão desde as produções de conhecimento em terapia ocupacional e a recente produção e sistematização desses fazeres no campo da cultura, mas, como terapeutas ocupacionais temos nos aprofundado conceitualmente aos poucos, embora as práticas no âmbito da cidadania cultural e de políticas culturais, das questões de acesso e diversidade já aconteçam com intensidade e potência. Nesse debate aponta-se a responsabilidade da universidade para com a formação de terapeutas ocupacionais a partir de reflexões e de um campo de visão e atuação mais alargado e conectado ao cenário atual, de forma crítica, cultural e sensível. Assim podemos tentar prever, nesses termos a **consolidação desse campo** vai acontecendo.

*“...eu também acompanhei, por exemplo, algo que vocês vão melhor elaborar, mas mesmo ainda muito frágil, um desafio que a gente conversa muito, eu e a Carla e outros, não só a relação das políticas culturais, é isso, a questão cultura, terapia ocupacional e tal, é a questão das publicações, sistematizar melhor e poder difundir melhor esse conhecimento. Eu acho que no campo da experiência assim para a terapia ocupacional a gente precisa aprofundar muito ainda, conceitualmente, porque a gente vê aí que tem*

*uma trajetória de trabalhar com linguagens estéticas e artísticas, tem profissionais maravilhosos, colegas, pessoas que são, que tem uma profundidade enorme no conhecimento da técnica ou da linguagem artística e são artistas e trazem isso. Mas, a gente precisa discutir melhor os conceitos de cidadania cultural e de políticas culturais, de estudos culturais, de diversidade cultural e tal pra gente entender a terapia ocupacional que território ela está pisando pra ela estar fazendo um pouco essa interface com a cultura. Compreender a construção desses conceitos ao longo da história das políticas culturais. Porque as políticas culturais também são novas no Brasil [...] Então, é um campo também teórico que está se construindo no Brasil, o próprio campo das políticas culturais, a gente tem meia dúzia de pesquisadores grandes aí que estão sempre escrevendo que são as pessoas que estão mais atuantes na escrita, mas tem um grupo de pessoas que estão assim, como nós, que a gente fica escrevendo, participando também, sistematizando, contribuindo pra qualificar essa diversidade no campo das políticas culturais mas, em relação à TO a gente tem que lançar mais, tem que aprofundar mais....”* (Patrícia).

*“Eu acho que a gente tem como desafio, daí pensando no meu lugar profissional hoje, um desafio que é de dentro da terapia ocupacional: investir na constituição, na constituição não, tá constituído, na consolidação desse campo, pelo argumento teórico conceitual, pela produção, pela estruturação teórico metodológica, pela ampliação da condição criativa do terapeuta ocupacional que pode alcançar áreas que não enxergavam antes, de resgatar nossa própria história porque a gente tem brincado muito com essa questão da história única. A terapia ocupacional também já deve estar de saco cheio de contar essa história única, não é possível que a gente não tem outras histórias! Onde é que estão as vozes, por exemplo, dos artesãos de artes e ofícios que constituíram a história da constituição também a voz deles desapareceu, mas eles seguiram, então cadê essas vozes? Enfim, a gente olhar pra isso também, pra consolidação do campo na profissão e pensando como professora eu acho que a Universidade tem compromissos, têm responsabilidades que devem se tornar compromissos, a gente tem que pensar formação de terapeutas ocupacionais que tenham um campo de visão um pouco mais alargado. É isso”* (Samira)

## Estratégias da prática no campo



### *Narrativa Miki*

Como **estratégias** para lidar com os desafios cotidianos de uma prática que se reinventa e é dinâmica, que quer valorizar e considerar aspectos culturais como imprescindíveis para uma discussão mais humana e contra hegemônica, alguns temas foram abordados pelos entrevistados. A **participação real e descentralizada** e a **responsabilização coletiva** pelas construções foram aspectos ditos como estratégias.

*“...é muito importante mesmo, para gente o tempo todo e acho que a gente acaba transformando isso em estratégias, é uma coisa que a gente vem exercitando que não é uma tarefa fácil para academia esse conhecimento comum, que linguagem a gente produz e a gente entende que às vezes é possível, que às vezes não é, porque é importante saber as diversidades [...] e a gente vem tentando criar outros espaços. Então por exemplo, o Renato vai muito pra universidade, tanto para a UFRJ quanto para outras, vai lá dar aula para os nossos estudantes, vai participar de eventos, a gente vai para os eventos que ele é convocado, agora o desafio que a gente tem de começar a produzir, artigos e os trabalhos em conjunto, então no próximo encontro de docentes o nome deles também estão indo juntos nos trabalhos que vamos apresentar [...] Como a gente facilita, ajuda, apoia, estrutura a participação das pessoas e isso é muito rico, porque ajuda a gente a estar mais próximo e entender qual o momento que precisa se distanciar [...]Então quanto mais você vai se envolvendo em processos participativos é a pesquisa engajada*

*né? Vamos cada vez mais assumindo responsabilidades pra dizer também das coisas. E também se constrói um outro lugar de fala que é muito legal, e um momento marcante é a inserção do quilombo também lá na universidade, especificamente no nosso curso e eu acho que isso vem sendo muito importante...” (Ricardo).*

Outra estratégia diz respeito às articulações formadas através da **política e o uso da política como ferramenta** de ação para a terapia ocupacional, mas de forma geral para a produção no campo cultural. Ricardo relata que fez um curso de gestão cultural para poder se apropriar de conteúdos que o ajudaram muito com as demandas amplas no projeto.

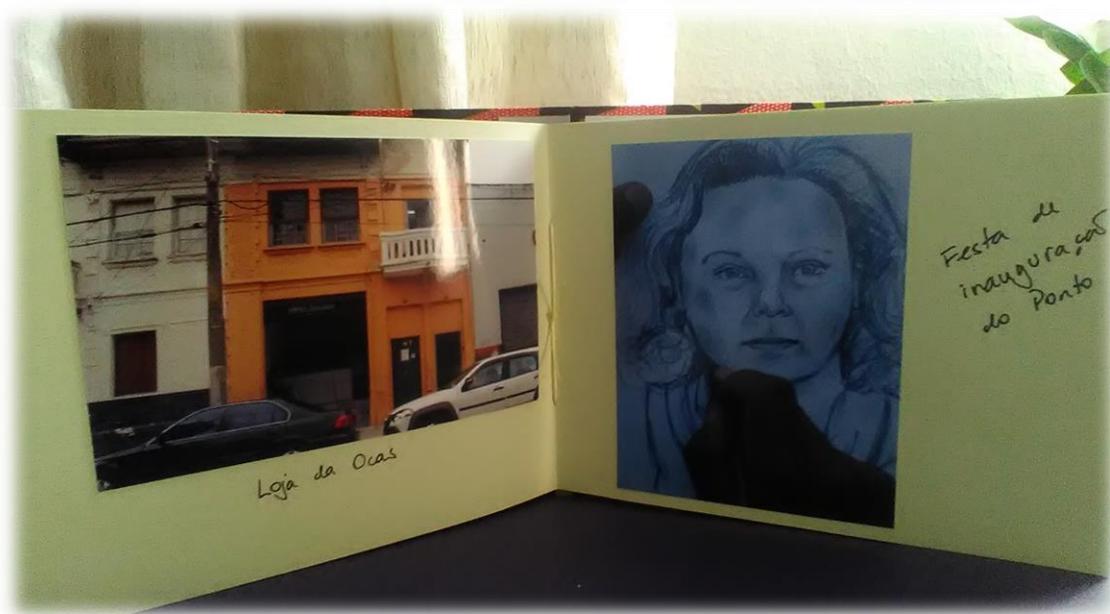
*“Acho que no campo das estratégias, pelo menos pra mim, as políticas culturais entram enquanto instrumentos pro desenvolvimento local e o trabalho que a gente vem fazendo, e o lugar da Universidade é agenciar os instrumentos, então o edital, a construção do edital e a gente fez isso em toque de caixa viu? porque tinha um prazo, nós não tínhamos habilidade para fazer mesmo com apoio técnico da prefeitura, então tem muita coisa que a gente foi se deparando ao longo do caminho...” (Ricardo).*

Patrícia ao ser questionada sobre as estratégias para lidar com os desafios, utiliza-se do termo **“potência de engajamento”** e aborda a temática das estratégias como mecanismos, relações, encontros e também, como potências, revelando que entre os desafios, as estratégias e as potências há muita porosidade e muitas interfaces, pois, a produção pulsante da arte e da cultura, dos movimentos dos agentes envolvidos é uma estratégia que deve ser revelada.

*“As estratégias, estratégia, eu acho que na verdade é a potência do engajamento, eu sempre digo isso, a cultura, as políticas culturais para você implementar e pra elas serem realizadas e tal é um esforço muito grande. Então, tem que ter um engajamento, uma identidade com essa pauta, uma certa militância, que ninguém faz arte e cultura sem razões diversas, respira e faz arte e cultura, não, você tem um trabalhador da área cultural, você tem que batalhar pelo orçamento, batalhar pra que a tua ideia seja reconhecida, batalhar pra que você possa multiplicar, você possa fazer difusão, você tem que buscar fomento, que você possa legitimar o que você está fazendo, então é uma luta muito constante [...] Mas, eu acho que é isso, primeiro dia que você vai juntando os pares e movimentando para que essas pautas ainda se prevaleçam e se construam. É muita estratégia e muita mobilização, muita articulação e muito engajamento, assim, eu diria*

*que estratégias pra mim seriam essas. Se convencer disso e com isso você batalha, você batalha recursos, você cria redes colaborativas, você potencializa o trabalho do outro que também potencializa o teu, então existe uma ética de solidariedade nessa sobrevivência, nesse fazer arte e cultura” (Patrícia).*

### **Potências da prática no campo**



#### *Narrativa Miki*

Sobre as **potências** dessa prática, algo que ressoou em todas as falas, foi a riqueza das **trocas culturais** para a produção de um conhecimento diverso, que valoriza e respeita os modos de vida e inclui todos os saberes e produções de forma a ampliar os horizontes da pesquisa e da academia, como também das relações produzidas nesses encontros.

*“Eu só queria chamar atenção para uma coisa que você chamou de potências e da experiência marcante, assim, pela minha formação [...] quando a gente pensa em participação, a gente não pensa também em qualquer participação, participação a qualquer custo. A gente pensa em uma produção de conhecimento que se dá de forma compartilhada. Quando o Renato conta a trajetória dele, a história dele, a gente conta a nossa, embora a gente fale de lugares distintos e representações distintas também, porque a gente fala de um lugar bem privilegiado que é a universidade, ele fala de um lugar que é distinto, que historicamente foi subjugado, como um lugar de menor valia,*

*de menor importância. Eu acho que nosso projeto, enquanto potencialidade, é porque nosso esforço é fazer valer esse conhecimento como um conhecimento absolutamente próprio e apropriado, das comunidades tradicionais e que a universidade não consegue produzir, ela pode estudar o que for, ela pode estudar todos os referenciais que for, mais ela nunca vai ser capaz de produzir a expertise que o Renato tem. Então, esse conhecimento quem produz é ele, e se eu não estiver disposta a compartilhar com ele isso que ele sabe e aquilo que eu sei a gente não vai conseguir produzir aquilo que a gente deseja, aqui pelo menos com o nosso projeto [...] o que eu gostaria de destacar em relação à experiência marcante é isso, a possibilidade de estar junto dele, de aprender tudo o que a gente aprende sistematicamente e melhorar enquanto profissional, eu certamente sou uma terapeuta ocupacional melhor porque eu, o tempo inteiro que eu estou aqui eu me disponibilizo a me formar enquanto terapeuta ocupacional, enquanto professora, eu reconheço que ele tem coisas à me ensinar” (Renata).*

Apresentando as potencialidades dessa prática, Samira relata que a partir de suas experiências e encontros, de passar um tempo importante de observação e vivências em alguns Quilombos como o Quilombo do Tronco, o Tanabrava, o Santa Rita, Quilombo Calunga de Goiânia e com duas aldeias Guaranis em Paraty e Angra dos Reis. De poder participar de encontros e eventos com os Mestres dos Quilombos, ela pode reviver, respirar, **ganhar novas expectativas** sobre questões muito densas e duras da realidade acadêmica.

Samira aponta de forma intensa a potencialidade da cultura **como canal de troca** humano, como **campo vivo de experiências** que nos permite viajar pela diversidade da vida, reconhecer diferenças que potencializam e fazeres tradicionais que desvelam histórias e trajetórias ricas. A cultura como essa possibilidade de interação genuína com o outro, de trocas sensíveis, de conexão entre modos de vidas distintos, porém entrelaçados em fios coloridos.

*“...esse investimento de passar um tempo mesmo, ir pra ficar um tempo lá, é a minha principal questão no momento da pesquisa era o que a gente tem para aprender, pensando em Universidade mesmo, como um espaço que produz conhecimento e o que a gente tem para aprender com comunidades que vem fazendo um exercício de produção, transmissão, é, transformação de conhecimento em uma outra pegada. Assim, os percalços que a gente passa, os percalços que eles passam, e a gente poder aprender*

*algumas coisas e também fazer o exercício de troca. Eles sabem e a gente não sabe, um exercício de troca mesmo. Meu principal achado foi conseguir voltar pra Universidade e ver uma outra Universidade, como se eu pudesse pegar emprestado os olhos dos mestres e olhar de novo pra Universidade e eu vejo outra coisa, eu vejo muita produção de vida, muita resistência, muita alegria. Porque quando eu saí, estava assim desistindo, eu estava muito cansada da Universidade muito racista, muito fechada, muito sucateada, precarizada, os alunos cotistas sofrendo muito, trancando o curso[...] E voltar para Universidade e perceber que em todos os cantos segue, a vida segue, e as pessoas continuam sendo criativas e inventivas, e os corpos não são só corpos sofridos, são também corpos que produzem resistência, esse foi meu principal achado desse momento, desse processo, foi muito bom poder olhar pra Universidade e falar assim “ahhh ainda tem vida ai!”. Tem uma música da Violeta Parra que fala “como el musguito en la piedra” eu gosto muito, é essa ideia que tem um musgo na pedra, e, como o musgo nasce na pedra que parece um solo absolutamente árido e improvável ali também nasce vida, e se a gente olhar pra Universidade e ver que a vida é possível...” (Samira).*

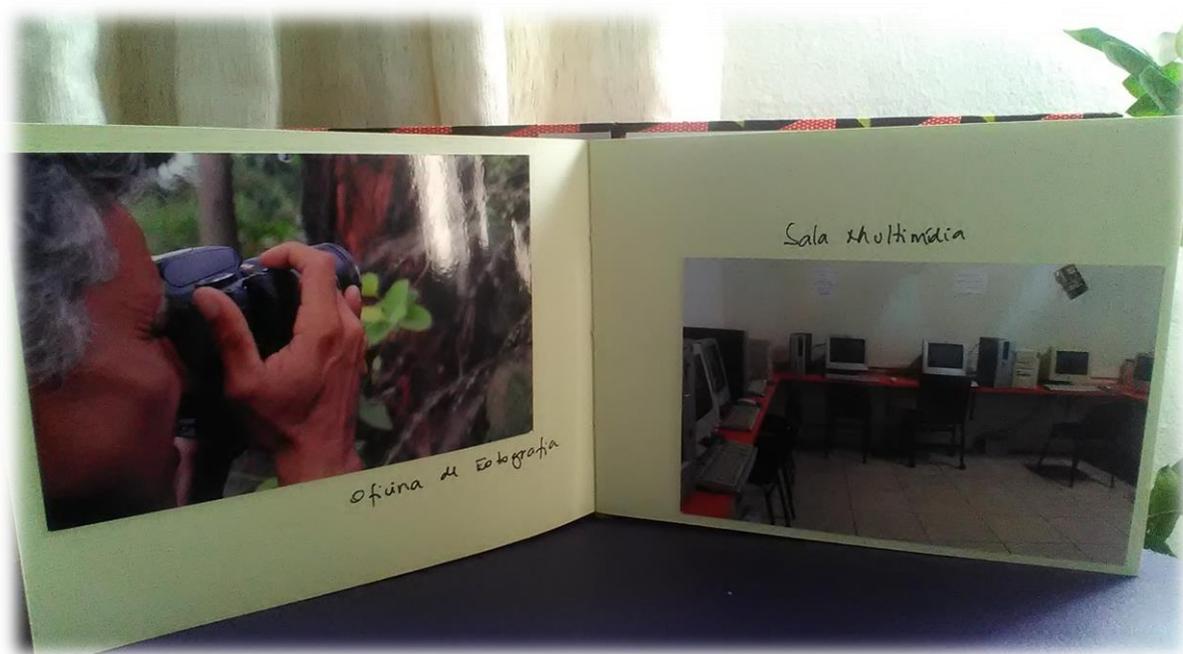


#### *Narrativa Miki*

Miki relata que perceber que a cultura foi colocada para discussão, ampliando e fomentando a pauta e a formulação de uma agenda **cultura democrática e sensível**,

principalmente sob a ótica da população em situação de rua, foi uma potência que deve ser mencionada.

*“Assim, lá também era a sede do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, então eles tinham muitas reuniões, o pessoal participava e a grande discussão era essa, se a população de rua tinha direito a cultura e a arte e como que eles teriam direito, que tipo de política pública para cultura e arte se tem para essa população. Eles discutiam muito o acesso a serviços, de acolhida, moradia, trabalho, e, também eu acho que a gente conseguiu colocar a cultura na pauta. Assim: como que eles acessam, eles moravam, eles circulavam pelo centro, que tem muito serviço assistencial e para a população de rua e tem muito equipamento cultural mas eles não acessam esses equipamentos e não é por uma questão que tem que pagar, mas é por uma questão de acesso mais subjetiva mesmo, de preconceito, então a gente colocou em pauta isso. Como se dá esse acesso à cultura, como faz cultura, como eles consomem e fazem cultura, acho que isso foi o mais legal” (Miki).*

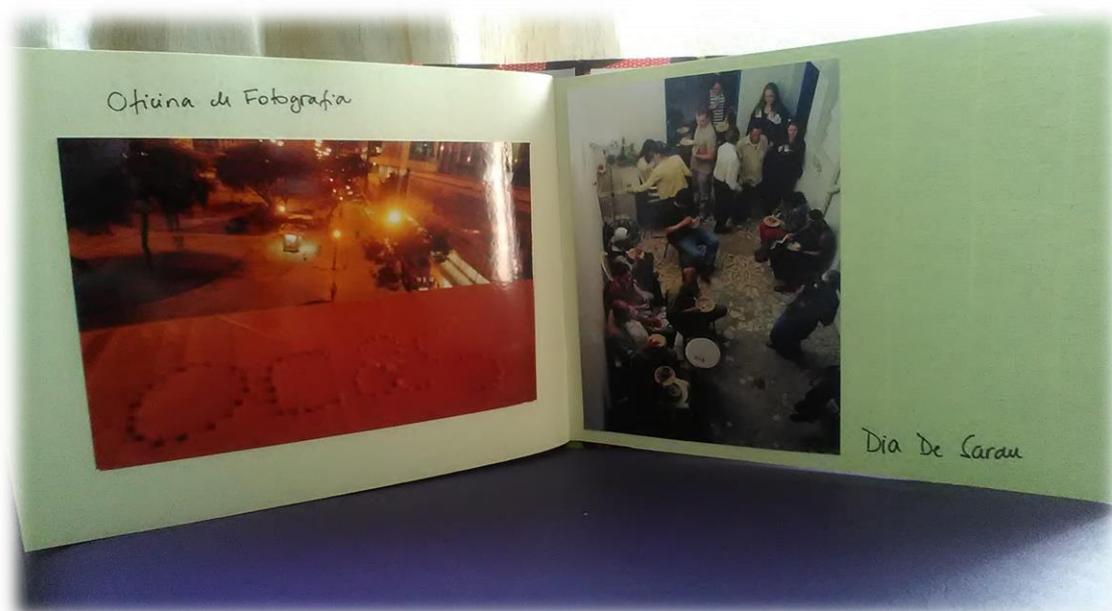


*Narrativa Miki*

Composições:

Tabela 2: Resumo sobre os apontamentos – desafios, estratégias e potências

Desafios	Estratégias	Potências
<ul style="list-style-type: none"><li>• mobilização e articulação no campo da cultura (agentes e produtores)</li><li>• acesso: as leis, editais</li><li>• compreensão das políticas, para que sejam realmente inclusivas e democráticas</li><li>• Ter conhecimentos mais específicos do campo da cultura e da gestão</li><li>• Agir de forma mais coletiva e comunitária</li><li>• cenário político atual, como desafio contemporâneo</li><li>• descontinuidade das políticas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• participação real e descentralizada das pessoas envolvidas</li><li>• responsabilização coletiva pelas construções</li><li>• o uso da política como ferramenta de ação para a terapia ocupacional</li><li>• potência do engajamento</li><li>• utilizar conteúdos de gestão cultural na terapia ocupacional</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• produção de conhecimento que se dá de forma compartilhada</li><li>• conhecimento absolutamente próprio e apropriado</li><li>• processos participativos</li><li>• prática e pesquisa engajadas</li><li>• estar junto, vivenciar com qualidade de tempo</li><li>• exercício de troca</li><li>• produzir resistências</li><li>• engajamento político</li><li>• acesso à cultura como produção à cultura</li></ul>



Narrativa Miki

### *III- Cultura e/como Direitos*

Nessa categoria pretendia-se abordar com os participantes o que significa trabalhar com **garantia de direitos** na terapia ocupacional e como o **direito à cultura** é pensado nessa relação: entre terapia ocupacional e garantia de direitos. Intencionou-se que pudesse haver essa reflexão sobre a terapia ocupacional como profissão que cuida, articula, reivindica e trabalha com essa dimensão dos direitos e como o direito cultural. Um aspecto que apareceu em muitos discursos foi sobre a **formação do terapeuta ocupacional** e a sua postura profissional em relação a **militância** e a prática na luta pela garantia dos direitos. Apontamentos sobre a ideia de que a depender da formação essa dimensão da execução da cidadania é mais considerada ou não. Embora todos os entrevistados relataram os direitos deveriam ser considerados como postura ética, de uma formação para a uma profissão que pretende cuidar e potencializar a vida.

*“Então, como minha formação foi no início da década de 90 estava exatamente no período da redemocratização, construção da constituição, eleição do primeiro presidente, estava no começo de tudo e muita aposta no estado, na política, na democracia, na constituição e etc., a minha formação teve isso desde origem, essa lógica de defesa de direitos, isso de garantir, defender, produzir argumento do direito, isso fazia parte de qualquer atuação do terapeuta ocupacional e em qualquer campo e com qualquer população. Hoje eu vejo que, foi sorte! O lugar onde eu estava e o momento onde eu estava, porque eu vejo muitos cursos que transformam a formação de terapia ocupacional em uma formação técnica, quase tecnocrata, por que é possível você formar um terapeuta ocupacional que domina técnica [...] Aqui no Brasil eu acho que é fundamental sustentar a garantia de direitos e que a nossa discussão vai desde a sala de aula, desde a formação do terapeuta ocupacional até cada lugarzinho que você esteja atuando como profissional diretamente com o usuário ou com familiares ou com cuidadores de todas as formas. Até a sua atuação política no cotidiano de quando você está na fila do supermercado, o tempo todo a gente está trabalhando com garantia de direitos e a gente não perde isso de vista. Até os níveis mais formais que é de fato participar da elaboração de leis e de processos que produzem a garantia de direitos, que eu acho que é legítimo e importante a TO estar participando disso, seja pelo sistema CREFITO/COFFITO, seja pelas associações, seja pela política instituída formal de câmara, de vereadores, esses movimentos todos que fui te falando...” (Samira).*

*“É, eu não sei se isso é uma coisa da terapia ocupacional exatamente, não sei se isso é uma coisa da formação. Acho o seguinte, por exemplo, vejo profissionais e colegas, alunos meus completamente desconectados dessa perspectiva de direitos, são pessoas que tem uma formação mais tecnicista, se identificam com uma questão tecnicista da terapia ocupacional que existe, que é boa, que funciona, e que vão lá, fazem seu trabalho muito mais ligado ao pessoal da área da reabilitação, fazem o trabalho, mas não estão envolvidos com uma pauta social mesmo no campo da reabilitação entendeu? Vão lá, fazem um trabalho mais técnico, nesse sentido, de aplicar técnicas e buscar resultados específicos, não que ter um envolvimento com as políticas públicas não seja o trabalho técnico da terapia ocupacional, deveria ser, entende? [...] Então eu como professora ou com a trajetória que tenho eu que sou uma pessoa que tenho essa relação de engajamento mais presente pra fazer as coisas acontecerem tu tem que se engajar, tem que colocar um pouco mais de energia do que aquilo para fazer com que as coisas se realizem ou fortalecer as pautas, estar presente mesmo. Mas tem vários outros colegas que não atuam dessa maneira, tem muitos outros que sim, tem muitos outros que não, então eu acho que isso é uma complexidade da formação da terapia ocupacional, uma diversidade de escolha de campo, uma diversidade de identidade de atuação. Acredito que a dimensão dos direitos é muito importante porque eu sou uma pessoa convicta disso, mas eu tenho colegas que não tem essa convicção e para eles está tudo bem, tudo tranquilo. Não há culpa nenhuma, não há nada, é uma questão de visão de atuação da terapia ocupacional. Então, não sei se dá pra dizer que a terapia ocupacional é uma profissão que atue na garantia de direitos, eu acho que tem um grupo de profissionais que se identificam com essa luta pela garantia dos direitos e colocam isso na sua prática cotidiana e entendem que isso faz parte do seu trabalho, é o profissional que está no serviço público ou no terceiro setor, junto ao movimento social, está nos conselhos, saúde, educação, infância [...] Eu acho que seria muito importante que todos os nossos colegas, indiferente de áreas que estão, seja em uma prática mais tecnicista ou não, que todo mundo pudesse pensar a questão dos direitos, das pessoas que a gente atua e os nossos. Mas, isso não é uma visão de todos, eu por exemplo, eu fico surpresa quando eu vou dar aula e quando eu falo desse tema, por exemplo, eu pergunto para as pessoas adolescentes, meus alunos: - “como é que surgiu o ECA?”, as pessoas não sabem de onde surgiu o ECA, elas sabem que o ECA existe, elas trabalham com a questão da infância, elas aprenderam por outros professores a questão do ECA, dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas ninguém contou para elas de onde surgiu o ECA...” (Patrícia).*

Miki já desvelou o quanto é importante discutir e atuar na prática pautada pela busca dos direitos diversos, ressaltando que a prática no Ponto de Cultura não poderia ser diferente e que a presença da terapia ocupacional potencializou esse debate. Isabela se posicionou a partir de uma reflexão muito pertinente sobre a complexidade e a responsabilidade de dizer que uma profissão atua na garantia pelos direitos, pois diversas vezes as demandas são imensas e vão além do que os serviços conseguem garantir, portanto, deve haver muita **intersetorialidade e articulação**. Além dos investimentos do Estado nas políticas e na materialização dessas ações, também precisamos como profissão que atua, junto a outras, nesse campo, buscar novas estratégias para lidar, principalmente na conjuntura política atual, cenário de tragédias para os direitos sociais, como lutar e fazer nesse contexto. Essas são questões também citadas por Renata.

*Eu acho que sempre foi a premissa da TO, como que você promove essa garantia de direitos e como que você efetiva isso na prática, é o grande desafio, a garantia de direito., E para a população em situação de rua isso fica muito marcado, porque assim: eu vou para o sarau hoje, mas eu não sei onde que eu vou dormir. Porque eu não consegui uma vaga de pernoite no centro de acolhida, mas, eu sei que o sarau é importante para mim. Eu vou no evento tal que o Ponto vai promover, mas eu não tenho condições de chegar no lugar e o Ponto não consegue comprar um ticket de metrô. Então, eu vou passar o dia inteiro no evento que eu vou fazer o texto para a Ocas, mas eu não onde comer entendeu. Foram pequenas coisas que a gente foi problematizando [...] Mas, eles também questionavam uma coisa mais palpável no sentido do acesso e do protagonismo: eu vou poder opinar no edital, no orçamento da verba que veio, eu vou poder pegar o microfone na hora que eu quiser, eu vou poder pegar a máquina fotográfica? Isso eles foram problematizando [...] E eu acredito que a gente só conseguiu problematizar porque tinha a discussão TO lá, porque a TO se pauta nessa coisa do direito, do acesso” (Miki).*

*“É eu acho que tem uma coisa para gente pensar mesmo: o que é trabalhar na perspectiva da garantia de direitos? Mas, um problema que eu acho, que é um dos grandes desafios em vários lugares que eu vi na prática, que é de produzir responsabilização por uma luta que é de todos nós e que agora está mais clara ainda. A gente perdeu mais ainda direitos e isso tá afetando quem está mais vulnerável, assim, a gente não teve nenhum suspiro da constituição. A constituição ela é linda, mas tivemos pouco tempo de implementação e a aplicação das políticas ela cria uma relação. Isso é muito difícil de dissolver que é esse assistencialismo no qual o serviço de saúde ou a*

*cultura, ou a assistência social viram promotores [...]. Então “ah, a gente tem direito a morar, direito a circular”, mas, como eu vou garantir para o outro?! [...] A gente precisa considerar isso, mas, isso como alguém que está prestando um serviço ou precisamos pensar em formas de organização política diferentes no sentido de luta pelos direitos, e precisamos estar mais paritárias, paritários com as pessoas e menos nesse lugar de profissional que vai atender. É uma coisa para gente pensar mesmo, na TO na construção dos direitos. [...] Mas não é da profissão, não é da terapia ocupacional, é uma questão geral, todo mundo que está nesse campo dos serviços, do campo social, seja com educação, saúde...” (Isabela).*

*“...porque eu estou em um momento oposto disso, que é pensar, que é justamente conseguir enxergar além das políticas públicas as possibilidades de estratégias que as pessoas vão construindo pra dar conta, da não operação dessas políticas e que isso não é menos importante. Eu acho que são dois caminhos, não estou abrindo mão das políticas públicas porquê eu acho que elas são importantes e como o Rick colocou eu acho que elas vão validando, vão garantindo uma série de direitos de cidadania que são muito importantes, porque é pela perspectiva jurídica que a gente faz isso, socialmente. É, mais eu também tenho reconhecido outros espaços, como espaços de produção de direitos mesmo, de garantir direitos que não só pela questão das políticas públicas, por isso, que eu falei que eu estou meio anarquista, que eu me sinto uma grande defensora, política pública sempre foi pra mim inegociável, não que agora passa a ser negociável, mas eu acho que a gente vive um momento social no nosso país que diz assim: “olha, será que política pública é tudo isso mesmo de garantia que sempre te ensinaram?” Porque se você pega um governo absolutamente autoritário, fascista, como o que a gente está vivendo agora, a gente vê que isso também gera uma série de fragilidades pra gente e esses momentos fazem a gente conseguir enxergar outras estratégias que são muito potentes...” (Renata).*

Renata relata que os processos culturais tradicionais que acontecem no Quilombo, já acontecem há muito tempo e que a oficialidade do direito cultural como política é importante para a manutenção dessas ações, que já existem independentemente dessa discussão. Ricardo acrescenta que o direito a cultura e os **conhecimentos das políticas culturais e das ferramentas** para conseguir lidar com essa política são muito pertinentes para a terapia ocupacional conseguir atuar na manutenção dos modos de vida, das culturas das pessoas, pensar o direito como ferramenta é imprescindível para ele.

*“...porque, é o direito à cultura pensando cultura enquanto ação cultural, uma coisa que já vem acontecendo aqui, eu acho que é a relação que se estabelece na produção do direito, que se dá muito mais na perspectiva da resistência, da manutenção das ações, e o direito à cultura é na verdade pra mim quase como uma, uma consequência, não seria essa palavra, mais um próprio desdobramento dessa resistência, dessa ação cultural que já acontece. Se a gente pensar na perspectiva como eu aprendi com a Samira, que é a minha referência nessa discussão da ocupação enquanto direito, compreendendo que a ocupação aqui seria ocupação cultural. A cultura nesse caso seria um desdobramento do que acontece, do direito à cultura, [...] o direito à ocupação que eles fazem enquanto ação cultural, eles são isso porque eles fazem isso entendeu?” (Renata)*

*“...e acrescento uma coisa que além de pensar o direito como essa possibilidade das pessoas agirem culturalmente que isso independe das políticas públicas como a Renata falou, o Quilombo já fazia Quilombo desde quando a gente chegou aqui, mas eu acho que dentro desse campo de direito tem uma questão da garantia jurídica do direito, que não se dá sem ter esses mecanismos. Por exemplo, quando a gente se inscreve no edital, é contemplado, usa os mecanismos desse campo político epistêmico e de operações políticas, estes passam a ser formas também da gente produzir essa fruição estética que acontece aqui e isso é muito importante. Acredito que as demandas para criação e dos terapeutas ocupacionais nesse esse campo, por exemplo, é o conhecimento desse processo do campo...” (Ricardo).*

Sobre o direito cultura, muitos apontamentos ressoaram para a situação do difícil **acesso dos terapeutas ocupacionais** independente das áreas, a esse conhecimento específico do campo cultural, mas que faz interface direta com a vida das pessoas.

*“Acredito que o direito a cultura é mais pensado nessas áreas de atuação, eu não sei como a saúde faz essa discussão, do acesso à cultura, não sei nem se tem pertinência essa discussão, eu acho também que não são todos os TOs que tem um pouco dessa discussão de acesso à cultura, de acesso ao equipamento cultural, de acesso a política cultural. Uma grande questão é a política cultural, que a gente sabe pouco, a gente tem pouco acesso, parece que só quem é da cultura que tem que trabalhar com cultura, então só que é oficinairo, quem é músico, quem é artista que tem acesso, as outras pessoas não se colocam. E eu penso que o TO ele é transversal, ele vai atravessando todos os campos pensando nas interfaces...” (Miki).*

O direito a cultura, quando perguntado para Isabela, foi considerado o mais negado e de tradições complexas na história do Brasil, das ausências e do **colonialismo**, que afetaram muito nosso processo cultural e ainda afetam.

*“Então né! É o que está mais negado? E aí fica o processo de colonização que fica, que foi massacrando formas de vida, que as pessoas sentem que elas são, elas são, sei lá como chama isso, elas tem, assim, matam, tipo, o que a gente fez com a cultura indígena, os povos indígenas, que são várias culturas né... Então, acho que é uma situação que a gente precisa se posicionar, em relação não só ao campo profissional da TO mas a gente eticamente precisa se posicionar...” (Isabela).*

Em relação a postura de uma terapia ocupacional **ética**, que atua no campo cultural ou em outros, mas valoriza as dimensões diversas de estar no mundo, os apontamentos sobre a relevância de pensar o direito cultural são intensos e estão conectados as noções de cidadania, participação, reconhecimento da diversidade e dos modos de vida.

*“Porque a terapia ocupacional é produzir participação social, garantia da participação na verdade, cultural, garantia de direitos sociais está sendo envolvida, então acho que é impossível dissociar a prática da terapia ocupacional disso [...] Acho que a TO é mesmo a peça chave, um facilitador dessa conversa, de entender as relações das pessoas com território e do que ela demanda de acesso cultural, porque é importante a gente entender e perceber o imaginário sobre isso: “ah, todo mundo tem que tem acesso à participação de atividade no teatro?” Mas, será que todas as pessoas querem estar ali? Ou será que elas preferem muito mais subir o morro e chegar aqui no Quilombo do que ter acesso à uma atividade cultural lá no teatro, no centro da cidade que tecnicamente tem muito mais acessibilidade? Então, além de todo esse contexto pensar no que as pessoas querem de acesso à cultura, as demandas pessoais.[...] Como um dia desses, eu nunca vou me esquecer desse dia aqui, no samba, uma moça estava junto com a mãe e a mãe devia ter uns 80 anos, estava bem velhinha, e, na saída do banheiro, mesmo com toda dificuldade de subir a escada e tudo mais, ela estava saindo do banheiro com a mãe e uma pessoa perguntou “legal, bonito você trazer sua mãe pro samba” e a mulher falou “não, eu só estou continuando o que ela já fazia, porque foi ela quem me apresentou o Quilombo, ela quem desde pequena me trazia aqui, então é importante eu continuar trazendo ela para participar de uma atividade que ela já fazia, que ela gosta, que é vir para o samba e eu*

*também continuar essa relação de troca afetiva entre mãe e filha e estarmos juntas aqui”.* (Isabelly).

*“Em princípio acredito que direito à cultura está junto com direito a vida, agora se pensar cultura como uma pasta e pensar o direito à cultura como um direito de acesso a algo, me preocupa um pouco, porque eu vejo muitas discussões, até porque eu estou dentro de um departamento de estudos em psicologia e vejo algumas discussões dentro da psicologia que vão tratar do direito ao acesso à cultura como se essas pessoas não tivessem cultura e a cultura está em algum lugar e ela vai ter que ter acesso e esse lugar. Assim, muitas vezes está descolado absolutamente daquilo que de fato é a cultura daquele lugar, é um direito de ter ingresso pra entrar em um museu, ou pra assistir um teatro, ou mesmo pra ir no cinema [...] E dessa forma, a cultura fica restrita à noção das belas artes, que não é uma noção nossa, não é uma produção nossa, é uma produção europeia, relacionada com argumentos desde a Grécia antiga do que era o belo, do que era arte, enfim, não faz sentido pra gente chamar isso de cultura! Então a gente fazer a discussão por dentro da cultura pra mim seria pensar em mão dupla! “Ah vai ter acesso? Sim! Mas acesso para que?” Tanto pra assistir, para ver, para participar de coisas, tanto para se mostrar, expressar, produzir...”* (Samira).

*“É, trabalhar com essa ideia da garantia dos direitos e em relação aos direitos da cultura eu acho que todos nós que estamos dizendo que estamos trabalhando com cultura temos que dizer, temos que batalhar pelos direitos à cultura, porque se a gente está trabalhando com cultura e não está trabalhando com direito à cultura a gente não está trabalhando cultura. Você está fazendo qualquer coisa, está fazendo arte, está fazendo experiência estética que é legal pra caramba, mas não está trabalhando com direito à cultura.... Se não tiver lá no fórum, se não tiver discutido, se não tiver acompanhando a pauta, se não tiver articulando a participação de pessoas, se não estiver fazendo esse movimento a gente não vai estar participando das políticas culturais e nem discutindo direito cultural!”* (Patrícia).

*Composições:*

Samira e Patrícia apontam como a questão da formação e da trajetória nas políticas públicas provocam para uma atuação mais cidadã. Entende-se que o acesso a políticas e a atuação dentro desse cenário amplia o repertório e agrega conhecimentos e experiências importantes e de cidadania. Experiências que foram apontadas por todos os entrevistados

como imprescindíveis para as práticas conscientes e críticas que foram compondo suas ações terapêuticas ocupacionais, desde atendimentos ou acompanhamentos aos processos de gestão.

Renata e Miki ressaltaram que a questão da garantia de direitos e da militância, faz parte do papel da terapia ocupacional, de uma postura ética e comprometida com o outro. Nas suas ações no Ponto de Cultura, Miki relatou que entender o direito cultural como universal e essencial é algo que a conectou com sua prática como terapeuta ocupacional, pois, para ela, o acesso e a garantia de direitos fazem parte do escopo profissional, ainda mais com a população em situação de rua, público do seu projeto cultural. Renata, no quilombo do Grotão, como Ponto de Cultura, identifica o campo dos direitos como fator que permite a continuidade das ações de outras áreas inclusive, a sobrevivência cultural dependente do direito à cultura e as formas de vida.

Os Pontos de Cultura, solidificados por uma concepção que potencializa os fazeres tradicionais, populares, coletivos, também fortalece o potencial criativo e inventivo da população e semeia o empoderamento para a defesa da de uma identidade diversa (DORNELES, 2011). Tal recorte nos leva a perspectiva da resistência e da luta pela vida plena, plural. O que nos aproxima de uma terapia ocupacional engajada, sensível, consciente da dimensão cultural enquanto campo de atuação.

Ricardo relata as complexidades da cultura como direito, na questão do acesso e da compreensão das políticas públicas, para que possa se materializar e ser usada como ferramenta concreta. Para a materialização e aplicabilidade de políticas se faz necessário tanto um envolvimento do estado, quanto a militâncias da sociedade civil organizada. Sobre a função do Estado, Canclini (2005) faz apontamentos acerca do termo política cultural, entendendo a necessidade de ações e atores engajados que, de forma coletiva e plural, provocariam transformações, levando em consideração os processos normativos e enrijecidos os quais vivenciamos atualmente

Estudos recentes tendem a incluir nesse conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esse modo de caracterizar o escopo das políticas culturais precisa ser ampliado levando-se em conta a natureza transnacional dos processos simbólicos e materiais atual (CANCLINI, 2005, p.78, traduzida pela autora).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener

Uma política acessível, reverte situações e transforma. Um exemplo seria a mudança de foco: das ausências e carências para algo que vislumbre as pessoas e grupo nas suas potencialidades e protagonismos, pois esse é o elo articulador e fortalecedor ne novos perspectivas e redes (TURINO, 2010). O Ponto de Cultura, apresenta essa possibilidade da utilização como uma ferramenta nas ações cotidianas culturais, embora ainda tenha aspectos burocráticos complexos em relação ao edital, como apontado por Ricardo, que dificultam sua democratização mais expansiva, é a política atual que consegue abarcar a diversidade.

Isabelly e Samira apontam aspectos importantes sobre a compreensão conceitual da cultura, mesmo no âmbito das políticas e da atuação. Identificando a importância da cultura que representa o acessar e o produzir como uma via de mão dupla. Deve proporcionar meios de acesso e fruição cultural, mas deve também fomentar e reconhecer sujeitos e coletivos como potenciais produtores, artistas, agentes culturais. Dentre os objetivos e metas centrais do Plano Nacional de Cultura, encontra-se a questão central da compreensão de cultura como direito, essência e forma de existência, sendo que deve ser promovido, garantido e cuidado para que se estenda como possibilidade igualitária a todos os sujeitos e territórios. E nessa relação, o Plano reconhece que como direito integral, a cultura é e faz parte de todos os modos de vida.

“...o desejo de construir “um novo Brasil”, de recuperar a dignidade nacional brasileira, terá maior probabilidade de êxito se passar pelo mundo da cultura. Cultura não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos de uma “classe-artístico-intelectual”. Mas em seu sentido pleno, antropológico. Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira” (GIL, 2003, p. 23).

Isabela diz do desafio do cenário atual, apontando a fragilidade da manutenção dos direitos básicos essenciais conquistados e como o direito a cultura ainda é negligenciado nessa relação. Todos os entrevistados apontaram essa questão da contemporaneidade como período de luta e resistência para tentar impedir que os marcos legais e direitos conquistados não sejam minimizados ou mesmo suspensos, refletida na nomeação dessa sala.

---

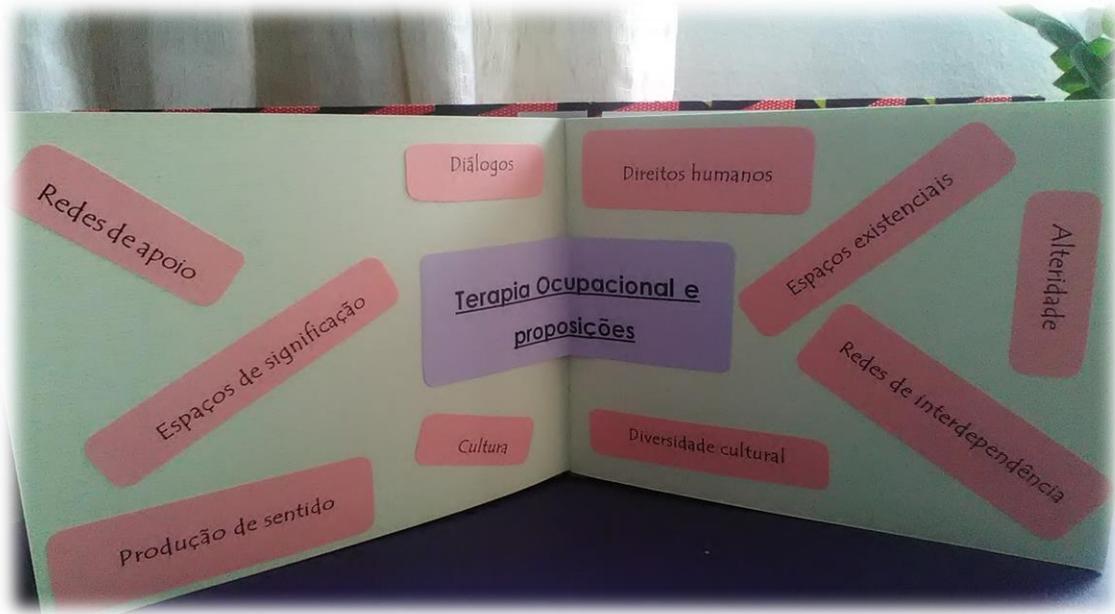
consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2005, p. 78).

Ainda que incipiente e sucinto tal debate sobre o campo da cultura nos revela um campo de lutas que enfrenta resistências. Essas resistências são apresentadas tanto nas coibições e rupturas que expressam simbolicamente e legalmente as negligências: desmontes de projetos e ministérios, de ações e órgãos culturais. E a luta, contundida. Dantas e Valentin (2013) citam que apenas 2,4% das cidades brasileiras não possui um órgão municipal oficial para questões de cultura, porém em contrapartida tem-se que 72% dos municípios possuem tais órgãos junto em conjunto a outras áreas, como educação, esporte, sendo que a área cultural se mantém como subordinada, e outros dados, como a existência de conselhos de cultura nos municípios, são mais escassos e mínimos.

O panorama histórico das políticas culturais reverbera as tendências atuais e os desafios tão pertinentes de serem explorados no campo que representa luta, mobilização e principalmente a diversidade humana, nacional, local, popular, essencial e singular.

“Acreditamos na roda de samba, no futebol de várzea, na mestiçagem, no sincretismo, na visão de homens como Mário Pedrosa e Mário Schenberg, e na grandeza do povo brasileiro, por ter sido capaz, ao longo de seus 500 anos de existência, sob o fogo da adversidade e o afago de uma moldura natural paradisíaca, construir uma civilização exuberante, vigorosa e criativa” (GIL, 2003, p. 49).

## IV- Terapia Ocupacional e Cultura



### *Narrativa Miki*

Nesse eixo temático, aproveitamos as falas dos entrevistados, que relatam aspectos sobre como é ou seria uma terapia ocupacional que considera e valoriza a dimensão cultural. Nesse sentido, a complexidade do cenário contemporâneo se coloca como questão pertinente e relevante nessa discussão, pois, os aspectos econômicos e sociais vigentes, em um sistema global neoliberal, influenciam e interferem diretamente na vida das pessoas e conseqüentemente na atuação da terapia ocupacional.

Uma vítima privilegiada da globalização foi a cultura. A mercantilização do mundo invadiu a esfera cultural de forma avassaladora. De expressão das múltiplas identidades, de sua infinita diversidade, a cultura se viu achatada a clichês formatados pelas telenovelas. O Brasil foi reconstruído no imaginário nacional pela televisão. A cultura foi vítima de visões redutivas, a três ou quatro cenários dos bairros chiques de São Paulo e Rio de Janeiro, mais algumas cenas de um país folclórico, para exportação (TURINO, 2010, p. 8).

A cultura é a condição humana mais atacada quando se diz respeito ao controle de massas, a alienação para exploração e consumo, pois, enfraquecendo as formas de vida diversas expressas em culturas diferentes, o padrão de existência, desvelado pelo sistema

neoliberal, se fortalece como discurso único, que tenta formatar os sujeitos e coletivos para controle e dominação, na qual a hegemonia do capital prevalece, junto aos interesses de poucos. Nesse sentido, **a luta pela emancipação e consideração das culturas**, nada mais significa do que o empoderamento das pessoas em seus fazeres cotidianos, valorizando a singularidade e a essência de cada diferença, para que os sujeitos e coletivos possam existir de forma plena com suas características diversas, a partir da militância pelos direitos sociais, de cidadania, culturais, enfim: a liberdade para ser e fazer no mundo.

*“Eu acho que é essa TO que está sendo construída, é cada vez mais a gente se inserir nesses espaços que antes não eram ocupados tradicionalmente por nós. É TO escrevendo projetos, se inserindo em equipamentos que antes não [...] Eu acho que o campo da cultura pode ser pensado em qualquer área, em qualquer interface que a TO faça, é pensar nessa perspectiva de diversidade cultural, de acesso a tudo, então vale para tudo: eu estou lá no centro de saúde como que eu penso aquela população tendo acesso à cultura, quando eu estou no território que vai valorizar aquele saber local, daquele sarau que tem na garagem da fulana, daquela senhorinha que tem muita história para contar da comunidade dela. A TO ela vai fazer uma interlocução em qualquer lugar que esteja, mas eu acho que precisa ter essa discussão da cultura para poder também olhar para isso. Porque eu penso assim: uma TO em uma UBS, trabalhando na atenção básica, ela precisa dessa discussão para poder também ter esse olhar para a cultura...” (Miki).*

Aponta-se o desejo de fomentar sempre uma terapia ocupacional, que visa criar condições de **maximização da vida, das atividades singulares, do cotidiano, da garantia dos direitos** básicos para existência. A terapia ocupacional que lida rotineiramente com a diversidade, que deve militar pela proteção e pelo respeito à vida em suas diferenças variadas, fomentando a importância do diverso.

*“[...] uma terapia ocupacional que é comprometida com a diversidade, que é comprometida com os outros, que é comprometida com uma ética solidária, que é comprometida com a promoção da cidadania cultural, que é comprometida com os direitos sociais de todos, de todas as pessoas... Eu acho é uma terapia ocupacional que estivesse em diálogo com esses dispositivos também, culturais né? Com os coletivos, com os movimentos culturais, é, na defesa da política cultural, na defesa e na implementação*

*cultural [...] Mergulhada nesses conteúdos, participando de conselhos, articulando, comentando que as pessoas estejam lá, porque às vezes o trabalho da TO nesses lugares, a partir do conhecimentos cultural ou do direito cultural, vai ser justamente esse, não tem aquele papo que a terapia ocupacional é uma articuladora social? A gente pode ser uma articuladora cultural que possa também articular nessa mobilização, no sentido de direito à cultura [...] Então, acho que é um pouco isso também, a gente tem um pouco essa mobilização não só de onde a gente está nas redes que já existem, mas fazendo e tentando construir, ajudando a fomentar novas redes, que estão aí invisíveis, é, descobertas ou em um campo sensível ainda...” (Patrícia).*

Se a cultura expressa o que nós fazemos, quem genuinamente somos: nossas histórias, contextos, tradições, valores, fazeres, sensibilidades, uma terapia ocupacional **consciente e crítica ao cenário neoliberal** e social atual, deve olhar para essa dimensão com atenção. Esse olhar pode ser uma possibilidade de reinventar nossas construções e práticas, a partir de nossas verdadeiras referências (latino-americanas, nacionais, locais...).

A nossa compreensão do mundo é ainda hoje uma compreensão ocidental do mundo. E a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo. Portanto, nós precisamos de uma revolução epistemológica, outros olhares, outros sentidos que nos permitam captar essa diversidade (SANTOS, 2007, p. 176).

“É assim que a perspectiva da defesa e fomento a diversidade cultural, surge como um contraponto ao processo de globalização neoliberal” (DORNELES, 2011, p.151). Ações culturais, políticas e sociais, comprometidas com o pluralismo e envolvidas com os processos contra hegemônicos podem evitar cenários de uniformidade. Necessitamos de uma terapia ocupacional que também entenda os processos de subjetivação e “que garanta a possibilidade do exercício de protagonismo dos indivíduos e de suas coletividades, potencializando assim a nutrição da cultura e da vida que ganha significado no fazer social” (DORNELES, 2011, p.151).

*“E aí pensando na cultura eu acho que se a gente diz tudo isso sobre o papel de mediador, de articulador, de fomentar participação, pensar nessa fruição, no dia que o nosso papel for desnecessário a gente fez bem a TO” (Renata).*

A racionalidade neoliberal age em todas as relações e os aspectos negativos advindos dessa racionalidade reverberam em características trágicas: exclusão, invisibilidade, marginalidade, vulnerabilidade, violência, agressão. O mais perverso se encontra no fundamento de que todas essas características deveriam ser “devidamente assimiladas por nossas sociedades como *naturais, inevitáveis* e até mesmo *desejáveis*, ainda que representem uma ampliação sem precedente de degradação das condições humanas e ambientais de sobrevivência no planeta” (ZORZAL, 2006, p. 7, grifos do autor).

A terapia ocupacional na interface com a cultura, como um caminho que segue na contracorrente da hegemonia dominante, acolhendo toda a diversidade das atividades e fazeres, dos territórios e localidades, parece ser uma proposta promissora e de resistência, na valorização genuína da vida humana.

*“...mas eu acho que é mais na perspectiva de uma formação humana mesmo, ter a perspectiva de como cidadão, como pessoa, se apropriar do que faz...” (Isabela).*

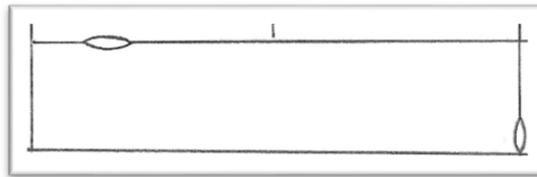
Certamente, momentos de crise são momentos de oportunidade, se os fizermos assim. O que está claro é que não podemos arcar com a imobilidade, é hora de embarcar em novos caminhos sem abandonar o que a profissão está fazendo bem, o que é muito. Não é fácil entrar em caminhos desconhecidos, mas às vezes é a única solução (ALGADO; OLLER, 2013, p.17, traduzido pela autora).<sup>12</sup>

*“Eu acho que seria uma terapia ocupacional sem adjetivos, uma terapia ocupacional completa. Enquanto a gente precisar dizer: “terapia ocupacional social; terapia ocupacional cultural; terapia ocupacional alguma coisa” esse adjetivo está dizendo que tem uma que é, e tem uma que não é, então uma terapia ocupacional que de fato desse conta dessa dimensão seria uma terapia ocupacional completa sem precisar de adjetivo...” (Samira).*

---

<sup>12</sup> Ciertamente los momentos de crisis son momentos de oportunidad, si hacemos que así lo sean. Lo que está claro es que no podemos permitirnos es el inmovilismo, es tiempo de emprender nuevos caminos sin abandonar lo que la profesión está haciendo bien, que es mucho. No es fácil adentrarnos en caminos desconocidos, pero a veces es la única solución (ALGADO, OLLER, 2013, p. 17).

## Sala (em constante) Manutenção

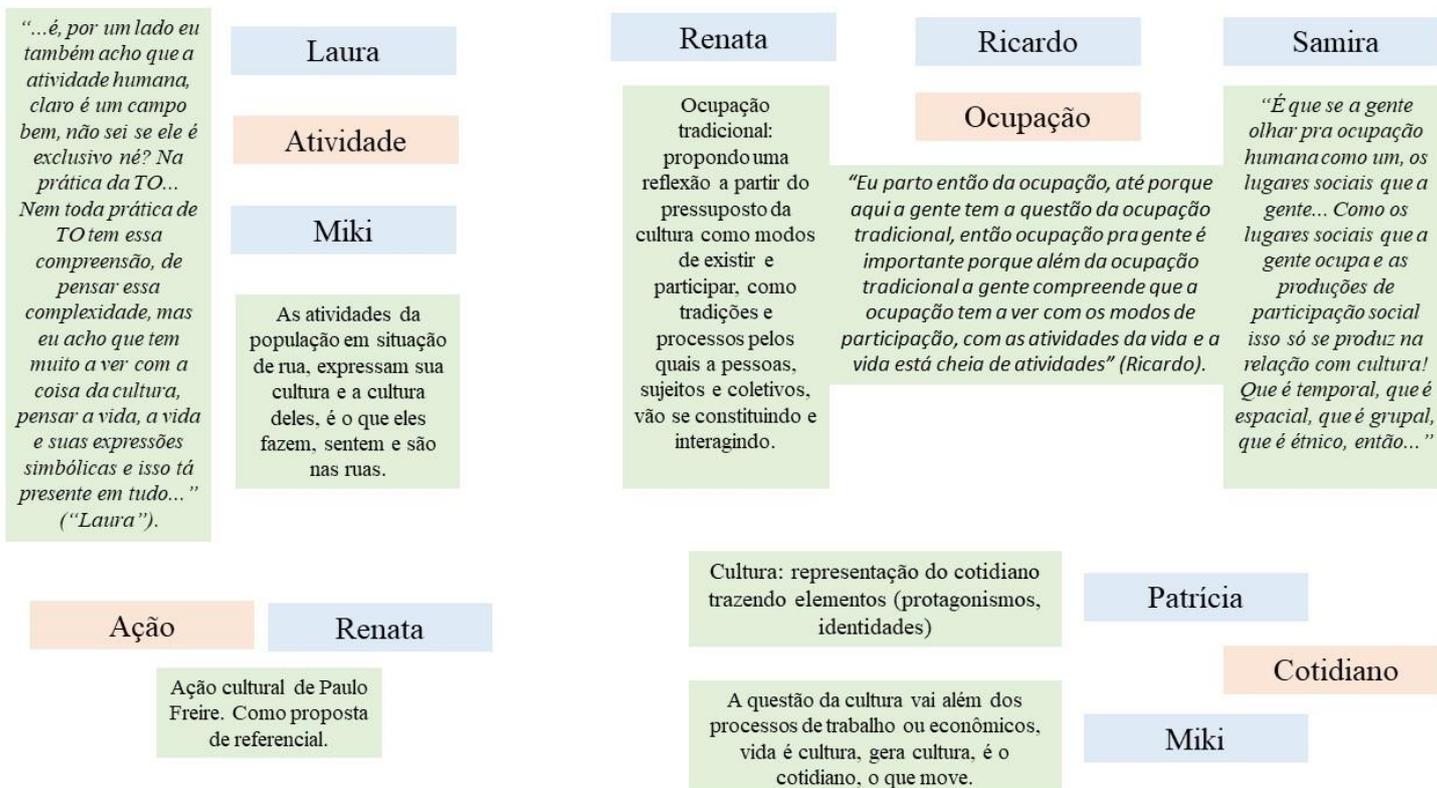


Provoca-se nessa sala temática, para a constância dos processos de transformação e atualizações que os temas das obras reflexivas aqui expostas perpassam, no decorrer da dinâmica contemporânea.

### 1. Obra I: Conceitos na cultura: atividade, ocupação, cotidiano

Na questão que abordava a relação entre a cultura e a atividade, cotidiano, ocupação humana (os diversos termos e conceitos foram utilizados para abarcar os diferentes referenciais dos profissionais entrevistados). Segue obra reflexiva que expressa as opiniões e questionamentos em relação a cultura como atividade, ocupação ou cotidiano e as reverberações dessa reflexão.

Imagem 2 -Termos e conceitos em cultura



## 2. Obra II: Referenciais em Cultura

Nesta categoria, a pergunta do roteiro de entrevista era sobre os referenciais teóricos em cultura que embasam a prática dos entrevistados. Sobre esse item temático, 52 autores foram mencionados, tanto em específico sobre o campo da cultura, quanto autores que fazem articulações e interfaces no campo da cultura para discutir: cidade, arte, políticas, terapia ocupacional, saberes tradicionais, desenvolvimento local, culturas específicas, pós colonialismo, saberes e culturas da américa latina, desenvolvimento local, democracia e diversidade cultural, democracia e política, identidade, pesquisa, formação, pós-modernidade, globalização, território, estado e organização de movimentos, direitos, enfim, diversas temáticas que foram apresentadas como relevantes nesse caminho de estudos e formação, para uma terapia ocupacional complexa e cultural.

**Tabela 3** -Referenciais que embasam as práticas na cultura

<b>Campos de conhecimento dos referenciais</b>	Terapia Ocupacional
	Antropologia
	Filosofia
	Estudos Culturais
	Políticas Públicas
	Estudos Pós-coloniais ou Decoloniais

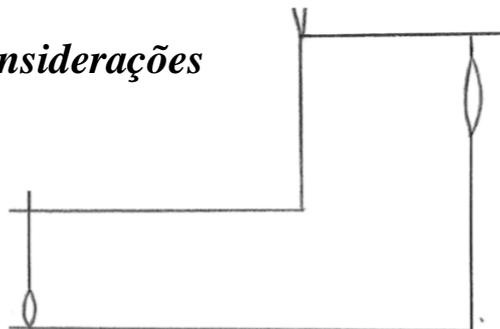


**Imagem 3** -Referenciais em Cultura: nacionais



**Imagem 4** -Referenciais em Cultura: Internacionais

## *Sala das Considerações*



### **1. Tessituras Finais**

“Para introducir la terapia ocupacional em las vidas de otras gentes de forma segura, y equitativa, la cultura em la terapia ocupacional necessita ser entendida em sus próprio términos desde el punto de vista del outro” (IWAMA, ALGADO, 2008, p. 5).



*Narrativa Isabelly: fotografia Quilombo do Grotão*

No processo tanto de conhecimento de suas atividades, cotidianos e histórias de vida como de composição de estratégias de cuidado, assistência e construção de redes de suporte, novas epistemologias passaram a ser produzidas não apenas na América Latina, mas em vários países do Sul. São formas que rompem com o fazer produtivista, com os domínios colonizadores, com as fragmentações.

Acredita-se que a diversidade de expressão nas identificações em curso da Terapia Ocupacional, principalmente sob a ótica do que se tem na América Latina, representa a riqueza da multiplicidade de sentidos e construções (GALHEIGO, 2012). Apresentando e refletindo criticamente, contextualizamos os cenários e situações político-econômicas e socioculturais, adentramos em meio a ações reflexivas, com campo de visão alargado e repertórios que buscam a cidadania na sua plenitude, e o direito à cultura como essencial para a constituição da vida, das atividades humanas, dos modos de existir.

Quando produzimos saberes e práticas, produzimos identificações, produzimos terapias ocupacionais. Dentre as identificações, constituídas na história latino-americana, temos tanto a valoração do individual e do universal como a valoração dos coletivos e dos contextos. Entretanto, tem sido a última que tem se destacado como a mais importante identificação em curso na Terapia Ocupacional latino-americana pós-1990 (GALHEIGO, 2014, p. 220).

Cidadania e direitos são temáticas que perpassam os caminhos de uma terapia ocupacional engajada, que ao tomar consciência das questões atuais neoliberais, entende que os sujeitos e coletivos estarão expostos a desigualdades, fragilidades e sofrimentos, que apenas pelo engajamento consciente e coletivo encontrarão possibilidades e assumirão estratégias de resistência. Os processos de sociedade, econômico-políticos, ou seja, as construções para desenvolvimento, afetam os modos de vida e os processos cotidianos diretamente, e fazem parte das considerações e reflexividades que o terapeuta ocupacional deve avaliar e considerar para uma compreensão ampla da vida humana.

As tarefas cotidianas, passadas ou recentes, a trajetória e as experiências que vêm das ações e emoções compõem e constroem os modos de vida de uma pessoa, tais modos, cheios de intenções, valores e atitudes relacionais, materiais ou imateriais, constituem uma cultura. A diversidade é o elo que conecta a formação cultural com o encontro com o outro. [...] A cultura implica e compreende o fazer e a criação de indivíduos e grupos, ao mesmo tempo, influenciando e sendo expressados pelas atividades humanas. Além disso, a cultura é entendida como o eixo central do desenvolvimento. Sim, a Terapia Ocupacional, naturalmente, tem muitas condições para, a partir de

seus paradigmas Críticos e Sociais, interferir diretamente nas condições sociais dos indivíduos e das comunidades, que devem traçar um caminho de respeito e inclusão à diversidade humana (SILVA et al, 2017, p.111, traduzido pela autora).<sup>13</sup>

Instiga-se a considerar aspectos e sensibilidades que movem o/a terapeuta ocupacional no campo da cultura, que poderiam ser, portanto, delineados como desvalorizações, desrespeitos e necessidades culturais. Estes fatores podem impedir a participação efetiva de sujeito ou grupos/comunidades em setores variados e atividades da vida, no cotidiano, no seu coletivo, no território. Tem-se o reconhecimento, a valorização e o fomento da cultura como forma de manutenção mínima da vida como ela é, genuína, diversa, repleta de atividades e condicionantes, de diferenças e símbolos, que precisam ser respeitados e protegidos, diante de um cenário de opressão no qual existimos e lutamos.

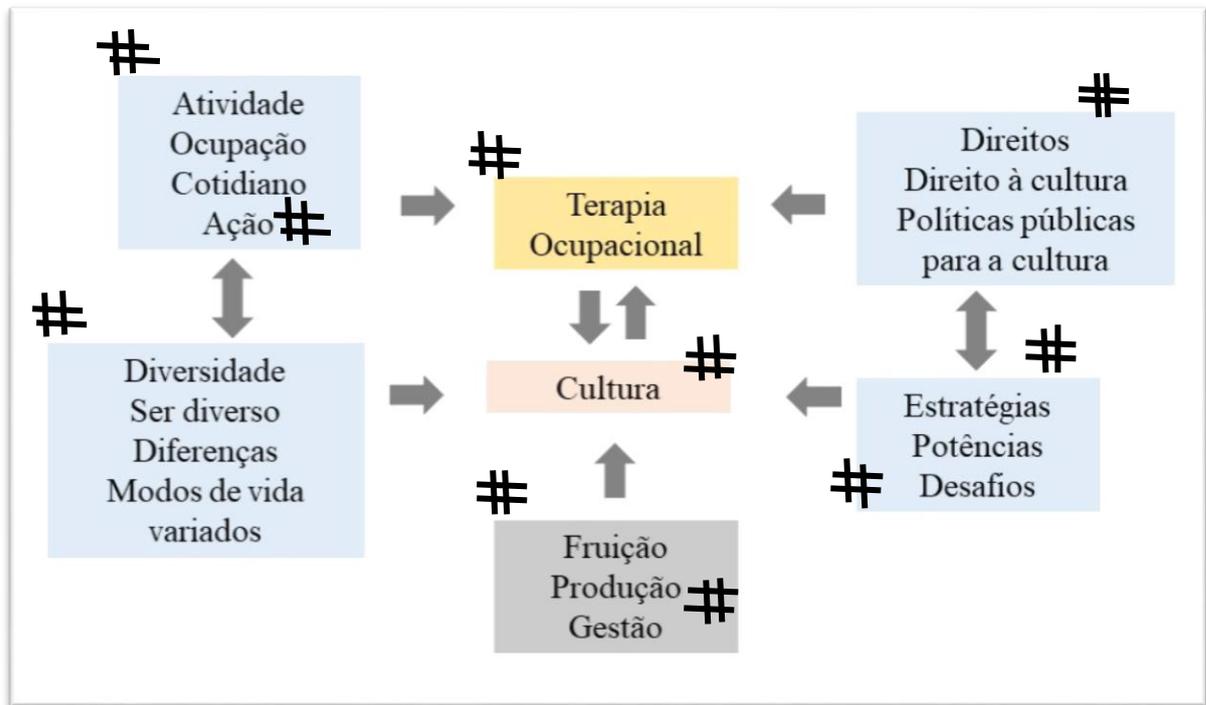


*Narrativa Isabelly: Fotografias Quilombo do Grotão*

---

<sup>13</sup> Los quehaceres diarios, pasados o recientes, la trayectoria y las experiencias que vienen de las acciones y emociones componen y construyen los modos de vida de una persona, tales modos, llenos de intenciones, valores y actitudes relacionales, materiales o inmateriales, constituyen una cultura. La diversidad es el lazo que conecta el hacer cultural con el encuentro con el otro. [...]La cultura implica y comprende el hacer y la creación de individuos y grupos, al mismo tiempo, influyendo y siendo expresada por las actividades humanas. Además, la cultura es comprendida como eje central del desarrollo. Sí, la Terapia Ocupacional por supuesto tiene muchas condiciones para, a partir de sus paradigmas Crítico y Social, interferir directamente en las condiciones sociales de los individuos y comunidades, que deben hacer un camino de respeto e inclusión a la diversidad humana (SILVA et al, 2017, p. 111).

## 2. Coletivo de retalhos: uma colcha?!



**Imagem 5** – Tessituras: Terapia ocupacional e Cultura

Entre a cultura e a terapia ocupacional, as interconexões desvelam um universo de possibilidades potentes. No campo da cultura, estratégias, desafios e potências caminham ao lado da consideração da cultura como direito universal essencial, compondo com a questão da cidadania plena, da qual deriva um campo de especificidades conceituais e políticas públicas. Tal campo também abrange a cultura como símbolo e expressão das singularidades e subjetividades da vida humana nos mais diversos repertórios de existências. Nesse sentido a cultura e a reflexão sobre temas em cultura e direitos, coloca em evidência o discurso da democracia. Nos apresenta como diferentes, porém iguais, de forma problematizada e consciente. Sendo que ainda podemos nos identificar pela cultura e nos fortalecer enquanto sujeitos, coletivos, povo de um país e enquanto América Latina: rica e potente em tradições, fazeres, histórias, modos de vida e, portanto, também nas produções de práticas e conhecimentos próprias.

O eixo temático da diversidade está declarado e tem relevância, principalmente quando se trata do tema cultural. Não há como pensar em cultura sem dizer da diversidade cultural, como garantia, respeito pelo diverso e pelo diferente. “Este compromisso ético-

político do terapeuta ocupacional com os sujeitos que atende pode fazer surgir, para além da tolerância e da defesa dos direitos, o desejo de diferença” (LIMA, 2003, p. 70).

Tem-se também a consideração da cultura como possibilidade de desenvolvimento humano: valorizando a história, posicionando-se politicamente, respeitando a diversidade, construindo aportes econômicos inclusivos e sustentáveis. Assim os processos de criação, participação, fruição, produção e gestão em cultura convergem para a construção de formas de organização de uma sociedade mais justa, sensível, que respeita e promove a diversidade como vetor de desenvolvimento.

Apresentamos, portanto, a lente cultural, que é um jeito sensível, crítico e ético de interpretar e fazer a leitura do mundo e dos que o habitam. No foco central estão os sujeitos e coletivos, na busca da valorização dos modos de vida variados, que são compostos pelas ações e atividades de cada sujeito no mundo, os fazeres tradicionais, os territórios, as comunidades e seus cotidianos culturais.

Intencionou-se neste trabalho, a partir de experiências na política cultural e no debate entre os campos da cultura e da Terapia Ocupacional e suas interfaces e conexões: explorar tessituras que fluíram em meio a muitos eixos temáticos centrais desta exposição de cenários e conceitos. Na diversidade da existência humana, o principal é reconhecermos toda a pluralidade e a percepção de que “*todos somos diversos*” (Patrícia), como também identificar o que estamos chamando de diversidade, para diferenciar e não mascarar as desigualdades contra as quais nos posicionamos.

Os desafios da Terapia Ocupacional no campo da cultura envolvem aspectos relacionados à gestão cultural e ao acesso à cultura e aos seus conteúdos. O cenário político econômico atual surge forte como desafio na consolidação desse campo e da construção das interfaces. Porém algumas estratégias apontadas dizem respeito à forma com a qual as ações são compostas nesse campo, como, por exemplo, a participação descentralizada e inventiva das pessoas, a responsabilização coletiva e o uso das ferramentas político-culturais, mas principalmente a potência do engajamento que se percebe nessa relação entre terapeutas ocupacionais e a cultura. Essa potência é representada pela ideia de um fazer coletivo, dialógico e engajado, interessado no empoderamento e nos formatos que rompem com as hierarquias visando a ampliação da potência de ser, estar, agir no mundo.

Na cultura, a agenda é (ou deve ser) democrática e sensível, o que possibilita trocas culturais constantes, na composição de um campo vivo de experiências, fazeres e sensações. Estas são algumas das potências vivenciadas e descritas.

Como um direito universal, essencial humano, o direito à cultura foi colocado no repertório das ações pela garantia dos direitos, dentre aspectos sobre a intersectorialidade e a articulação das nossas práticas. Embora seja relatado que a trajetória profissional e pessoal e a formação de cada terapeuta ocupacional influenciam muito sua relação com a sociedade e a militância. Mas vale sublinhar que o posicionamento representa um compromisso crítico, político, que nos apresenta uma terapia ocupacional ética. *“Eu acho que todos nós que estamos dizendo que estamos trabalhando com cultura temos que dizer, temos que batalhar pelos direitos à cultura” (Patrícia).*

Evidencie-se o fato apontado acerca de ser, a ocupação tradicional, como algo essencialmente conectado à existência cultural das pessoas. A ação cultural, portanto, seria como a tradução dos modos e atividades de vida dos sujeitos, coletivos, grupos, comunidades e territórios.

Sobre a terapia ocupacional na cultura, os apontamentos seguem tecendo muitas conexões e possibilidades. *“E aí, pensando na cultura, eu acho que se a gente diz tudo isso sobre o papel de mediador, de articulador, de fomentar participação, pensar nessa fruição” (Renata).* Renata expõe a ideia do terapeuta ocupacional mediador cultural, como um fio condutor, que atravessa os campos e os diversos contextos e também costura entre as interfaces do campo da cultura na terapia ocupacional. Um ator importante que possui repertório e atua na diversidade, que milita e age a partir da perspectiva dos direitos, que luta pela emancipação e consideração das culturas. Bordando e compondo nós e laços, criando tessituras, costuras, a partir de um tear consciente e crítico ao cenário neoliberal. Eis o que nesta exposição descobrimos e chamamos de uma terapia ocupacional na cultura.

As tessituras não poderiam estar mais costuradas, as interconexões são amplas e extensas. A Terapia Ocupacional aparece em cada retalho que compõe essa colcha, da cidadania à diversidade, da expressão dos símbolos e das subjetividades às mobilizações políticas. Um caminho de mão dupla, uma composição cheia de potencial. Destaca-se aqui um convite: explorar ainda mais estes dois campos de práticas, conhecimentos, fazeres, para a composição de novos laços e nós. Pois, neste trabalho, a curadoria expressa apenas uma proposta num campo que emerge com muitas possibilidades entre a Terapia Ocupacional e a cultura.

### 3. Novas partituras

No contato sensível: toque, abraço, olhar, coração  
Encontros potentes, conhecer **caminhos**, garantir as lutas  
Cuidar com afeto, enxergar potência, segurar a mão  
Considerar os **horizontes**, plurais, diversos  
Valorizando cada ser, cada possibilidade, cada construção  
O que é mais genuíno, sincero e sensível, o melhor de nós  
Pode parecer duro, mas tem sempre **poesia**, do inverno ao verão  
Promover mudanças, fabricar mundos, dar laços e tecer nós  
Terapia ocupacional: acreditar na transformação  
Nas **transições** da vida, existências infinitas, cultura é viver, ser, sentir  
Semente vira muda, cresce colorida, flor, folha: **floração**.

Restam desejos intensos e desvela-se o convite para a continuidade das reflexões e construções nesse caminho. No caminho que pode ser de práticas, produções coletivas, escritas formais e informais, pesquisas e construção de conhecimento que reconheça estes indicativos de um campo cultural imenso e diverso, que agregue temas e conceitos próprios e que dialoguem com a terapia ocupacional através de muitas porosidades. Indica-se a possibilidade de revisitar os autores em cultura, principalmente sob a ótica colonial e pós-colonial, e suas principais teorias e postulados para integrar tais perspectivas à Terapia Ocupacional de forma mais aprofundada. Como também explorar ainda mais as práticas de terapeutas ocupacionais em outros espaços culturais, em políticas variadas dentro do Cultura Viva ou em outras políticas e ferramentas culturais.

## Referências

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *História da Educação ASPHE/FAE/UPFEL*, Pelotas, n. 14, p. 79 – 95, set. 2003.
- ALGADO, S. S. Terapia ocupacional, cultura y diversidade. *Cadernos Terapia Ocupacional UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 163-171, 2016.
- AURÉLIO - Dicionário on line. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 11-04-2018.
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i3p90-97>
- BARROS D. D; GALVANI, D; ALMEIDA M. C; SOARES, C. R. S. Cultura, economia, política e saber como espaços de significação na Terapia Ocupacional Social: reflexões sobre a experiência do Ponto de Encontro e Cultura. *Cadernos Terapia Ocupacional UFSCar, São Carlos*, v. 21, n. 3, p. 583-594, 2013.
- BARROS, D. D; ALMEIDA, M. C; VECCHIA, T. C. Terapia Ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Revista Terapia Ocupacional Universidade São Paulo*, v.18, n. 3, p. 128-134, set./dez. 2007.
- BASTOS, L. C; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *D.E.L.T.A.*, 31-especial, p. 97-126, 2015.
- BAUMAN, Z. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Z. *Arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o Conceito de Cultura*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONILHA, A. L. L; OLIVEIRA, D. L. L. C. *A entrevista na Coleta de Dados In: LACERDA, M. R; COSTENARO, R. G.S. (org.). Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática*. Porto Alegre: Muriá, 2015, 511p.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v.15, n.2, 2001.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*/Pierre Bourdieu; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004, 86p.

- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, P. EL ofício científico. Ciencia de la ciencia e reflexividad. Curso del collège de France 2000-2001. Barcelona: editorial Anagrama, 2003, 213p.
- BOURDIEU, P. Campo de poder, Campo intelectual – Itinerário de um conceito. Editorial: Montessor, coleção: Jungla Simbólica, 2002.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Como fazer um Plano de Cultura* – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília, 2013.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília – DF: Senado Federal, 1988
- BRASIL. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações*, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 156 p.
- <sup>1</sup>BRASIL. Ministério da Cultura. Histórico Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/historico>> Acesso em 22/09/2016.
- <sup>2</sup>BRASIL. Ministério da Cultura. Cultura Viva. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>> Acesso em 22/09/2016.
- CAMPOS, M; GREIK, M; DO VALE, T. História da ética. CienteFico, Ano II, v. 1, Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT25082013230426.pdf>.
- CANCLINI, N. G. *Reconstruir políticas de inclusão na América Latina*. p. 21 - 38. In Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236 p.
- CARDINALLI, I. *Conhecimentos da terapia ocupacional no Brasil: um estudo sobre trajetórias e produções*. 2017. 208 p. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional). São Carlos: UFSCar, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8496>>. Acesso em: fevereiro/2017.
- CASTRO, E. D. Arte, Corpo e Terapia ocupacional: aproximações, intersecções e desdobramentos. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v. 11, n.1, p. 7-12, Jan/Abril 2000.
- CASTRO, E. D.; SILVA, D. M. Atos e fatos de cultura: territórios das práticas. Interdisciplinaridade e as ações na interface da arte e promoção da saúde. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v.18, n.3, p. 102-112, set./dez. 2007.
- CASTRO, D; DAHLIN-IVANOFF, S; MÅRTENSSON, L. Occupational Therapy and Culture: a literature review. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*. V. 21, p. 401–414, 2014.
- CESÁRIO R. S; TEXEIRA, B. C. Terapia ocupacional: reflexões sobre cultura e sua importância na abordagem terapêutica. *Anais do X Encontro Latino Americano de*

Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

CHAUI, M. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación. *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Año 1, no. 1, Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa em Ciência Humanas e Sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*. Universidade do Minho, Braga – Portugal. Año/vol. 16, n. 002., p. 221- 236, 2003.

COELHO, T. Dicionário Crítico de Política Cultural. Iluminuras: São Paulo. 1997.

COSTIN, C. *Administração pública*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COUTINHO, S.; CASTRO, E. D; INFORSATO, E. A; LIMA, L. J. C; GALVANESE, A. T; ASANUMA, G; LIMA, E. M. F. A. Ações de Terapia Ocupacional no território da cultura: a experiência de cooperação entre o Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC USP) e o Laboratório de estudos e pesquisas Arte e Corpo em Terapia Ocupacional. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v. 20, n. 3, p. 188-192, set./dez. 2009.

DAGNINO, E. Políticas culturais, Democracia e Projeto Neoliberal. *Revista Rio de Janeiro*, n. 15, jan.-abr. 2005.

DALLARI, D. A. *Estado democrático e social de direito*. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/70/edicao-1/estado-democratico-e-social-de-direito>.

DANTAS, H. VALENTIN, A. Cultura, arte e teatro: quando a política ocupa o palco. A[L]berto. *Revista da São Paulo Escola de Teatro*, São Paulo, n 4, 2013.

DICIONÁRIO. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Artes Gráficas Gomes de Souza: Rio – São Paulo, 1965.

DICKIE, V. A. Culture is tricky: A commentary on culture emergent in occupation. *American Journal of Occupational Therapy*, v. 58, 169–173, 2004. Disponível em: <http://ajot.aota.org/> on 05/29/2017 Terms of Use: <http://AOTA.org/terms>.

DONELES, P. S; LOPES, R. E. *Cidadania e Diversidade Cultural in: LOPES, R. E; MALFITANO, A. P. S. (org.) Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EDUFSCar, 2016, 374p.

DORNELES, P. Jovens, território e territorialidade: experiências estéticas e de engajamento nas ações culturais dos pontos de cultura da região sul. *Políticas Culturais em Revista*, v.7, n. 2, p. 136-152, 2014.

DORNELES, P. *Identidades Inventivas: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto

de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre: UFRGS/POSGea, 2011, 376p.

DURAND, J. C. Cultura como Objeto de Política Pública. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n.2, p. 66-72, 2001.

FERREIRA, A.B.H. *Miniaurélio Século XXI: minidicionário da língua portuguesa*, 4ª ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2000.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FURTADO, C. *Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, 198p.

GALHEIGO, S. M. O Cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GALHEIGO S. M. Narrativas contemporâneas. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v. 20, n. 1, p. 8-12, 2009.

GALHEIGO, S. M. Perspectiva crítica e compleja de Terapia Ocupacional: atividade, cotidiano, diversidade, justiça social y compromisso ético-político. *TOG (A Coruña)* [Revista en internet] Vol. 9, Monog 5, p. 176-187, 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, G. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil - Cadernos do “DO IN” Antropológico – Ministério da Cultura – Distrito Federal, 2003.

GONÇALVES, M. V. COSTA, S. M. TAKEITI, B. A. Terapia Ocupacional e Cultura: atravessamento, recurso ou campo de atuação? *Rev. Interinstitucional Brasileira Terapia Ocupacional* Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 538-555, 2017.

GUTIERREZ, G. R., ALMEIDA, M. A. B. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Revista Conexões*, Unicamp Campinas, v. 2, n.1, p.48-63, 2004.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, p. 30-41, novembro/2001.

JARA, R. M. *La filosofía pragmatista en la Terapia Ocupacional de Eleanor Clarke Slagle. Epistemología e historia desde los Estudios Feministas sobre la Ciencia*. Tesis (Doctorado en Lógica y Filosofía de la Ciencia), Departamento de Filosofía, Lógica y Estética de la Universidad de Salamanca, 2014, 378p.

LAROUSSE CULTURAL. Grande enciclopédia. Nova Cultural LTDA, 1998, p.

LIMA, E. M. F. A. Por un arte menor: resonancias entre arte, clínica y locura en la contemporaneidad. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.10, n.20, p.317-29, jul/dez 2006.

LIMA, E. M. F. A. Desejando a diferença: considerações acerca das relações entre os terapeutas ocupacionais e as populações tradicionalmente atendidas por estes profissionais. *Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo*, v. 14, n. 2, p. 64-71, maio/ago. 2003.

MARTÍN, I. Z; MARTOS, J. A. F; MILLARES, P. M; BJORKLUND, A. Occupational therapy culture seen through the multifocal lens of fieldwork in diverse rural areas. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, v.22, p. 82-94, 2015. Downloaded from: informahealthcare.com by Hogskole Biblioteket I Jonkoping on 02/11/15.

MONTENEGRO, M. R; ALVES, V. A. F. Critérios de autoria e co-autoria em trabalhos científicos. *Acta Botânica Brasileira* – v.11, n. 2, p. 273-276, 1997.

MUYLAERT, C. J; SARUBBI JR. V; GALLOS, P. R; NETO, M. L. R; REIS, A. O. A. Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista Escolar de Enfermagem USP*, v. 48, (Esp2), p. 193-199, 2014.

OSTROWER, F. *Criatividade e processos criativos*. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 8, núm. 2, julio-diciembre, 2008.

PEREIRA, L. T. K; GODOY, D. M. A; TERÇARIOL, D. Estudo de Caso como Procedimento de Pesquisa Científica: Reflexão a partir da Clínica Fonoaudiológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.22 no.3 - Porto Alegre, 2009, pp. 422-429.

PÉREZ, L. F. M. *A pesquisa qualitativa crítica*. In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 138- 152.

PROCOPIUCK, M. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo: Atlas, 2013.

PRIBERAM. Dicionário on line. <<https://dicionario.priberam.org/CURADOR>>. Acesso em: 29/10/2018.

RESE, N; MONTENEGRO, L. M; BULGACOV, S; BULGACOV, Y. M. A Análise de Narrativas como Metodologia Possível para os Estudos Organizacionais sob a Perspectiva da Estratégia como Prática: “Uma Estória Baseada em Fatos Reais”. *VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD*, Florianópolis – SC, maio de 2010.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007.

SANTOS, B. S. Epistemologías del Sur. Utopía y Praxis Latinoamericana, *Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*, v. 16:54, p. 17-39, 2011.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010a, p. 31-83.

SANTOS, B. S. Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 519-562.

SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Educação, *Sociedade e Culturas*, n. 23, p. 137 – 202, 2005.

SANTOS, B. S. *El Milenio huérfano: ensayos para una nueva cultura política*. Madrid: Editorial Trotta, 2005.

SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Memorial\\_Nair%20Heloisa%20Bicalh o%20de%20Sousa\\_29%20Outubro%202012.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Memorial_Nair%20Heloisa%20Bicalh o%20de%20Sousa_29%20Outubro%202012.pdf)> Acesso em 18 de agosto de 2018.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S.; MENESES M.P; NUNES, J. A. Hiléia: *Revista de Direito Ambiental da Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, ano 4, n.º 6. p. 11-81, 2006. <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/42132>> Acesso em: maio/2018.

SANTOS, M. Por uma outra globalização – do pensamento púnico à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas Públicas – Coletânea*. Vol 1. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006.

SIGNIFICADOS. Significado de curadoria. <<https://www.significados.com.br/curadoria/>> Acesso em: janeiro/2019.

SILVA, C. R; ALGADO, S. S; CARDINALI, I; SILVESTRINI, M. S; ALMEIDA PRADO. Cultura e Terapia Ocupacional: interfaces e possibilidades emergentes. Livro de resumos do Congresso Nacional de Terapia Ocupacional. Centro cultural de Caldas da Rainha, Portugal, p. 79-81, 2018.

SILVA, C. R; CARDINALI, I; BIANCHI, P. M; SILVESTRINI, M. S; FERIGATO, S. Arte e Cultura para promoção dos direitos Humanos unto a usuários de Saúde Mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v.8, n.20, p.200-213, 2016.

SILVA, C. R; CARDINALI, I; SILVESTRINI, M. S; FARIAS, A. Z; ALMEIDA PRADO, A. C. S; AMBROSIO, L; AMBROSIO, L; OLIVEIRA, M. T; PAULA, B. M. La Terapia Ocupacional y la Cultura: miradas a la transformación social. *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*. v. 17, nº1, p. 109 – 117, Junio de 2017.

SILVA, C. R; CARDINALI, I; SILVESTRINI, M. S; LAVACCA, A. B; ALMEIDA PRADO. Terapia Ocupacional y Cultura: lazos potentes y encuentros sensibles. Apresentação de trabalho - XII Congresso Latinoamericano de Terapia Ocupacional. APTO: Cidade do México, 2017b.

SILVA, C. R; CARDINALI, I; SILVESTRINI, M. S; FARIAS, A. Z; TEIXEIRA, D. I. V; ALMEIDA PRADO, A. C. S; AMBROSIO, L; MOTA, R. D; ISHIDO, C. C; MANCINI, M. A. L. T. Juventude, Cultura e Profissionalização da Criatividade. *Cadernos Terapia Ocupacional UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 13-24, 2016b.

SILVA, C. R; CARDINALI, I; SILVESTRINI, M. S; FERIGATO, S; AMBROSIO, L; MOTA, R. D. *Anais do XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015b.

SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S; PRADO, A. C. S. A; NAGATA, A. P. Construindo práticas de Terapia ocupacional e Cultura. ANAIS da XIX Semana de Estudos em Terapia Ocupacional da UFSCar, v.2, n. 1, p. 173-177, 2017c.

SILVA, C. R; SILVESTRINI, M. S; AVELAR, M. R; OLIVEIRA, D. H. Um Corre Inusitado: Arte, Cultura e a População em Situação de Rua. *Expressa Extensão*. Pelotas, v.20, n.1, p. 72-79, 2015.

SILVA, J. A. O Estado Democrático de Direito. *Revista de Administração* Rio de Janeiro, 173: 15-34, julho/set, 1988.

SILVA, V. P. Resistência e Diversidade: narrativas culturais de uma comunidade quilombola. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 69-76, 2016. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0653>.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. Coleção Os Economistas, 3ª edição: Nova Cultural, Volume I, 1988, 400 p.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TURINO, C. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2ª ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

UNESCO. *Declaração de México Sobre as Políticas Culturales*. In: Conferência Mundial sobre Las Políticas Culturales. Cidade do México: UNESCO, 1982.

UNESCO. *Declaração Universal da Diversidade Cultural*. 2002.

VIEIRA, M. M. F; CALDAS, M. P. Teoria Crítica e Pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *RAE – Revista de Administração de Empresas – Clássicos*, v. 46, n.1, Jan – Março, 2006.

WALSH, C. *Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial*. In: CASTRO-GÓMEZ, S;

GROSFUGUEL, R. (Org.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. 308 p. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelpcastrogomez.pdf>

WITTIZORECKIL, E. S; BOSSLE, F; SILVA, L. O; OLIVEIRA, L. R; GÜNTHER, M. C; SANTOS, M. V; SANCHOTENE, M. U; MOLINA, R. K; DIEHL, V. R. O; NETO, V. M. Pesquisar exige interrogar-se: A narrativa como estratégia de pesquisa e de formação do(a) pesquisador(a). *Movimento*, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 09-33, maio/agosto de 2006.

ZACCARELLI, L. M; GODOY, A. S. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. *Cadernos EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 3, artigo 10, Set. 2010.

ZANGO, I.; MORUNO, P. Aportaciones de la etnografía doblemente reflexiva en la construcción de la terapia ocupacional desde una perspectiva intercultural. *AIBR Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 8, n. 1, 9-48, 2013.

ZANGO MARTÍN, I., FLORES MARTOS, J., MORUNO MILLARES, P., & BJÖRKLUND, A. Occupational Therapy culture through the multifocal lens of fieldwork in diverse rural areas. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, v.22, p. 82-94, 2015.

## Apêndices

### 1) Roteiro de Entrevista

**Pesquisa:** Terapia Ocupacional e Cultura: Tessituras sobre Políticas Públicas Culturais, Diversidade e Direitos

**Pesquisadora:** Marina Sanches Silvestrini

**Orientadora:** Carla Regina Silva

**Programa e Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Nome da entrevistadora:

Data:

Tempo (Início, fim e duração):

Equipamento utilizado para gravação:

#### I) Perfil

1. Nome da profissional entrevistada:
2. Idade:
3. Sobre sua formação acadêmica:

<b>Formação</b>	<b>Duração</b> (ano início- ano final)	<b>Curso</b>	<b>IES</b>
Graduação			
Pós-Graduação <i>strictu sensu</i>			
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>			
Outros cursos que julga importante para a formação			

4. Antes de escolher a graduação como Terapeuta Ocupacional já possuía alguma relação com a área das artes e da Cultura? Se sim, essa relação já existente teve conexões com a escolha pela Terapia Ocupacional?
5. Trajetória profissional (locais que já trabalhou e quais funções realizou):

## **II) Campo e prática de trabalho:**

6. Quais trabalhos têm realizado/realizou no campo de Cultura?
7. Conte como foi/é sua experiência na gestão/produção/criação cultural como Terapeuta Ocupacional nas políticas culturais, em específico no Ponto de Cultura.
8. Qual comunidade, grupo ou população participante e foco do trabalho?
9. Quais os desafios enfrentados na sua prática no campo da cultura e das políticas? Quais estratégias para lidar com esses desafios?
10. Houve dificuldades para a produção científica/acadêmica no campo de cultura? Quais? Como se deu a resolução?
11. Relate uma experiência/conquista marcante para você em sua prática.

## **III) Cultura na e para a TO:**

12. Qual a relação estabelecida entre a T.O. e a Cultura, em sua concepção?
13. Como você entende a relação da cultura com/como atividade/ação humana?
14. Quais teóricos ou referenciais em cultura embasam sua prática?
15. O que significa trabalhar com a garantia de direitos e a terapia ocupacional?
16. Como o direito à cultura é pensado nessa relação entre Terapia Ocupacional e a garantia de direitos?
17. O que significa para você o termo “diversidade” e como se conecta com a Terapia Ocupacional?
18. Qual/Como é/Seria a Terapia Ocupacional que considera e valoriza a dimensão cultural?

## **IV) Momento livre para a entrevistada expor o que quiser**

## 2) Convite para Colaboração em Pesquisa

**Pesquisa:** Terapia Ocupacional e Cultura: Tessituras sobre Políticas Públicas Culturais, Diversidade e Direitos

**Pesquisadora:** Marina Sanches Silvestrini

**Orientadora:** Carla Regina Silva

**Programa e Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

### **Síntese da pesquisa:**

A pesquisa parte da dimensão dos direitos à cultura e à diversidade cultural como disparadores teórico-práticos no fortalecimento respeito à liberdade cultural, universalidade e equidade das oportunidades e do acesso em meio a uma sociedade plural, a partir das práticas protagonizadas por terapeutas ocupacionais.

O panorama histórico das políticas culturais brasileira de tradição hierárquica, exclusivista e privatista reverbera nas tendências atuais, o enfrentamento e os desafios do acesso, da inclusão, do direito e da cidadania cultural para todos representa como campo de luta conceitual, acadêmico, político, econômico e relacional que interfere os cotidianos de toda diversidade humana.

Destaca-se nesse contexto, o Programa de Cultura Viva criado em 2004 que buscou a ruptura deste processo histórico a partir de reconhecer as identidades culturais e sua prática através dos Pontos de Cultura, que se materializaram como política em 2014.

Entendendo a Terapia Ocupacional como uma área de formação e atuação porosa e plural, que se permite alçar fazeres nas diversas dimensões da existência humana, o desvelar das ações no campo cultural contribui na medida em que tece elementos para a criação de novas possibilidades para os sujeitos compondo perante a possibilidade da democracia, da sensibilidade e da diversidade.

Na confluência desses temas, o objetivo geral da pesquisa é analisar os processos e práticas de Terapeutas Ocupacionais no campo político-cultural, a partir do cenário dos Pontos de Cultura do Programa Nacional de Cultura Viva, intencionando discutir e traçar conexões entre as dimensões da cultura, os preceitos das políticas públicas culturais e a Terapia Ocupacional.

O projeto, portanto, intenciona traçar as conexões entre conceitos chaves da Terapia Ocupacional e da Cultura (atividade humana, cotidiano, participação social, diversidade, compromisso ético político e defesa pelos direitos), como campo vivo, intenso e relacional entre experiência prática, reflexões e estudos teóricos.

Para tanto, os procedimentos metodológicos se constituirão no aporte teórico alinhado a estudos de caso. Casos que constituirão práticas de terapeutas ocupacionais no campo da cultura, que serão formados e analisados a partir da produção de narrativas e de entrevistas semiestruturadas que serão gravadas e transcritas.

A análise será conduzida a partir da Terapia Ocupacional e referenciais relevante do pensamento crítico contemporâneo.

Por isso, estamos muito satisfeitos de convidá-la(o) para participar dessa pesquisa por ser um(a) Terapeuta Ocupacional com trabalhos e produções reconhecidas no campo da cultura e ter vivenciado experiências no cenário da política cultural, em específico, nos Pontos de Cultura.

\* Caso você aceite ser um colaborador(a) dessa pesquisa, será encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, então, você será contatada(o) para realização de uma entrevista semi estruturada (o roteiro da entrevista segue em anexo), na qual a pesquisadora deverá estar presencialmente junto aos colaboradores para realizar a entrevista e também se possível, conhecer os campos de práticas, espaços, projetos e ações dos colaboradores. Para além, desse encontro da entrevista, tem-se a proposta para que você crie e desenvolva uma narrativa livre com o tema: “Minha história, memórias, experiências e tessituras como Terapeuta Ocupacional no campo da cultura nos Pontos de Cultura”.

Nesse sentido, desperta-se para a compreensão de narrativas que se ampliam para além do sentido da escrita formal apenas, incluindo outras possibilidades de composição e recursos que podem ser artístico-culturais somados ou não à linguagem formal. Tal hibridização de recursos na composição se faz para proporcionar um depoimento mais livre e sensível, pensando também nas práticas que se desvelam pelo campo da cultura e em como expressar informações sobre essa temática.

Na esperança que aceite nosso convite, aguardamos seu retorno com uma indicação de período (datas e local) para o agendamento da entrevista e se possível a visita e acompanhamento das atividades do Ponto de Cultura. Muito grata

Marina Sanches Silvestrini e Carla Regina Silva

PPGTO \* UFSCAR

### **3) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa qualitativa “Terapia Ocupacional e Cultura: Tessituras sobre políticas públicas culturais, diversidade e direitos”. Você foi selecionado devido ao fato de apresentar estudos, publicações e práticas intensamente relacionadas ao instrumental teórico prático da terapia ocupacional e sua conexão com o campo da cultura, e, ainda mais especificamente por já ter vivenciado experiências no espaço singular dos Pontos de Cultura.

Esse estudo tem como objetivo analisar os processos e práticas de Terapeutas Ocupacionais no campo da cultural, em especial dos Pontos de Cultura, a partir do cenário do Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, intencionando discutir, traçar conexões e fomentar construções entre a dimensão da cultura, os preceitos das políticas públicas culturais e a Terapia Ocupacional. Também compor acerca de conexões conceituais com a diversidade, inclusão, garantia de direitos, atividade humana e subjetividade, entre outros aportes e processos teóricos envolvidos.

Caso você aceite ser um colaborador(a) dessa pesquisa, sua participação será a produção e a criação de uma narrativa. Nesse sentido, desperta-se para a compreensão de narrativas que se ampliam para além do sentido da escrita formal apenas, incluindo outras possibilidades de composição e recursos que podem ser artístico-culturais somados ou não à linguagem formal. Tal hibridização de recursos na composição se faz para proporcionar um depoimento mais livre e sensível, pensando também nas práticas que se desvelam pelo campo da cultura e em como expressar informações sobre essa temática.

Também caso aceite colaborar será realizada uma entrevista semiestruturada (imagem e áudio) para compor os dados da pesquisa. Entrevista esta que se delinea em questões sobre o tema central Terapia Ocupacional e a dimensão cultural.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Sua privacidade será assegurada, caso seja esse seu interesse. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos e atividades acadêmicos e científicos. Porém, destaca-se neste termo, que a pesquisa considera a colaboração entre colaboradores e pesquisadores, em sua construção metodológica que entende a importância dos colaboradores no processo e essência do estudo, prezando por produções

de divulgação que sejam também de autoria compartilhada, caso seja de interesse dos colaboradores.

A participação nesta pesquisa não oferece risco imediato a você, entretanto, colocamos aqui a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças, ou levar à um leve cansaço tal qual o processo de construção das narrativas.

Caso aceite participar, tem-se o intuito de fomentar e produzir com este estudo material acerca das práticas e fazeres da Terapia Ocupacional e as interfaces com a cultura. Material este que se desvelará a partir dos produtos dessa colaboração (narrativas, análises das entrevistas e conexões com a teoria existente) e que intencionam fomentar os debates nesse campo. Portanto para além da colaboração existe a ideia de parceria e também de coautoria nos processos futuros.

A sua participação nesta pesquisa não é obrigatória, ela é voluntária, ou seja, você tem liberdade de se recusar a participar da mesma, ou, caso aceite participar, retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de consequências negativas. Caso aceite participar, está assegurado direito a ressarcimento e indenização no caso de quaisquer danos eventualmente causados pela participação nesta pesquisa.

Você tem a garantia de receber todas as informações necessárias antes, durante e depois do estudo, tendo liberdade para fazer qualquer pergunta sobre sua participação e sobre os objetivos da pesquisa.

Agradeço desde já e estimo caso possa colaborar nesse projeto.

---

Profa. Dra. Carla Regina Silva  
Rua Ray Wesley Herrick, 1501, casa 67  
São Carlos - SP  
Telefone: 16-35518743  
e-mail: carlars@ufscar.br

---

Marina Sanches Silvestrini  
Rua Sete de Setembro, 3410  
São Carlos – SP  
Telefone: 16-988718716  
e-mail: marinassilvestrini@gmail.com

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação e colaboração com a pesquisa e concordo com os itens acima descritos.**

**O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil (016) 3351-8028. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br).**

São Carlos,

2017.

---

Assinatura do colaborador da pesquisa